



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

CLAUDIOMAR DA CRUZ MARTINS

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO:
(DES) PLANEJAMENTO E EXCLUSÃO SOCIAL

2014

CLAUDIOMAR DA CRUZ MARTINS

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO:
(DES) PLANEJAMENTO E EXCLUSÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

PORTO NACIONAL
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Porto Nacional

M379p Martins, Claudiomar da Cruz.

O Processo de urbanização na cidade de Araguaína-TO: (Des) Planejamento e exclusão Social. / Claudiomar da Cruz Martins. – Porto Nacional, TO: UFT, 2014.

160f.; il.

Orientador: Dr. Eliseu Ribeiro Lira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Bibliotecária: Núbia Nogueira do Nascimento CRB-2 /1393

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

CLAUDIOMAR DA CRUZ MARTINS

Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Orientador)

Prof. Dr. Roberto de Souza Santos
Universidade Federal do Estado do Tocantins - UFT

Prof. Dr. Aires José Pereira
Universidade Federal do Estado do Tocantins - UFT

Data: ____/____/____

Resultado: _____

Porto Nacional

2014

DEDICATÓRIA

À minha mãe Carmélia, pela vida, exemplo e de quem tirei minha paixão pelos livros.

In Memoriam de Pedro Alves Martins, meu amado pai.

Aos meus queridos irmãos Mar, Urias, Jairan, Jarle, Silvania, Dira e Nana.

In Memoriam de Fabriciano Correa e Jailson Carlos.

À minha vizinha Joanice, por ajudar a cuidar dos meus filhos.

A todos os colegas de trabalho, especialmente da minha querida escola Campos Brasil.

Aos meus amigos que, se fosse citá-los todos aqui, faltaria espaço: Cláudio e Orleanes, Wnielsen e Maria Zilma, Tunico e Sueley, Rangel e Aldenira, Francisco e Rose, João e Suziran, José Edimar e Rosária, Pedro Jr e Milla, Geraldo e Aurency, Frankinsley, Márcio, Hélio, Madson, Itamar, e a lista perde de vista.

Aos meus primos, que são quase incontáveis.

À minha prima Maria de Fátima e seu esposo Fábio, pelas acomodações em Palmas.

Aos meus cunhados Jair, Natalino e Ailton.

Aos meus tios e tias, que além de darem exemplo, sempre compartilharam conselhos proveitosos.

Enfim...

Para minha amada esposa Josa, pela paciência e compreensão pelos meus dias de afastamento de casa.

Aos meus filhos Guilherme e Karen, quem amo mais do que tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor meu Deus, a que tanto confio e a quem sempre tenho dado graças por tudo o que conquistei em minha vida.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira, pela paciência, além dos sólidos e proveitosos conselhos dispersando à minha pessoa durante a árdua tarefa que me fora apresentado.

À CAPES, pela bolsa de me fora concedida durante o mestrado e sem ela as coisas seriam muito mais difíceis.

A todos os colegas do Mestrado, Guilherme, Núbia, Jesus, Ordália, Júnio Batista, Edna, Diógenes, Claudia e ao meu caríssimo colega de trabalhos Joeslan.

Ao Prof. Dr. Roberto pelas valorosas opiniões a respeito de minha dissertação e pelas constantes piadas que tanto nos trazem alegria.

Aos grandes amigos conquistados em Porto Nacional: Rogério e família; Eudemarques e sua moto que me salvou tantas vezes; Cadu, pelas tantas vezes em fizemos churrascos em sua residência.

Ao SINTET de Porto Nacional, por me disponibilizar acomodações durante 7 meses em Porto Nacional e a sua secretaria Eliane.

Ao Excelentíssimo deputado por Porto Nacional, Toinho Andrade – por interceder junto ao a SEDUC quanto a obtenção da licença para aperfeiçoamento profissional.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo construir uma análise histórico-geográfica do processo de urbanização no município de Araguaína quando, por ações do Estado planejador, conferiu nova dinâmica ao espaço, organizando-o de acordo com as condições impostas pelas leis da acumulação capitalista. Deste modo, novas as ramificações surgiram entre os centros, interligando regiões produtoras a mercados consumidores e reciprocamente, tendo como exemplo as vias de circulação, caso da Rodovia Belém-Brasília que interligou a então Região Norte do país aos centros consumidores do Centro-Sul. Araguaína desenvolveu-se a partir da migração de um enorme contingente populacional do campo. Sendo este desprovido de seus meios de subsistência, ocuparam as zonas periféricas da referida cidade. Ademais, desde a década de 60 Araguaína vem apresentando um crescimento exacerbado e contínuo, pendurando até os dias atuais. A falta de um planejamento adequado por parte do poder público conferiu ao sítio do município uma desorganização, negando-se, também, condições dignas de vida para milhares de cidadãos que ali foram residir. Essa falta de planejamento vem causando uma série de problemas em sua área urbana, desde o trânsito caótico, com falta de estacionamento para carros, a alagamentos nos períodos chuvosos. Nos últimos anos, esse núcleo apresentou expressiva dinamização nas áreas de saúde, educação, prestação de serviços, tornando-se centro polarizador quanto essas funções, além de garantir status de grande produtor e exportador de carne bovina. Essa atividade, por sua vez, guarneceu de capital a elite local do município, que investiu em outras atividades nas décadas seguintes. Atualmente, a produção do espaço urbano do município tem sido feita por meio de vários agentes: imobiliárias, o Estado, proprietários de glebas e empresários varejistas. Assim, a implantação de assentamentos dá-se por meio de capital público e privados, além de ocorrência de ocupações espontâneas por aqueles que são desprovidos de capital para comprar um lugar para construção da moradia ou por aqueles que não possuem o perfil para serem incluídos nos programas habitacionais do governo federal. Propormos, então, através elaboração de dois questionários, desnudar duas realidades distintas - um bairro de ocupação espontânea e outro idealizado pelo Projeto Minha Casa, Minha Vida - , em que focalizamos as semelhanças quanto a interesses e necessidades.

Palavras-chaves: Urbanização, Produção do Espaço Urbano, Problemas Urbanos, Loteamentos Urbanos.

ABSTRACT

This work aims to construct a history-geographical analysis of the process of urbanization in the municipality of Araguaína when, by actions of the State process planner, it was given a new impetus to its space, organizing it according to the conditions imposed by the laws of capitalist accumulation. Thus, new branches emerged between the centers connecting producing areas to consuming markets and vice versa, taking as an example the routes, like the case of the Belém-Brasília Highway that has linked the then Northern Region of the country to the consuming centers of the Mid-South. Araguaína developed from the migration of an enormous population of the country, with these deprived of their livelihood and needing to occupy the outlying areas of the center. Moreover, since the 60's, Araguaína has been showing continuous and exacerbated growth that persists until today. The lack of proper planning by the government and by the municipality gave to the site a certain disorganization and hence refusing to offer decent living conditions for thousands of city dwellers who have been residing there. This lack of planning has caused a number of problems in its urban area, since the chaotic lack of parking lots for cars to the flooding during the rainy season. In recent years, this core showed significant stimulation in the areas of health, education, services, becoming a polarizing center of these functions and also acquiring status as a big producer and exporter of cow meat. This activity managed to bring money to the city of the local elite, who have invested it in other activities in the following decades. Currently, the production of urban space municipality has been taken by various agents: real estate, the state, owners of plots and retail business. Thus, the implementation of these settlements occurs through public and private capital and the occurrence of spontaneous occupations by those who have not enough capital to buy a place for construction of housing or for those who do not have the profile to be included in housing programs of the federal government. Then by proposing development of two questionnaires by baring two distinct realities: a neighborhood of spontaneous occupation and another designed by the federal design "My House, My Life", where we concluded that although both have different occupations, they share some similarities between them as the interests and needs.

Key-words: Urbanization, Production of Urban Space, Urban Issues, Urban Allotments

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Centro de Araguaína na década 60.....	33
Fotografia 02: Pavimentação da Belém-Brasília, trecho de Araguaína.....	36
Fotografia 03: Cooperativa de cereais de Araguaína na década de 60, localizada a Rua Souza Porto.....	59
Fotografia 04: Primeiras ruas de Araguaína na década de 70.....	61
Fotografia 05: Batalhão da Policia Militar em Araguaína – 1972.....	67
Fotografia 06: Pequena Central Hidrelétrica do Corujão em Araguaína, década de 70.....	68
Fotografia 07: Buracos em calçamentos na Rua 1° de Janeiro, próximos a agência da Caixa Econômica Federal.....	87
Fotografia 08: Carros a venda em estacionamento da Praça Dom Orione.....	88
Fotografia 09: Avenida Cônego João Lima alagada em município de Araguaína.....	89
Fotografia 10: Lote vazio no entroncamento da rua B com a Avenida Tocantins, Setor Anhanguera.....	93
Fotografia 11: Rotatória do Loteamento Cidade Nova em Araguaína.....	97
Fotografia 12: Creche em construção no Setor Monte Sinai em Araguaína.....	118
Fotografia 13: Acesso ao Setor Monte Sinai em Araguaína.....	119
Fotografia 14: Residência na Vila Azul em Araguaína.....	133
Fotografia 15: Rede de alta tensão no Residencial Vila Azul.....	136
Fotografia 16: Rua com lixo espalhado no Residencial Vila Azul.....	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Produção de ouro nas capitâneas goianas 1726/1882.....	24
Gráfico 02 - População residente, por situação do domicílio Brasil - 1960/2000.....	42
Gráfico 03: Situação residente, por situação de domicílio – Brasil 1960/1980.....	57
Gráfico 04: Ramos de atividades: Brasil – 1940/1960.....	60
Gráfico 05: Redes de esgoto quanto a sua disponibilidade, estado de Goiás – 1967.....	62
Gráfico 06: Casos confirmados de doenças transmissíveis, Estado de Goiás – 1967.....	63
Gráfico 07: Evolução população dos municípios pertencentes ao Antigo Norte de Goiás até o atual Estado do Tocantins – 1960/1993.....	70
Gráfico 08: Evolução da população de Araguaína – 1960/2010.....	75
Gráfico 09: Posse dos lotes, Setor Monte Sinai.....	111
Gráfico 10: Renda familiar dos moradores do Setor Monte Sinai.....	112
Gráfico 11: Principais meios de transportes adotados pelos moradores do Setor Monte Sinai.....	113
Gráfico 12: Principais reivindicações dos moradores do Setor Monte Sinai.....	117
Gráfico 13: Renda Familiar dos moradores do Residencial Vila Azul.....	131
Gráfico 14: Meios de transportes adotados pelos moradores do Residencial Vila Azul.....	132
Gráfico 15: Valores pagos mensalmente pelas moradias no Residencial Vila Azul.....	134
Gráfico 16: Principais modificações realizadas nas residências pelos moradores no Residencial Vila Azul.....	135
Gráfico 17: Estrutura populacional do Residencial Vila Azul.....	138

Gráfico 18: Principais reivindicações dos moradores do Residencial Vila Azul.....	139
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Produção de Cristal de Rocha no Brasil – 1956/58.....	26
Tabela 02: Produção de Babaçu no Brasil - 1956/1958.....	31
Tabela 03: População da Região Centro-Oeste – 1940/1980.....	39
Tabela 04: Crescimento da população residente, absoluto e relativo, segundo as Grandes Regiões Brasil - 1950/2000.....	41
Tabela 05: Mostra demográfica de municípios do Estado de Goiás – 1960.....	42
Tabela 06: Mostra da população do Norte de Goiás – 1960/1970.....	58
Tabela 07: Dados gerais das atividades de serviços em Araguaína – 1975.....	73
Tabela 08: Abastecimento e saneamento dos aglomerados subnormais – 2014.....	114
Tabela 09: Serviços de limpeza e energia elétrica nos aglomerados subnormais – 2014.....	115
Tabela 10: Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por domicílio de ocupação, segundo a situação do domicílio e classes de rendimento mensal – 1987.....	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Cidades que surgiram a partir da extração do cristal de rocha.....	28
Mapa 02: Amazônia Legal.....	47
Mapa 03: Evolução urbana de Araguaína de 1960 até os dias atuais.....	77
Mapa 04: Loteamentos Subnormais, particulares e financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida.....	103
Mapa 05: Aglomerados Subnormais, Região Norte – 2014.....	105
Mapa 06: Setor Monte Sinai, município de Araguaína.....	107
Mapa 07: Residencial Vila Azul, município de Araguaína.....	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Ações de intervenção emergencial previstas no plano diretor de Araguaína – 1990.....	81
Quadro 02: Plano Diretor de Araguaína: Melhorias Urbanas Imediatas – 1990.....	83

LISTA DE SIGLAS

ACIARA – Associação Comercial e Industrial de Araguaína

APA: Área de Proteção Ambiental.

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CELTINS – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia—Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

JUCETINS – Junta Comercial do Estado do Tocantins

PGC — Programa Grande Carajás.

PIN – Programa de Integração Nacional.

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

POLAMAZÔNIA — Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste.

SANEATINS – Companhia de Saneamento do Tocantins

SRA – Sindicato Rural de Araguaína.

SUDAM – Superintendência Do Desenvolvimento da Amazônia.

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE POVOAMENTO DO EXTREMO NORTE DE GOIÁS E A ATUAL REGIÃO DE ARAGUAÍNA.....	22
1.1 – A mineração do ouro, seu declínio e o processo de povoamento no Norte de Goiás.....	22
1.2 – A mineração de Cristal e o processo migratório e formação de núcleos urbanos no Norte Goiano.....	25
1.3 – De povoado Lontra ao Município de Araguaína.....	27
1.4 – A Belém-Brasília: o surgimento de novos núcleos e a dinamização dos antigos.....	33
1.5 – A Amazônia Legal e a Política de Ocupação do Território do Norte Goiano.....	43
1.5.1 – As frentes de ocupação da Amazônia.....	45
1.5.2 – A Integração da Amazônia Legal pelos Eixos Rodoviários.....	50
1.5.3 – Os Polos Agropecuários e Industriais na Amazônia Legal.....	52
CAPÍTULO 2 – A EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE ARAGUAÍNA.....	54
2.1 – Década de 60: O Início do Movimento de Urbanização de Araguaína.....	54
2.2 – As décadas de 70 e 80 e o acirramento do processo de urbanização.....	63
2.3 – A década de 90 e o início do Planejamento Urbano da Cidade de Araguaína.....	74
2.4 – A Criação do Plano Diretor de Araguaína e seus Desdobramentos.....	79
2.5 – A Expansão Urbana de Araguaína nos dias atuais - (Des)planejamento e crise atual.....	85
2.5.1 – Os “Vazios” Urbanos e a Especulação Imobiliária.....	91

2.5.2 – A implantação dos Loteamentos Particulares e seus Problemas Socioambientais.....	94
CAPÍTULO 3 – A OCUPAÇÃO PERIFÉRICA DA CIDADE: OS BAIROS DE OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS E OS DE OCUPAÇÃO DIRIGIDA.....	100
3.1 – A Periferização e a Exclusão social: A Negação do Direito de Moradia.....	102
3.2 – O Setor Monte Sinai: Localização e Características.....	106
3.3 – Caracterização das Moradias e Situação Socioeconômica dos Moradores do Setor Monte Sinai.....	110
3.3.1 – A posse dos terrenos.....	110
3.3.2 – A renda familiar e os meios de transportes.....	114
3.3.3 – Rede de abastecimento e saneamento básico.....	116
3.3.4 – Os principais anseios dos moradores do Setor Monte Sinai.....	119
CAPÍTULO 4 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO FEDERAL E MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO DE MORADIAS	119
4.1 – Análise dos bairros do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal.....	125
4.2 – A Vila Azul: Localização e Caracterização.....	128
4.2.1 – A renda familiar e os meios de transportes.....	130
4.2.2 – Os diferentes tipos de moradias dos loteamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.....	132
4.2.3 – Situação das moradias e a questão do saneamento básico.....	135
4.2.4 – Os principais problemas do residencial Vila Azul.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXOS.....	150

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo compreender o processo de urbanização do município de Araguaína, cidade localizada no norte do Estado do Tocantins a 7° 11'28" de latitude Sul e 48°12' e 26" de Longitude Oeste. Propomos, por meio de uma análise histórico-geográfica, obter esclarecimentos sobre a produção do espaço urbano desse município nos anos que se sucederam a construção da Rodovia Belém-Brasília, que acumuladamente conferiu a cidade um crescimento urbano acelerado em suas décadas seguintes, gerando consequências que culminaram no detrimento das condições de vida de seus cidadãos.

Ao realizar um estudo sobre esse processo de forma alocar os fatos e as principais consequências deste para o núcleo de Araguaína, focalizamos a crescente relevância da referida cidade no cenário regional quanto a sua economia e consequentemente aumento de sua área de influência no próprio estado.

Além destes motivos, Milton Santos (2012) estabelece que as constantes e acirradas contradições que surgiram pela aceleração da urbanização nos países subdesenvolvidos carecem estudos empíricos, quanto de trato teórico.

O processo de urbanização em seu início, em suma, compreendeu-se na magnitude dos acontecimentos às contradições dialéticas promovidas ao se inserir o referido núcleo urbano no contexto das transformações advindas do processo de acumulação do capital na aurora da dinamização do meio técnico e a consolidação promovida pelo meio técnico-científico informacional. Em concomitância a isso, levou-se a iminente promoção de inúmeros centros urbanos a um novo patamar quanto a funções exercidas no território brasileiro.

Neste contexto, a reorganização produtiva do espaço nacional a partir da década de 50 levou a promoção de novos centros voltados à produção, circulação e distribuição de bens e serviços. O município de Araguaína, desde fins da década de 50, vem angariando população migrante de forma a polarizar a região compreendida ao norte do Estado do Tocantins, dividindo com outros municípios, como Marabá no Estado do Pará e Imperatriz no Estado do Maranhão, a condição de aglutinadores de migrantes nas décadas seguintes.

Essa nova configuração deu-se a partir da implementação de um novo objeto técnico no cenário regional: A Rodovia Transbrasiliana. A cidade de Araguaína tornou-se, a partir dos fins dos anos 60 com o término da obra de pavimentação da BR – 153, um importante centro comercial do norte do Tocantins, fato que intrinsecamente reúne, dispersa, segrega espaços e pessoas que se compuseram nos anos seguintes. Capitaneados pela urbanização acelerada que impulsionou o crescimento desenfreado e, por vezes, rarefeitos de ações articuladas de ordem

a fornecer o acesso aos serviços essenciais no meio urbano aos tantos cidadãos, os sujeitos que estavam incapacitados ou desprovidos dos meios que levassem a esse acesso, refugiaram-se nas periferias desta cidade.

A análise do processo de urbanização de Araguaína perpassa, então, pela intensa reformulação do espaço a partir dos anos 60, acirrando-se o processo nas décadas seguintes pelo contínuo e desigual crescimento urbano até os dias atuais. Tal contexto torna a referida ação necessária para entendermos as razões ou motivos que levaram as formas atuais que caracterizam a cidade.

Por tratar-se de um processo, apesar de não ser apenas a forma resultante do mesmo, far-se-á de forma obrigatória uma periodização que culminará com as representações cristalizadas no momento presente. Estas vão desde a sobreposição do meio natural primeiramente do meio técnico, seguindo no tempo contínuo, a instalação de seus objetos e ações sobre espaço cada vez mais tecnificado, ou seja, a produção além da reprodução contraditória do modo de vida da sociedade.

Porém, antes de apresentamos considerações sobre a do espaço em Araguaína, necessariamente o espaço urbano deste município, devemos elencar algumas considerações a respeito da essência desse conceito, fazendo desse o suporte de investigação da ciência geográfica.

O conceito de espaço *a priori* é bastante volúvel e polissêmico. Para a Geografia, o espaço é aquele que produz sua própria realidade, mas também é um produto da sociedade. É no que a sociedade acha seu suporte para o desenvolvimento de suas ações, interações e, propriamente, onde desenrola sua vida. Para efeito de construção deste trabalho, não nos ataremos ao seu conceito mais puro, abstrato, e, conseqüentemente, delimitaremos nossas considerações a esse conceito a uma fração da sua produção – aquele ocupado pela sociedade para sua (Re)produção.

Santos (2012), em sua obra “Espaço e Método”, vê o espaço como uma instância que contém e estão contidas todas as formas que derivam da sociedade como um todo, sendo este formado além dos objetos, coisas naturais ou artificiais, mas pelo conjunto da natureza mais a sociedade, configurando algo uno, indissociável, em partes contém pequenas frações de um todo.

Sendo assim, para o autor, o conjunto espacial seria um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem. Por outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo são todos

os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 2012, p. 12).

A lógica construída a partir das situações encontradas dentro desse conjunto passa pela construção do próprio espaço, reservando-se, desse modo, que a técnica age como identificador e classificador dos elementos que o compõe. Assim, para Santos (2006, p. 38), “os fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia”.

Especificando seus argumentos, os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam, estabelecem fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, redefinidos-os. Para que haja esse movimento, far-se-á necessária à ação de forças que possam atuar sobre os objetos, desprendendo-os de seu estado de repouso.

A essa dinâmica, Friedrich Engels (2000), em “A dialética da natureza”, escreveu que sobre espaço da produção social atuam forças por vezes incontroláveis, chegando-se a se obter resultados com efeitos não previstos, tal qual é a complexidade imposta pelas relações geridas neste meio.

Karl Marx, em *O Capital* (1989, p. 130), diz que “o fato de estar o mundo constantemente em movimento resulta a necessidade de se examinarem os fenômenos nas suas relações mútuas e não como fenômenos absolutamente separados (isolados)”. O mesmo autor relata a relatividade das leis que retratam os fenômenos sociais, diferentes dos naturais com suas leis fixas e imutáveis, sendo que cada período histórico traz consigo uma lei que o rege.

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdos, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais busca oferecer ou impor um novo valor (SANTOS, 2006, p. 71). Deste modo, sugere Santos (2006) que os objetos, assim como as ações, mudam no decorrer da história e transforma o espaço através do trabalho humano, aliado ao avanço técnico. Em suma, as interações pressupostas sobre os objetos sociais e as pré-determinadas ações no decorrer do tempo histórico perfaz a dialética sociedade-espaço. Assim sendo, para a construção desta dissertação, utilizaremos tanto os trabalhos de Milton Santos sobre o espaço geográfico quanto aqueles que o colocam como base para produção e reprodução do modo de vida da sociedade.

Para Santos (2012, p. 59), a sociedade se exprime através de processos que, por sua vez, desdobram-se através de funções, enquanto estas se realizam mediante formas. O processo histórico em si compõe-se a partir do movimento que desenrola-se em seu movimento contínuo.

Assim sendo, o processo atribui funções a objetos que apresentam-se através das formas espaciais e estas, por fim, inserem-se em estrutura social.

Neste sentido, Ana Fani Carlos (2012) salienta que “a análise do espaço coloca-se, portanto, como momento indispensável à compreensão do mundo contemporâneo”. Sendo assim, o conceito de espaço nos remete à totalidade.

Sobre essa realidade, ela nos remete a uma totalidade, porque a produção social hoje não se restringe apenas ao meio urbano, já que sabemos que a mundialização da sociedade sob a égide da globalização estende-se suas vivências a todos os lugares. Nesse sentido, Ana Fani Carlos (2011) relata a importância de se entender a reprodução da sociedade em escala global, em sua totalidade nova, ou seja, constitui-se como um meio social preferencialmente urbano nos dias atuais.

Cabe-nos, então, refinar nosso trato analítico àquele substrato que porventura nos interessa, englobando-se as relações de produção nas diferentes escalas do fenômeno social, perfazendo suas múltiplas dimensões. O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas esse significado não pode ser apreendido senão no nível de totalidade (SANTOS, 2012, p. 32).

Para Santos (2012, p 31), o desenvolvimento da sociedade em seu estado global faz-se pelo movimento do espaço, atuando este como efeito e condição para desenrolar-se o seu mecanismo perpétuo. Em nosso trato analítico, interessa-nos os lugares onde se realizam a (Re)produção dos meios que servem de condição, mas também de sustento para o desenvolvimento da sociedade, aquele que ela mesmo produz ao tentar se reproduzir, sobrepondo o velho pelo novo, desarranjando para arranjar-se em seguida, ou seja, a dialética contraditória do eterno movimento da sociedade. Essa condição faz-se pela necessidade da sociedade que no seu desenvolver necessita do meio espacial, tornando-se este último e sua análise indispensável para se conhecer o mundo contemporâneo.

De acordo com Carlos (2012, p.59), “na geografia, a noção de espaço, com muita dificuldade supera sua condição objetividade pura”. Dessa forma, a autora retrata as dificuldades em se instituir uma certa dinâmica ao conceito, transpassando a localização de objetos, ao planejamento de ações, e, até a transformação da realidade. É assim que dá simples constatação da localização das coisas no espaço: passa-se à descoberta da “organização do espaço” pelos grupos humanos e, dessa elaboração, para ideia de que a sociedade produz seu próprio espaço (CARLOS, 2012, 59). Assim, constitui-se como algo diferente das antigas concepções dos primeiros geógrafos, seja a de Ratzel ou a de Hartshorne, apenas construído politicamente (ideológico) como algo com um nicho vital ou em absoluto, apesar de na

concepção deste segundo aceitar certa interação entre os diferentes objetos componentes. Na realidade, se formos situar-se a produção deste, teremos que nos ater à construção temporal, visto que desde que o homem deixou de ser um coletor e caçador e fixou-se na terra deu-se a produção do sustentáculo da vida, ou seja, oriundo da relação homem-natureza, algo anterior à concepção contemporânea de produção a partir do desenvolvimento do capitalismo.

As atividades produtivas, por vezes a partir da reprodução do capital, se dão no conjunto da sociedade. O espaço materializa tais atividades de forma a permitir o desenvolvimento articulado tanto da produção quanto da reprodução do mesmo, materializando-se assim as condições primordiais de sua dinâmica, sejam os processos de produção, circulação, distribuição e troca.

Sob contexto das escalas de ocorrência desse sistema, essencialmente a global, Marx e Engels (2008, p. 14), tratando do sistema capitalista, creditam que a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre, além dessa classe econômica procurar estabelecer, explorar e criar vínculos em todos os lugares.

Mas temos que entender o espaço geográfico como uma criação social e histórica, dinâmico quanto as relações neles desenvolvidas. Tal como define Carlos (2008, p. 36), devemos entendê-los como diferencialmente meio de produção e processo de produção em si, sendo que a este segundo extrapola as esferas das empresas, tomando a sociedade como um todo, das relações sociais mais amplas e complexas.

O espaço, desta forma, poderia ser analisado pelo modo de produção das coisas e os diferentes arranjos das forças produtivas impostas por esse sistema. Porém, devemos colocar o homem como elemento central em nossa análise, sendo assim, a perspectiva de nossa análise compreenderia o local de suas práxis, o meio urbano. Para Beltrão Sposito (2012, p. 64), é na cidade com sua elevada densidade ou concentração populacional que se realiza com rapidez o ciclo do capital, reunindo as condições necessárias, sejam qualitativas ou quantitativas para o desenvolvimento do capitalismo.

Deste modo, nossa avaliação da (Re)produção do espaço urbano compreenderia a inserção de local a dinâmica do processo capitalista de acumulação nos contextos escalares aqui já apontados, além daqueles dos lugares criados para a realização da vida de seus habitantes, que por vezes são apropriados de forma privada, sobressaindo-se o valor de uso sobre o valor de troca.

Carlos (2012, p. 60), em “A produção do espaço urbano”, propõe que a nova contradição que fundamenta a produção do espaço atual revela-se pela apropriação privada, isto é, pelo acesso aos lugares da realização da vida, produzidos socialmente, realizando-se

dominantemente pela mediação do mercado imobiliário, tendo o espaço urbano como mercadoria. Ou seja, há a expansão da propriedade privada do solo urbano e da terra, que transformaria a cidade em mercadoria vendida no mercado. A propriedade privada, grau delimitador de cada porção a ser adquirida e gerida por meio do acesso a renda, teria então papel incisivo como diferenciador na construção do espaço urbano.

Dar-se-á concomitantemente aí a apropriação com conflitos e lutas. Assim sendo, conforme Carlos (2008, p. 23), a relação de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações econômica, política, social, ideológica, jurídica, cultural, filosófica. De maneira geral, para apropriar-se da dinâmica urbana, faz-se necessário considerar a sua intermitente produção e incremento através das transformações no processo de urbanização dentro da dialética sócio espacial, conferido a cada lugar característica própria quanto à estrutura organizacional.

Santos (2012, p. 18) complementa que o estudo das interações entre os elementos dentro dessa estrutura organizada seria fundamental para entender a análise do espaço, atribuindo-se cada um valor particular, ou seja, os homens, firmas, instituições, enfim, todos constituem-se partes de um movimento de um conjunto que produzem relações generalizadas dentro de um todo. A esse movimento configura-se uma junção intrínseca dual espaço-tempo. Nessa direção, Santos (2012, p. 36) relata que a noção de espaço é assim inseparável da ideia de tempo.

A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal que se congrega em um todo. Estas variáveis, por sua vez, congregam vontades e desígnios articulados por mandantes externos em países centrais, remetendo-nos a uma divisão territorial do trabalho, que, por conseguinte, elegem regiões no globo que Santos (2012) categoricamente denomina “do fazer e do mandar”.

Como apreender tais movimentos desse sistema em suas diferentes realidades escalares? Para esse trabalho, é importante observarmos tanto o funcionamento do sistema quanto em suas múltiplas funcionalidades e grau de detalhamento do fenômeno, a antípoda do global e do local, invertendo o foco da análise sempre que preciso para fornecer um foco preciso da realidade em questão, além de inserir precisamente cada uma das variáveis utilizadas neste trabalho em seu contexto histórico.

Beltrão Sposito (2012, p. 130) ressalta que nada pode ser explicado apenas utilizando-se uma escala, sendo necessário, então, o estudo dos diversos contextos existentes entre as diferentes escalas, permitindo-se então a leitura dinâmica da composição da totalidade, não podendo ser descontextualizada da sociedade que a encerra.

Carlos (2012, p. 70) complementa Beltrão Sposito (2012) quanto argumenta que a análise do processo de produção do urbano requer o uso de vários níveis de escalas, bem como seus tempos diferenciados produzidos pela própria sociedade que englobaria as dimensões de dominação política, da acumulação do capital e por fim, da realização da vida humana.

Existe, intrinsecamente, uma relação entre o processo de acumulação intensificado pós 1964 e a urbanização no Brasil, onde houve gradualmente a mudança do modelo econômico do país, acentuando-se as atividades econômicas cuja a base de funcionamento assentava-se na cidade. A massificação do consumo preterida pelo fordismo periférico e a concentração nas cidades das classes que podiam aproveitar-se dessa política, juntamente pelo deslocamento dos milhares de excluídos da posse da terra do campo, vieram incrementar as populações das cidades.

Sobre os diferentes tipos de usos do espaço urbano, Rodrigues (2001, p. 24) argumenta que o mesmo deve-se às diferentes formas de apropriação (industrial, comercial e residencial), aos serviços, à produção e à circulação de infraestrutura entre outros. Quanto à produção do espaço urbano realizada na cidade, Harvey (1973, p. 161), em sua obra “justiça social e a cidade”, considera como agentes construtores do espaço urbano os proprietários individuais de residência ou inquilinos, os agentes imobiliários, os proprietários da terra e de imóveis, a indústria da construção civil, instituições financeiras e instituições governamentais.

A partir das considerações sobre produção e reprodução do espaço urbano de Araguaína, dividimos este trabalho em três capítulos que tratam as condições que arrolaram o processo de urbanização nessa cidade desde seu início (da década de 60) até o momento atual.

O primeiro capítulo será inicialmente uma periodização que compreenderá desde o surgir do núcleo urbano até sua emancipação, trazendo à luz as relações de produção desenvolvidas pelo então povoado com os demais centros da época. As referências consultadas sobre a situação dos núcleos nas décadas de 50/60 compreenderão os estudos de Orlando Valverde e Catharina Dias, Pierre Deffontaines, McCreery Jr, Parente, Souza, publicações do IBGE entre outros.

A respeito da construção da rodovia Transbrasiliana e das políticas públicas adotadas pelo Estado em diferentes épocas para Amazônia Legal que levaram a dinamização do território durante as décadas de 70 e 80, empregaremos como alicerce teórico Sonia Souza, Aquino, Lira, Neli Mello, Bertha Becker, Umbelino Ariovaldo Oliveira, Santos e Silveira, entre outros.

O Segundo capítulo é dedicado ao processo de urbanização no município de Araguaína, contextualizando este em diferentes escalas de ocorrência e resgatando o conceito de urbanização por meio de autores como Milton Santos (2005, 2006, 2012, 2013), publicações

do IBGE que tem por finalidade mostrar nas décadas que, pela pesquisa, fora detectada o aumento do fluxo populacional para o meio urbano e alguns autores de obras locais, com Jacira Gaspar. A oferta dos chamados “serviços urbanos”, além do estudo da estrutura social em si, correlacionando sempre as diferentes situações contextuais e escalas dos acontecimentos, da criação e adoção de políticas de planejamento para ordenamento do espaço urbano, ou seja, a problemática urbana.

As leis e normas aprovadas pelo poder público municipal e federal que referem-se ao ordenamento territorial dos municípios também terão importante papel para nossa análise, que por último trará considerações sobre alguns loteamentos planejados que foram implementados na última década no município. Os autores consultados sobre a dinâmica territorial no município, o planejamento de ações, os vazios, ou seja, aspectos da problemática urbana serão Arlete Moysés Rodrigues (2001) e Erminia Maricato (2011).

O terceiro capítulo trará o estudo empírico de duas situações: a primeira refere-se a uma ocupação espontânea concebida no primeiro semestre de 2005 denominada Monte Sinai, onde será realizada uma análise das condições de vida da população residente, a formação do núcleo e suas particularidades, que permitem uma construção de um perfil desta zona de exclusão social do município.

A segunda realidade trata-se do Residencial Vila Azul, construído por meio das políticas públicas do governo federal para a construção de moradias. Neste caso verbas advindas do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, que visam a redução do déficit populacional.

Utilizaremos como suporte teórico publicações do IBGE, Ministério das cidades, Secretária de Planejamento do Estado do Tocantins (SEPLAN) e dados provenientes das secretarias do próprio município e aqueles provenientes da aplicação dos questionários nas localidades em questão.

Em se tratando do método a ser empregado neste trabalho, o materialismo histórico-dialético terá um papel importante no esclarecimento de algumas questões que envolvam o movimento da sociedade em seus atos de produzir, consumir, e ademais necessidades, tal como circulação e distribuição e indo um pouco além disso, como proposto por Carlos (2012, p. 62) que “o movimento vai da acumulação à reprodução como questão social, ele passa a ser produto, condição e meio”. Empregar-se-á como metodologia uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado e seus desdobramentos, mapas, gráficos, tabelas, publicações institucionais, além de um questionário que foi aplicado em dois bairros.

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE POVOAMENTO DO EXTREMO NORTE DE GOIÁS E A ATUAL REGIÃO DE ARAGUAÍNA-TO

1.1 – A mineração do ouro, seu declínio e o povoamento no norte de Goiás.

De início, construiremos uma periodização que nos permitirá compreender a evolução da sociedade e suas conseqüentes transformações no espaço quanto às diferentes atividades econômicas que se desenvolveram a partir do ciclo do ouro. Então deveremos ater-nos aos fatos que influenciaram esse período, as causas que levaram o fim desse ciclo (se é que está extinto) e que forneceram sustentação para o desenvolvimento da sociedade da época.

Nesse sentido, assinala Oliveira (1997, p. 240) que “para se compreender um determinado período da história de uma cidade, necessário se faz mostrar em que condições esta cidade surgiu, ou seja, é necessário explicitar os fatores que possibilitaram seu nascimento”. Ou seja, para construirmos ou reconstruirmos fatos que se desenrolaram pelo arrasto da sociedade no tempo e no espaço, carecemos de situarmos os mesmos em seus devidos momentos históricos.

Sendo assim, a busca pelos minerais, institucionalizada desde o Brasil colônia pela metrópole, atingiu os mais longínquos rincões do território. Bandeirantes excursionavam pelas vias fluviais realizando prospecções de forma a detectar jazidas, o que posteriormente seria comprovado com a descoberta de ouro nas serras de Minas.

O avanço das bandeiras se estendeu pelos rios até o extremo norte das capitânicas de Goiás, de onde encontraram ouro em quantidade inferior apenas à de Ouro Preto. Os núcleos de povoamento desenvolveram-se por toda a capitania de Goiás, em especial no sul. Ali se concentravam arraiais de população composta em sua maioria por negros escravos, além de poucos índios aculturados, gerenciados e explorados pela elite branca.

As capitânicas do antigo Goiás, desde o século XVII, empreenderam a formação de assentamentos que serviram copiosamente até as décadas finais do século XIX. Imprimiram uma organização social que, alicerçada na exploração do trabalho escravo, permitia-se obter quantidades volumosas deste precioso metal. No norte do estado, as levadas de migrantes temporários utilizava-se dos vastos capinzais dos cerrados que preenchiam os vales, as depressões, as mesas capitaneadas por cursos d'água que serpenteavam por matas defronte a hileia amazônica, tendo a criação de gado como provedor de subsistência tanto para os consumidores da região nordeste quanto aos diversos arraiais que agora declinavam-se e

espalhavam rarefeitos pelo território goiano. Funes (1986, p. 28) aponta as principais causas para o declínio da economia do ouro no estado de Goiás:

- a) as técnicas rudimentares com as quais se exploravam as jazidas; os mineradores prendiam-se ali mais a exploração dos leitos (aluvião) e dos terrenos das margens (gupiara);
- b) a falta de braços para a mineração;
- c) falta de capital, o mais importante fator que concorreu para o declínio da atividade mineradora;
- d) mau desempenho das autoridades administrativas preocupadas mais com o rendimento do quinto do que em buscar soluções para sanar as questões enfrentadas pelos mineiros.

O baixo tempo de exploração deveu-se à inoperância das técnicas existentes na época, próprias apenas para depósitos aluvionares concentrados em locais rasos, fáceis de remover com a bateia o ouro, através da lavagem simples do cascalho. Os depósitos concentrados em forma de jazidas, geralmente profundos¹, constituíam um obstáculo haurir qualquer material dos socavões.

Vê-se a partir dos fatos apresentados que a ingerência por parte das autoridades contribuiu decisivamente para o fechamento das minas, à medida que as decisões tomadas posteriormente aprofundaram a crise que se seguira nos anos posteriores.

Ainda que, inicialmente se obtivesse tais somas, as jazidas estavam, obviamente, predestinadas a exaurir-se como podemos notar através do gráfico 01, onde após atingir o auge da produção em 1751, verifica-se um declínio acentuado após esse ano. Paradoxalmente, exigia-se um aumento da produção, apesar das condições insalubres ao desenvolvimento da atividade, refletindo em curto prazo, no abandono da mesma, tal o grau de desafinação que beirava a soberba atribuída à falsa abundância do metal em solos goianos.

A euforia pregava uma peça nos exploradores, retirando-lhes a razão², refletindo em ações, por vezes jocosas, acalentadas facilidade de obter o raro metal. Raros não são os casos de núcleos iniciais que foram abandonados³ após o encerramento da atividade que os

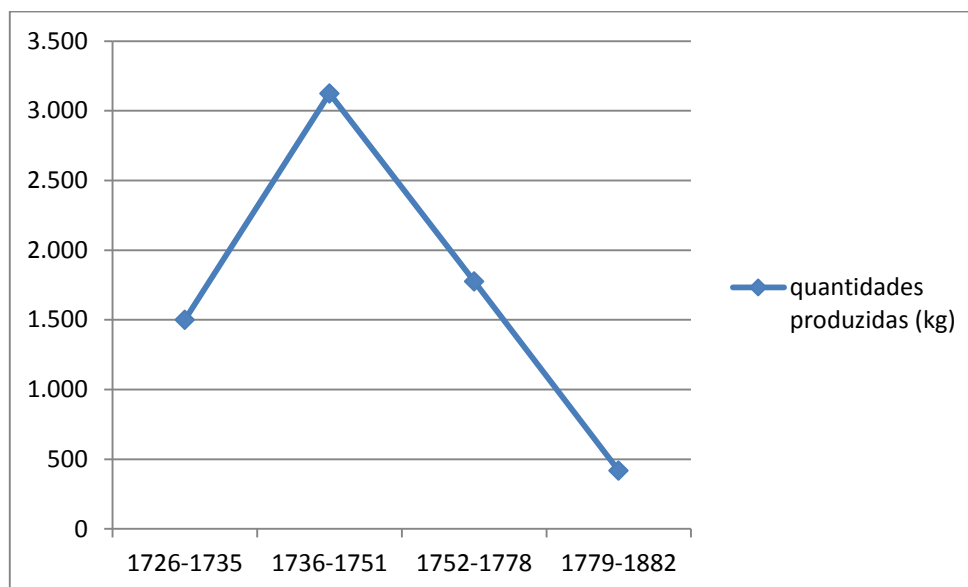
¹ A despeito das condições de exploração das minas, o brigadeiro Lysias Rodrigues expressa com retumbância que, por os filões se encontrarem em profundidades deveras acentuadas, o lençol freático inundava os poços, impossibilitando a extração e causando a morte de escravos. (RODRIGUES AUGUSTO, 2001, p. 54).

² Levados pela euforia do ouro e pela ganância de lucros, os mineradores atiraram-se com todas as forças a busca do referido metal, deixando de lado o cultivo do solo, o que viria a encarecer os gêneros de primeira necessidade. Isso, entretanto, não constituiria preocupação, pois acreditava poder comprar tudo o que fosse necessário com produto da cata. (FUNES, 1985, p. 28-29).

³ A decadência da mineração alterou profundamente o panorama da ocupação e da colonização do território goiano, pois muitos arraiais surgidos na época do apogeu minerador, com a decadência do ouro, foram completamente abandonados. (CHAIM, 1974, p. 27).

mantinham vivos, e outros que se mantiveram à custa de outras atividades, como a agricultura de subsistência e a pecuária.

Gráfico 01: Produção de Ouro nas Capitanias Goianas – 1726/1882.



Fonte: McCreery Jr – 2002. (Organizado pelo autor)

Na verdade, estas últimas aqui citadas constituíram complementos para a mineração, assumindo papéis secundários dentro da economia até os fins do século XVIII. Vejamos agora algumas considerações de Luís Palacin sobre o declínio dos centros produtores após o ciclo do ouro:

Está evidente decadência trouxe para Goiás uma defasagem sociocultural. Registrou-se queda na importação e exportação, afetando muito o comércio; os aglomerados urbanos estacionaram e alguns desapareceram; parte da população abandonou o solo goiano e parte se dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura; costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruralização da sociedade e desumanização do homem. Goiás viveu um longo período de transição. Desaparecera uma economia mineradora de alto teor comercial. Nascia uma economia agrária, fechada, de subsistência, produzindo apenas algum excedente para aquisição de gêneros essenciais, como: sal, ferramentas, etc. Nesta época, várias foram as vilas de Goiás que se tornaram carcaças, matos pelas ruas, casas abandonadas. São exemplos: — Ouro Fino, Crixás, Palma, Cavalcante, Pilar, etc. (PALACIN, 1986, p. 46).

Pierre Deffontaines (1994, p. 145) relata que essa situação era comumente encontrada em outras partes do país, sendo aqui apresentado o seu relato:

Uma mesma paisagem calva e desolada se estendeu nas montanhas mineiras. Estranha região que não apresentou senão cidades de ouro Ouro Preto, Sabará, Caeté, Queluz, Aiuruoca... ou cidades do diamante: Diamantina, Estrela do Sul, Grão Mogol, Lençóis Andaraí, Mucugê. Quando a prosperidade mineira declinou, no decurso do século XIX, a montanha ficou vazia com suas cidades mortas, verdadeiros monumentos históricos perdidos num deserto: São João Del Rei, Congonhas do Campo.

Portanto, indubitavelmente, a mão de obra que anteriormente encontrava-se dispersa, difundida pelo território, ocupando as antigas áreas de garimpos com pequenos roçados e a agremiar-se de forma a garantir o sustento por meio de cultivos de subsistência. O que era visto como algo complementar era substancialmente, de agora por diante, o único meio de garantir a sobrevivência.

Parente (2004, p. 176) reforça o que fora descrito por Deffontaines quando comenta que:

Quando a crise se instala na Capitania, final do século XVIII e início do século XIX, a situação de profunda depressão se agrava, principalmente em algumas áreas de difícil acesso, causando o esvaziamento de arraiais, e, consequentemente, o despovoamento dos sertões, e diminuindo as rendas governamentais. Os impostos, que antes eram suportáveis, agora não podiam mais ser pagos.

Deste modo, McCreery Jr. (2002, p. 205) exalta que “a atividade agropecuária desenvolveu-se inicialmente em Goiás para abastecer a mineração”. Várias são as cidades no Tocantins que devem sua origem à mineração do ouro. Arraias, Porto Nacional, entre outras cidades, cristalizaram suas municipalizações após o término de suas atividades. A funcionalidade dos núcleos nem sempre corresponderia mais tarde a sua função original, implementando com novas atividades que rearranjaram o espaço, reconduzindo estes a uma nova dinâmica sócio-espacial no interior dos núcleos.

Com o fim da atividade mineradora, estingue-se não apenas o produto em si, mas toda a relação de produção que anteriormente estava fixada na extração do minério, bem como as relações trabalhistas que impulsionavam a produção, dispersando agora a força produtiva que seria incorporada em outras atividades que necessariamente não estavam acondicionadas a comandos externos. Neste sentido, para Santos (2012, p. 63), o espaço constrói e desconstrói-se continuamente, reflexo do movimento perpétuo da sociedade em sua evolução.

1.2 – A mineração de Cristal e o processo migratório e a formação dos núcleos urbanos no Norte Goiano

Já no século XX, em meados da década de 40, no então norte de Goiás, outro tipo de mineral constituiu base para o desenvolvimento, se assim podemos colocar, de povoamentos: o cristal de rocha. O mineral tornou-se matéria-prima valiosa para crescente indústria nascente de microeletrônica durante a Segunda Guerra Mundial. Garimpos estabeleceram-se à margem direita do Araguaia (como o de Chiqueirão), dando fôlego a movimentos que levaram a criação de povoamentos. A fundação de cidades, exemplo de Xambioá e São Geraldo do Araguaia,

apoiou-se em sua totalidade à exploração desse minério⁴. A respeito dos núcleos urbanos criados a partir da exploração dessa atividade econômica, Nascimento frisa que:

A notícia de prosperidade corria de boca e, em pouco tempo, o imenso e despovoado vale do Araguaia transformou-se numa área de atração para aventureiros que em volta dos seus garimpos faziam povoados quase da noite para o dia. Por sua vez, à medida que iam se estruturando, ganhavam áreas urbanas, moldadas por comércios, zonas boemias, circundadas por roças e pastagens que davam suporte econômico. (NASCIMENTO, p. 24, 2013).

Escassos são os registros que especifiquem ou apontem atividades de extração desse mineral nos municípios do norte do Estado de Goiás, aflorando relatos de antigos moradores que argumentaram a existência da extração de material. Mesmo em curtos períodos (anos, décadas dificilmente), apesar de não estarem ligadas as suas fundações e desenvolvimento econômico à mineração, esse fator contribuiu consideravelmente para a criação dos povoados, atraindo mão de obra. Segundo relatam Filomeno Lustosa e Leonardo Mello⁵, moradores do antigo povoado de Chapada Redonda, hoje Bairro de Fátima, em Araguaína, “na década de 50, vinham pessoas de todos os cantos do Brasil e desciam o rio Lontra de barcos a remo ou empurrados com varas longas, rumo aos garimpos de cristal, caso do Chiqueirão”. A respeito das interações entre os centros desta época, Santos (2013) afirma que as relações entre os lugares eram fracas e inconstantes, reflexo das grandes dimensões territoriais do país.

Tabela 01: Produção de Cristal de Rocha no Brasil – 1956/58

UF*	PRODUÇÃO		
	1956	1957	1958
Goiás.....	129	237	514
Pará.....	3	0	0
Bahia.....	188	133	142
Minas Gerais.....	178	143	330
Espírito Santo.....	1	0	0
São Paulo.....	8	3	0
Rio Grande do Sul.....	35	36	37
Brasil.....	541	552	1023

Fonte: IBGE – (Sinopse) Estatísticas do Século XX. (Organizado pelo autor)

* Os estados citados são os produtores na época.

⁴ A extração do cristal de rocha levou a fundação de vários núcleos de povoamento como: Xambioá, Araguaia, Ananás, Muricilândia, Arapoema, Araguaçu, Pequizeiro, Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Pium, Itaporã do Tocantins. Alguns municípios, mesmo diretamente não fundados em torno da exploração do cristal, assimilaram a população após o declínio da atividade.

⁵ Em entrevista, os Srs. Filomeno Linard e Leonardo Melo ainda descreveram as péssimas condições das estradas da época, que era comum permanecerem dias “atolados” a beira das estradas, a espera de outro caminhão ou trator que poderiam ajudá-los.

A tabela 01 evidencia que o então Estado de Goiás era um grande produtor na década de 50 de cristal de rocha, traduzindo-se como importante centro de produção, além de atuar na comercialização do material “in natura”. O ano de 1958 coincide com a descoberta de jazidas do material em quantidade expressiva no norte do então Goiás (mapa 01).

Consequentemente, nesse mesmo período foram exportados o montante de 3.198 toneladas de rochas de cristal, apontando a importância dessa atividade econômica e o emprego de um significativo exército de trabalhadores braçais utilizados nas lavras, já se investindo sobre a região uma considerável leva migratória de pessoas oriundas de outras regiões do país. Esse ciclo teve breve duração, primeiramente pelo esgotamento das principais jazidas após a extração apenas das lajes superficiais, com o emprego de técnicas rudimentares.

Em um segundo momento, deveu-se ao aumento da participação da produção de outros estados brasileiros, principalmente de Minas Gerais, que em pouco tempo tornou-se um grande produtor, somando-se aí a facilidade de escoamento do produto para o mercado exterior.

Sobre o escoamento da produção do cristal de Goiás, Bessa (2013, p. 71) complementa que a mesma seguia por via aérea com destino ao Rio de Janeiro. Para tanto, utilizavam as pistas de voo dos centros próximos, caso de Carolina, que tornara-se um importante centro de dispersão desse mineral.

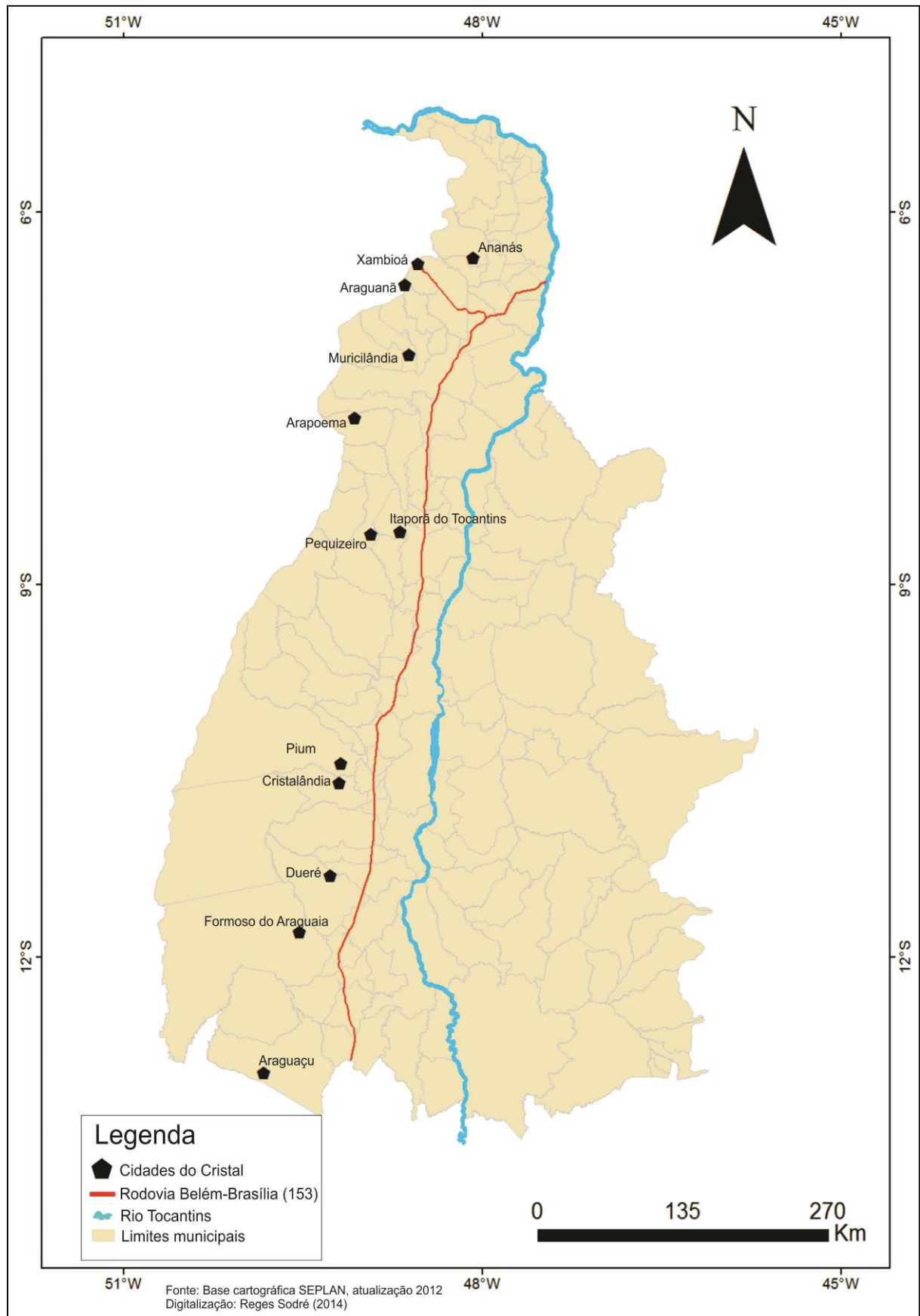
O cristal seguia para os mercados que necessitavam do produto, principalmente as indústrias americanas, como já colocado aqui. A mão de obra movida pela força centrípeta resultante do declínio do ouro e do esgotamento das minas de cristal juntava-se agora nos pequenos núcleos que futuramente iriam se constituir cidades.

1.3 – De povoado Lontra ao Município de Araguaína

O núcleo urbano primitivo de Araguaína surge de forma a atender duas funções quase primordiais: primariamente ligado às atividades agropastoris e, secundariamente, serviu-se como base para passagem a outras áreas mineradoras em outros estados, exemplo do Estado do Pará e seus garimpos, coleta da castanha e caucho.

Em corroboração a isso, Valverde e Dias (1967, p. 147) descrevem a força atrativa exercida por Marabá, em que as populações do norte goiano eram pobres e sem terras, carecendo da coleta da castanha para melhorar de vida.

Mapa 01: Cidades que Surgiram a Partir da Extração do Cristal de Rocha



A atividade pecuarista⁶, inicialmente principiante e difusa, pouca contribuíra para o desenvolvimento do povoado, valendo-se os moradores do cultivo de cereais e da extração da amêndoa do babaçu.

O desbravamento do município de Araguaína remete ao ano de 1876, com a chegada de João Batista da Silva e família, procedentes da Vila de Nossa Senhora do Livramento de Paranaguá, Estado do Piauí. Estabeleceram-se à margem direita do rio Lontra, em local que denominaram “livre-nos Deus”, nome que expressava o temor permanente de ataque das hordas indígenas e de animais selvagens que habitavam a primitiva região. Em corroboração quanto à origem dos migrantes que se dirigiam para o então Estado de Goiás, Bessa afirma:

A atividade agropastoril tradicional desenvolveu-se, em fins do século XVIII e no século XIX, no vale do Tocantins e na porção sudeste do Estado, com correntes vindas do planalto central, sobretudo do vale do São Francisco, e do meio norte, especialmente dos sertões do Maranhão e Piauí, determinando a ocupação do território (BESSA, 2013, p. 70).

Certamente, os migrantes que se dirigiam para a região do norte de Goiás deveriam reunir-se em torno dos pequenos núcleos para as invernadas, retornando com reses apenas para vendê-las ao mercado nordestino, contribuindo, assim, para as trocas de produtos entre os lugares, ou seja, utilizavam-se dos animais para o transporte de mercadorias entre diferentes lugares.

O Rio Lontra e suas margens férteis contribuíram decisivamente para instalação de um pequeno núcleo de povoamento, além de servir de base para tropas e seus destemidos tocantes, que excursionavam entre os estados do Pará, Piauí e Maranhão. O município, por não se situar às margens dos rios Araguaia ou Tocantins⁷, ficara de fora das principais rotas de transportes até então empregadas na época, o que se traduzia em isolamento geográfico, afetando de forma crucial o escoamento de qualquer gênero que viria a ser produzido no local⁸.

⁶ O ciclo do gado, também agente da circulação interior, determinou o aparecimento de inúmeros povoados. A denominação de Registro deriva da cobrança de taxas que aí se efetuava, por ocasião da passagem do gado. A cidade de Franca, por exemplo, tem seu nome ligado ao fato de situar-se à beira da estrada "francana", por onde se procurava escapar à obrigação de pagar os referidos impostos. As próprias fazendas, muitas vezes, deram origem a núcleos urbanos: incluem-se neste caso Curral d'El-Rei, em Minas; Campo Maior, no Piauí; Anápolis em Goiás. Igualmente, as feiras de gado importantes: Feira de Santana, na Bahia; Sorocaba, em São Paulo. Os locais de pouso ao longo das estradas foram responsáveis pelo aparecimento de cidades, como Pouso Alto, Pouso Alegre, Passo Fundo, etc. (GEIGER E DAVIDOVICH, 1961, p. 32-33).

⁷ “A inexistência de transportes interiores rápidos era responsável por um isolamento quebrado apenas por transporte marítimo”. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 34).

⁸ A produção desses gêneros estava relacionada à demanda nacional e internacional da época, impelindo as atividades econômicas a silvicultura e mineração. Obviamente as grandes distâncias impediam a propagação de qualquer avanço técnico.

“Ostracismo e atraso” configuraram a vida social do povoado Lontra durante mais de sessenta anos até chegada de novos moradores em 1925, o que ocasionou uma nova dinâmica para o cotidiano dos moradores. Conforme Santiago (2000, p. 04), “a chegada das famílias de Manoel Barreiro, João Brito, Guilhermino Leal e José Lira e João Batista Carneiro deram um novo impulso ao povoamento”.

O município de Araguaína, inicialmente um povoado, pertencera ao município de São Vicente (atual Araguatins), Boa Vista (hoje Tocantinópolis) e, por último, ao município de Filadélfia⁹. O povoado dependia dos gêneros trazidos pela rota navegável do Rio Tocantins, levando-se cocos da palmeira babaçu para o porto de um povoado com o nome retirado dessa árvore, Babaçulândia¹⁰.

O que motivou a emancipação do então povoado do Lontra do município de Filadélfia certamente foram os rumores da passagem da rodovia próxima ao núcleo de povoamento, o que instigou a população local a desvencilhar-se dos laços que as prendiam, o que, de certo modo, acelerou a mobilidade de pessoas rumo a esse núcleo. Em reforço a essa afirmação, Valverde e Dias (1967, p. 326) reforçam que anteriormente existira um plano para que a rodovia acompanhasse o vale médio do Rio Tocantins, ou seja, seguiria o rio até sair do estado, porém, esse roteiro foi mudado para o divisor de águas Araguaia-Tocantins, o que permitiu uma guinada para vários núcleos.

A tabela 02 expõe a quantidade de óleo produzida a partir da amêndoa de babaçu, produto largamente empregado anteriormente à produção do óleo extraído da soja, entrando em declínio sua utilização como óleo de cozinha. Valverde (1989, p.74) corrobora com a afirmação anterior quando explana:

A partir da década de 60, deu-se, além disso, uma redução do consumo nacional de gordura de coco babaçu (marcas Carioca, Durnorte), em virtude da concorrência imposta pelo óleo de soja, de custo de produção muito mais baixo e no qual estão investidos capitais nacionais e multinacionais avultados.

⁹ O município de Filadélfia, desde sua fundação, teve somente o nome atual, que foi dado em homenagem a Filadélfio Antônio de Noronha, por motivo de esse senhor ter, no ano de 1857, situado a sua fazenda de gado vacum e cavalari, na região, dando-lhe a denominação de Filadélfia.

¹⁰ Esta cidade ficaria, primeiramente, subordinada a Boa Vista do Tocantins, atual Tocantinópolis. Anteriormente denominava-se Nova Aurora do Coco.

Em 1948, com a criação do município de Filadélfia, o então Povoado Lontra, agora Distrito¹¹, assume o nome de Araguaína¹² em homenagem ao rio Araguaia. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958, p. 163) ressalta que o nome atual foi dado pelo fato de as águas que banham a vila serem vertentes do rio Araguaia.

Tabela 02: Produção de Babaçu no Brasil - 1956/1958

UF*	PRODUÇÃO		
	Quantidade (t)		
	1956	1957	1958
Goiás.....	4.140	3.211	3.649
Pará.....	94	71	40
Bahia.....	838	713	414
Minas Gerais.....	763	746	637
Piauí.....	9.756	7.961	9.217
Maranhão.....	64.504	73.696	79.493
Ceará.....	652	777	739
Brasil.....	80.747	87.175	94.189

Fonte: IBGE (Sinopse)Estatísticas do Século XX. (Organizado pelo autor)

* Os estados citados são os produtores na época.

O então distrito emancipou-se por meio da Lei nº 2.125 de 14 de Novembro de 1958, tornando-se município. A base da economia estava consolidada na agropecuária, imperando uma estrutura fundiária erguida nos moldes tradicionais de acumulação pré-capitalista, com estabelecimentos baseados na exploração das inúmeras glebas desmatadas para plantio de culturas de roça de toco, produzindo víveres apenas para o mercado interno.

Valverde e Dias (1967, p. 204), a serviço do Conselho Nacional de Geografia, descrevem a região onde está situado o município de Araguaína:

Entre dois pontos sobre a BR-14 distantes, respectivamente, 4 km ao sul e 30 km ao norte de Araguaína, os rios da bacia superior do Lontras, afluente da margem direita do Araguaia, sulcam o planalto, coalescem suas vertentes e as terras de matas e babaçuais dominam mais uma vez. Então, de novo a paisagem se transforma: há mais lavouras, mais gente, mais cursos d'água... Os bosques de palmeiras babaçu se alternam ou se interpenetram com as culturas e os pastos. Cultivam-se o milho, o algodão perene, a mandioca e a cana; tudo em roçados. O gado ocupa pastagens cultivadas e divididas em "mangas".

¹¹ Lei Municipal nº 86, de 30 de Setembro de 1953. No distrito de Araguaína existem os seguintes povoados: Araganã, que é sede de garimpo de cristal, localizado nas margens do rio Araguaia; Muriczal, também garimpo de cristal, localizado nas margens do rio do mesmo nome, afluente do Araguaia; Crato e Xixabal. No distrito de Palmeirante existe o povoado de Iviti (em 1950 era distrito). (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 1958, pp.163-164).

¹² Luzia da Cruz Machado em seu livro "minhas lembranças", ressalta que o povoado também recebera os nomes de Neblina e Petrolina do Rio Lontra.

Compreendemos assim que, apesar de o núcleo urbano estar compreendido em uma zona que historicamente seria ocupada por pecuária extensiva, a mesma desenvolveu-se na região de Araguaína não como uma atividade predominante, salvo nos períodos posteriores a construção da rodovia. Quanto às técnicas empregadas nas lavouras de subsistência, McCreery Jr (2002, p. 212) assinala que:

[...] a agricultura goiana sofreu pelo baixo nível de tecnologia e capitalização, o que encorajou práticas tradicionalmente destrutivas. A técnica agrícola padronizada em Goiás, como em grande parte do sertão, envolvia a derrubada de florestas virgens com machado e foice, seguida pela queimada dos arbustos secos antes do início da estação chuvosa e depois pelo plantio nas cinzas.

Sobre o emprego da técnica, Santos (2006, p. 157) adverte que o meio natural já estava impregnado da técnica, por mais simples as transformações causadas por sua utilização pelo o homem, não estando rigorosamente presente na elaboração e produção de objetos, assim observamos a seguir:

O que alguns consideram como período pré-técnico exclui uma definição definitiva. As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a natureza, impondo-lhe leis. A isso também se chama técnica.

O meio natural era paulatinamente modificado à medida que lhe fora imposto a cobertura da técnica, concebida ainda inicialmente incipiente. Santos e Silveira (2001, p. 29) afirmam que: “A precariedade ou a pobreza das técnicas disponíveis constituía o corpo do homem como principal agente de transformação tanto na produção como no enfrentamento das distâncias, e ainda a natureza triunfa e o homem se adapta”.

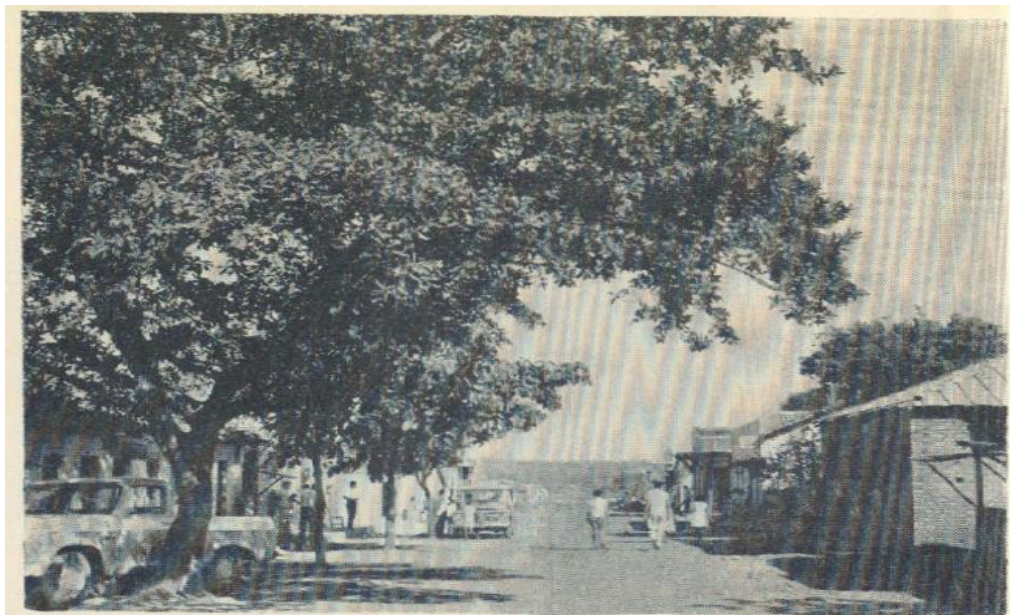
Tal situação pouco ou nada se alteraria se não houvesse o emprego vigoroso e substancial dos objetos técnicos sobre o espaço, territorializando-o, impondo novas condições e rearranjos nas relações entre o homem, o meio e entre si. Quanto aos componentes do espaço territorializado, Santos (2006, p. 158) revela que:

Os objetos que forma o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. Quanto ao espaço, o componente material é crescentemente formado do natural e do artificial. Mas o número e a qualidade de artefatos variam. As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos.

As casas na década de 1960 eram construídas, em sua maioria, de adobe, à medida que a falta extrema de condições financeiras expunha a população a abrigar-se em tetos cobertos de palhas e paredes de tábuas, sobressaindo-se poucas moradias com condições de razoáveis conforto.

A fotografia 01 mostra as condições das habitações araguainenses em meio à década de 1960, averiguando-se construções posicionadas em sentido linear às ruas, ausentando-se qualquer benfeitoria de infraestrutura, como calçamento ou pavimentação.

Fotografia 01: Centro de Araguaína na Década 60.



Fonte: Valverde e Dias – 1967.

O isolamento geográfico¹³ dificultava não apenas o escoamento de produtos. A assistência médica aos habitantes era comprometida pela escassez de profissionais do ramo e as instalações não atendiam às exigências para o exercício da medicina. Enfermeiras e as tradicionais “parteiras” eram fundamentais para o socorro e atendiam muitas vezes “a domicílio”.

Substancialmente na região do povoado, a população estava distribuída difusamente por uma área que beirava 8 km², próximos a rios e córregos como: Lontra, Prata, Xixebal, Gurguéia, Ponte e Jacuba. Nessas imediações surgiram vários povoados como Exu, Ponte, Chapada Redonda, que posteriormente foram incorporados à malha urbana do município.

O desmatamento realizado para construção da Rodovia Belém-Brasília no fim da década de 1950 e seu asfaltamento nas décadas posteriores introduziram o município em uma nova dinâmica no novo cenário econômico regional, arrefecendo a região com profundas mudanças na política, economia e, principalmente, na estrutura social que ali se desenhava.

1.4 – A Belém-Brasília: o surgimento de novos núcleos e a dinamização dos antigos

¹³ O isolamento geográfico pode ter contribuído para a formação vários núcleos urbanos, já que estes constituíam um lugar de reunião de famílias de fazendeiros e empregados, buscando aquisição de produtos oriundos de outras regiões, ou ainda local de promoção de atividades sociais ou religiosas, missas e festejos.

Um dos pontos que influenciou decisivamente para que houvesse um estrangulamento das relações do município de Araguaína com outras localidades fora o distanciamento da principal via de transporte da época – os rios. Era por meio dos Rios Araguaia e Tocantins que a circulação e distribuição de mercadorias era feita aos moradores desde os primeiros povoamentos.

É compreensível que os núcleos que estavam fora do eixo hidroviário careciam de qualquer ou nenhum desenvolvimento, seja social ou econômico. De fato, uma reorganização da malha de transporte teria um efeito expressivo na ocupação do território, além de sepultar antigas relações de uso e ocupação dos campos goianos. O fim desse “entreve” para o desenvolvimento de Araguaína e de outros municípios que ocupavam o espigão central do antigo norte goiano perpassa a construção da BR-153. A respeito do surgimento de novos núcleos urbanos, Sônia Maria de Souza (2004) revela:

Ao mesmo tempo em que a rodovia Belém-Brasília fez surgir novas cidades, ela também provocou a estagnação econômico-política dos municípios ribeirinhos, por que a navegação fluvial entrou em decadência como transporte mercantil, uma vez que pela rodovia se levava menos tempo para transportar mercadorias. Algumas cidades perderam a sua importância para certos núcleos urbanos, que se desenvolveram com muita rapidez. (SOUZA, 2004, p. 382)

Aquino (2004, p. 334) corrobora com Souza, citando Nunes (1984), quando apresenta que parte das funções que os municípios ribeirinhos exerciam passara a ser executadas pelos novos centros. O crescimento da migração era constituída inicialmente por um enorme contingente de posseiros, em sua maioria ex-funcionários empregados na própria construção da rodovia, e, posteriormente de grileiros e empresários do sul, ávidos por terras baratas, municiados de capital e financiamentos governamentais.

Vejamos o que diz Maia (2006, p. 84) sobre a demarcação das terras do então norte de Goiás:

Pela lei de 6 de julho de 1962, criou-se o IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás. A partir dessa data, o Estado deu início à colonização de suas vastas reservas no norte e nordeste do Estado, pela legalização de áreas já em franco desenvolvimento e produção mais ao sul.

Aconteceu, aí, um fato que se pode chamar curioso. As terras do norte, com destaque às matas de Araguaína, Colinas, Arapoema etc. foram ocupadas por grupos do sul do Estado, agravando, de certo modo, a pobreza da região. Esta região desassistida como sempre foi, ficou também sem suas reservas naturais, criando um processo de acelerado êxodo rural. Houve queimadas assombrosas, com reservas de madeira dizimadas pelo fogo e, hoje ocupadas pelo Capim Colonião e as riquezas, transferidas para o sul do Estado.

Nenhuma preocupação de levar investimentos se fez notar. Pelo contrário, enfileiraram-se obstáculos, durante as décadas de 60 e 70, aos próprios investimentos primários. O resultado, hoje, é uma defasagem assustadora de nível de renda entre o norte e o sul.

Em 1971, as terras devolutas, num raio de 100 km às margens da Belém-Brasília, foram incorporadas ao patrimônio da União. O Decreto-Lei Federal nº 1.164, que

atingiu terras também na Rodovia Transamazônica, tirou do IDAGO cerca de 175.560 km². Esta área, com abrangência a partir do Paralelo 13, representou 61,6% da área até então pertencente ao Estado acima do paralelo que divide a Amazônia Legal.

Sobre a posse da terra, Vinhal (2009, p. 37) ressalta que: “um país caracterizado por grandes latifúndios, essa proposta seria no mínimo mesquinha, visto que a extensão de terras na região em estudo era marcada por quilômetros de terras sem dono e grandes vazios demográficos”. Neste contexto, há de se presumir que os antigos posseiros engrossaram as fileiras de trabalhadores que migraram para as cidades às margens da rodovia, além daqueles que foram liberados após a conclusão dos trabalhos de desmatamento na abertura de áreas de pasto. É nesse contexto que se deu um aumento exacerbado da população nos estados que compõem a nova fronteira agrícola. Aqui, em especial, trataremos com ênfase do município de Araguaína.

A terra conheceu cercas. Posseiros que habitavam no entorno de alguns núcleos urbanos sem possuir qualquer título de posse definitiva viram suas glebas serem demarcadas: era a “marcha para o oeste”. Sobre a posse da terra, Octávio Ianni (1981) esclarece:

“De todo os modos, nos anos 1912-60 consolidou-se uma estrutura fundiária na qual sobressaíam grandes posses, mal delineadas ou demarcadas, ao lado de sítios localizados. A rigor, não era nítida a gama e a trama das posses grandes, médias ou pequenas. Mas era apenas uma impressão. Na prática cada um sabia o que era seu, qual era a extensão dos seus limites. A ausência de cercas ou marcos físicos na terra não significava a ausência de cercas, marcas e marcos nas posses de cada um. Os limites físicos poderiam ser um tanto indiferentes, mas as relações sociais ali constituídas deixavam bastante claro os limites do que era <<meu>, <seu>, dos índios, ou terras de ninguém, do seu fim. Vastíssimas extensões permanecem, até agora, devolutas e pertencem aos primeiros ocupantes”. (IANNI, 1981, p. 87).

As terras devolutas foram ocupadas primeiramente por posseiros. À medida que fora realizada a abertura da estrada, inevitavelmente aumentou-se o fluxo de pessoas interessadas a ocupar esse espaço de fronteira, como relata Napoleão Aquino (2004, p. 328), citando o engenheiro George Yunes:

[...]ao longo da estrada eram reservados seis quilômetros de cada lado, para serem distribuídos entre os colonos. Mas, segundo ele, essa tentativa andou longe de dar certo, porque imediatamente chegaram os latifundiários, que ofereciam algum dinheiro, compravam aquelas terras dos colonos e, assim, a margem da rodovia foi-se transformando em latifúndio (AQUINO, 2004, p. 328).

Foi a partir da construção da BR-153 que o novo modelo de produção capitalista se instalou na região através da “frente pioneira agrícola”, atraído pelos “incentivos fiscais”, propiciados pelos programas federais e encarregados de executar o “desenvolvimento” da região (SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins e PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo a Agroindústria do Norte e Nordeste) (LIRA, 2011, p. 131). O asfaltamento da Belém-Brasília (sua abertura já teria sido realizada anteriormente e não há uma data precisa

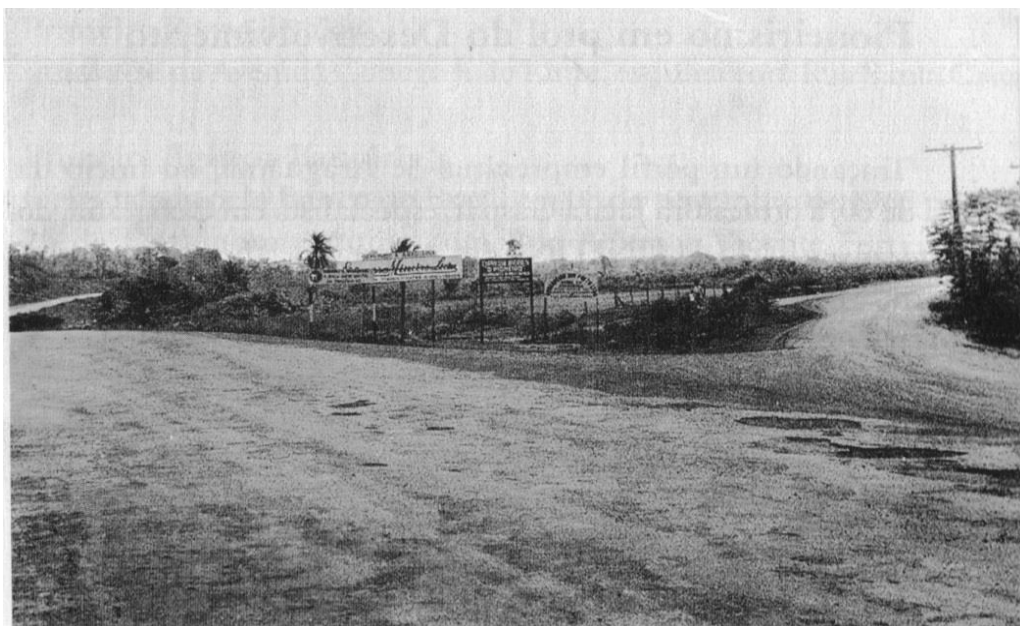
de sua inauguração) tornou-se o motor das mudanças que impregnaram o território com novos usos, atribuindo-se a ele novos valores.

Aires José Pereira (2013) corrobora com Lira quando defende que a abertura de rodovias não só beneficiou a integração do norte com o Centro-Sul do país, como também possibilitou a criação de novos povoados e, destes, suscitou o surgimento de cidades e/ou fortalecimento das já existentes. No caso específico de Araguaína, ocorrera a última situação, ou seja, houve um revigoramento econômico da cidade, pois a Belém-Brasília a colocou em contato com o Centro-Sul do país (PEREIRA, 2013, p. 91).

Antes da abertura da BR-14, essas terras de matas estavam praticamente vazias, pois aos rudes fazendeiros, que aí criavam gado a solta, interessavam apenas as terras de campo, sendo que nas matas se faziam apenas pequenas roças de subsistência. A rodovia, dando acesso aos mercados, valorizou as matas (VALVERDE E DIAS, 1967, p. 183).

A rigor, a implantação das rodovias (Fotografia 02) pelo Governo Federal visava à ligação aos mercados Centro-Sul, através da inserção do capital, privado e público, reestruturando novos espaços de forma a garantir a apropriação de terras, dinamizar a economia e maximizar a exploração da maciça mão de obra excedente de outras regiões, como a do nordeste. A Belém-Brasília surge nesse contexto, como um ato da elite dominante sedenta por novos espaços a serem explorados.

Fotografia 02: Pavimentação da Belém-Brasília, trecho de Araguaína.



Fonte: Santiago – 2000.

O processo de urbanização no trecho entre Imperatriz e Gurupi ocorrera atendendo ao crescimento do setor rural na maioria dos atuais municípios. Muitas cidades começaram como

pequenos pontos comerciais que atendiam as demandas do campo, como insumos, máquinas agrícolas, dentre outros.

Além disso, havia o surgimento de cidades através dos postos de combustível que atendiam aos viajantes da rodovia não só com o combustível, mas também com variados serviços como hospedagem, manutenção de veículo e alimentação. Muitos núcleos nasceram, assim, a partir de pontos comerciais que atraíram outros postos de atendimento aos trabalhadores¹⁴, fazendeiros e viajantes levando migrantes de várias partes do Brasil à região (PACHECO, 2009, p.68).

Os resultados de tal processo foram a implantação e o crescimento de núcleos urbanos, alterando, assim, a composição das relações sociais e de produção. Inovações diversas foram introduzidas, substituindo os antigos sistemas desmantelados pela dinâmica capitalista (ARBUÉS, 2004, p. 403).

A partir da década de 1960, novos eventos, especialmente associado com a política de integração nacional, os impulsos ao processo de interiorização e a construção da nova capital federal, criaram as variáveis que promoveram mudanças nesse arranjo espacial, resultando numa segunda fase de estruturação dessa rede marcada pela ascensão de outros dois centros, Araguaína e Gurupi (BESSA, 2013, p. 74).

Bessa (2013) ainda complementa que a construção da BR-153 (também conhecida como BR-14 ou Transbrasiliana) impulsionou o surgimento e a expansão de núcleos urbanos nessa rota, dentre os quais: Gurupi, Paraíso do Tocantins, Guaraí, Colinas do Tocantins e Araguaína.

A população primeiramente residente mostrou-se incapaz de discernir o real valor da terra¹⁵, acostumados a coexistirem em comunidades que ignoravam possuir a posse da terra como uma propriedade particular.

O aumento expressivo da massa populacional no estado de Goiás pode ser verificado na tabela 03, cabendo a este durante os anos de 1960 a 1970 um aumento na ordem de 115% percentual na população urbana. Na década posterior, esse aumento ainda se apresentava expressivo, efetivos 94,26%, o que explica o crescimento exacerbado e a dinamização dos núcleos urbanos já existentes¹⁶.

¹⁴ Trabalhadores provenientes principalmente da região nordeste que foram expulsos pela falta de terras que encontravam-se em mãos dos latifundiários, no caso, os coronéis.

¹⁵ As terras eram, talvez por sua vasta disposição, vendidas por preços irrisórios, não raro, às vezes, serem objeto de troca por mercadorias de baixo valor.

¹⁶ Aqui estão excluídos os núcleos tradicionais, ancorados na antiga rota de circulação de mercadorias e pessoas, calcadas nos rios.

As taxas do meio rural passaram em números absolutos a serem menores do que a urbana, o que podemos observar nas taxas seguintes: de 27% positivos entre 60 e 70 decresceram para números negativos de - 14%¹⁷ em 1980.

Porém, nem sempre essas regiões, ao serem interligadas com as dos centro-sul, empreenderam um desenvolvimento imediato. Valverde e Dias (1967) defendem que quando se rompe o isolamento entre regiões mais adiantadas ou mais ricas e outra estagnada num nível econômico e atrasada, há um reflexo imediato não benéfico sobre a última.

Nessa direção, verifica-se um desequilíbrio causado pelo êxodo da população em busca de melhores horizontes de trabalho, sendo que só posteriormente a esse processo o progresso vai penetrando vagarosamente na região mais atrasada.

Sobre a inversão da moradia da população brasileira, Santos (2013, p. 32) reforça que entre 1960 e 1980 incorporou-se ao contingente urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960, levando nos finais do século XX um acréscimo de 30 milhões de pessoas. Nessa direção, os habitantes do campo diminuíram em números relativos, cerca de 42% de sua população.

Todavia, essa ambiguidade verificou-se no futuro, o centro, o *core* da problemática do cenário urbano, devido esses não serem inseridos de forma implícita na economia formal desses municípios, gerando os primeiros núcleos periféricos no entorno das principais cidades.

O processo de urbanização no entorno da rodovia Transbrasiliana ocorreu de modo desarticulado, originado por diversos fatores e com características diferenciadas em todo seu percurso. As cidades que ali nasceram e/ou se desenvolveram após a construção da rodovia têm uma relação muito importante com esta até os dias atuais (PACHECO, 2009, p. 68).

Diversos núcleos urbanos foram criados e/ou dinamizados, reiterando uma reconfiguração das vias de acesso aos centros que anteriormente eram assistidos pela circulação fluvial. A medida que novos traços técnicos assentaram no espaço, impeliu-se a abertura de novas áreas para a acumulação do capital.

Sobre a interligação promovida pela BR-14, Valverde e Dias (1967) argumentam que a rodovia é de fundamental importância para que haja o progresso econômico do centro do país, porém é indispensável a interligação por meio ramais as outras vias do Brasil.

¹⁷ Ressaltamos que dado fenômeno não é exclusivo destas áreas de fronteiras, mas verificou-se sua totalidade em todas as regiões do país.

Tabela 03: População da Região Centro-Oeste – 1940/1980.

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE									
	Urbana					Rural				
	1º-9-1940	1º-7-1950	1º-9-1960	1º-9-1970	1º-9-1980	1º-9-1940	1º-7-1950	1º-9-1960	1º-9-1970	1º-9-1980
BRASIL	12880182	18182891	31 303 034	52 084 984	80 479 448	28 356 133	33 161 506	38 167 423	41 054 053	38 619 544
CENTRO-OESTE	270 837	423 497	1 007 228	2 437 379	5 118 092	987 842	1 313 468	1 935 764	2 635 880	1 436 777
Mato Grosso do Sul	—	—	—	—	918 865	—	—	—	—	451 468
Mato Grosso	128 727	177 830	343 569	684 189	656 513	303 538	344 214	545 970	912 901	485 148
Goiás	142 110	245 667	575 325	1 237 108	2 403 234	684 304	969 254	1 337 964	1 701 569	1 462 248
Distrito Federal	—	—	88 334	516 082	1 139 480	—	—	51 830	21 410	37 913

Fonte: IBGE, Censo 2010. Organizado por: MARTINS, Claudiomar da Cruz

A tabela 04 difere da anterior ao tratar de números absolutos (rural/urbano), no qual podemos observar que até a década de 80, quando a área então compreendida do estado do Tocantins ainda fazia parte da Região Centro-Oeste apresentava o maior crescimento relativo em comparação às outras regiões do Brasil. Após a criação do estado do Tocantins e a incorporação deste a Região Norte, houve uma complementação ao processo de expansão a partir dessa inclusão.

Até fins da década de 1970 e 1980, há uma nova tendência que é o estacionamento das taxas demográficas em 28%, invertendo a continuidade de crescimento, porém, suficientemente expressiva, como podemos observar na tabela 04: a região norte detinha, apesar de haver queda dos índices nas demais regiões, os maiores tentos em taxas de crescimento no fim dos anos 2000, o que demonstra a susceptibilidade da região em receber migrantes. Vejamos o que diz Becker (1994) sobre o crescimento demográfico na Região Norte:

As variações internas dos fluxos rurais são grandes. Na década de 70, na maior parte do Maranhão, Goiás e sul do Mato Grosso, o crescimento estagnou em níveis abaixo de 3,5% ano, invertendo a tendência ao rápido crescimento da década anterior; Pará, norte de Mato Grosso e Rondônia, as taxas de crescimento ascenderam a mais de 6% ao ano; finalmente, o Amazonas e o Acre continuaram com saldos migratórios negativos como na década anterior. Em todas essas áreas, a população urbana crescera aceleradamente.

A população total da Região aumentou de 7.000.000 para 11.000.000 de habitantes, e a população urbana dobrou, crescendo mais do que a rural: 2.500.000 para 5.000.000, enquanto a rural aumentou de 4.500.000 para 6.500.000. (BECKER, 1994, p. 45).

O aumento populacional verificado nessa região contribuíra de forma a desenvolver os pequenos núcleos à medida que, além de propiciar a mão de obra necessária para abertura de novas áreas para a investida do capital, constituíra um mercado consumidor promissor, mesmo que ainda carente, de baixo poder aquisitivo.

Em função da construção da rodovia, o então norte de Goiás experimentou uma série de políticas de cunho federal que alavancou a população de seus municípios, imprimindo no espaço de fronteira uma nova organização, como ressalta Arbués (2004, p. 403):

O norte de Goiás, a partir dos anos 1960, passa a ser então o centro das atenções governamentais, recebendo estímulos ligados à infraestrutura e financiamentos direto ao produtor, através dos programas especiais. Isso provocou uma mudança no panorama de ampliação de frente pioneira e de expansão.

Nos novos núcleos e antigos dinamizados, grande parte destes trabalhadores ocuparam as novas áreas que foram destinadas a ocupação, já nas cidades existentes, novas ruas foram abertas no entorno do núcleo antigo, aumentando a malha urbana.

Tabela 04 - Crescimento da população residente, absoluto e relativo, segundo as Grandes Regiões Brasil - 1950/2000.

Grandes Regiões	Crescimento da população residente				
	1950/1960	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000
	Absoluto				
Brasil	18128690	23068580	25863669	27822769	22765218
Norte	727597	1042078	2276408	3411404	2863005
Nordeste	4189786	5930047	6700429	7685184	5195713
Sudeste	8081342	9222770	11880627	11006276	9556950
Sul	3917657	4743418	2534669	3098215	2960406
Centro-Oeste	1212308	2130267	2471536	2621690	2189144
	Relativo (%)				
Brasil	34,90	32,90	27,80	23,40	15,50
Norte	39,70	40,70	63,20	51,50	28,54
Nordeste	23,30	26,70	23,80	22,10	12,23
Sudeste	35,80	30,10	29,80	21,30	15,23
Sul	50,00	40,40	15,40	16,30	13,38
Centro-Oeste	70,00	72,40	48,70	38,50	23,22

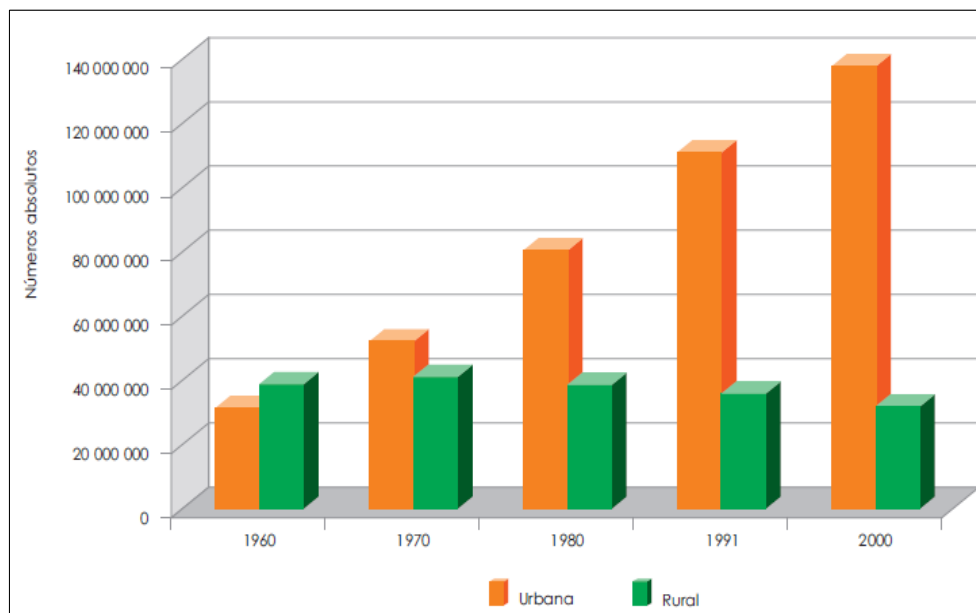
Fonte: IBGE, Censo 2000. Organizado por: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

Obs. 1: Até o período 1970-1980 os indicadores referem-se à divisão político-administrativa vigente no País na época do Censo de 1980.

Obs. 2: Os dados comparativos referem-se aos resultados definitivos dos respectivos censos até 1991.

A análise do gráfico 02 nos dá comprovação sobre a tendência da inversão entre a população urbana e rural no Brasil.

Gráfico 02 - População residente, por situação do domicílio Brasil - 1960/2000



Fontes: IBGE, Censo 2000. Organizado por: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

Em Goiás, até os fins da década de 60 a situação não era diferente, pois em todos os municípios do estado (como exceção de Anápolis e da capital Goiânia, que possuía 133.462 habitantes distribuídos na área urbana, enquanto na zona rural residiam apenas 20.043) a população rural excedia, em muito, a população urbana. O grande diferencial “pós” rodovia fora, sem dúvida, a rápida transição das pessoas do meio rural para o urbano. Aqui, nossa análise estará concentrada na urbanização dos municípios que hoje se encontram o atual Estado de Tocantins, sendo que, posteriormente, a análise se estenderá ao município foco deste trabalho.

Tabela 05: Mostra demográfica de municípios do Estado de Goiás -1960.

MUNICÍPIOS	ÁREA TERRESTRE (Km ²)	POPULAÇÃO REGISTRADA			DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/Km ²)
		Total	Urbana	Rural	
Araguaína.....	9 672	10 826	2 382	8 444	1,12
Araguatins.....	5 077	14 983	2 131	12 852	2,95
Arraias.....	5 243	8 590	1 446	7 144	1,64
Dianópolis.....	6 207	9 680	2 613	7 067	1,56
Babaçulândia.....	3 172	11 568	1 725	9 843	3,65
Filadélfia.....	6 752	11 709	1 303	10 406	1,73
Miracema do Norte.....	11 070	15 376	3 270	12 106	1,39
Natividade.....	10 674	11 214	1 666	9 548	1,05
Porto Nacional.....	15 850	23 005	5 360	17 645	1,45
Tocantinópolis.....	5 602	18 012	4 927	13 085	3,22

Fonte: IBGE - Estatísticas do Século XX. (Organizado pelo autor)

Novos centros surgiram e outros se revitalizaram, a exemplo de Araguaína, que já existia antes da rodovia, vira sua economia ser fortalecida e dinamizada em razão da construção da mesma. A visualização da tabela 05 nos permite compormos o cenário antes da inversão urbano/rural, na qual podemos ainda evidenciar que Araguaína não se destacara nem regionalmente, rivalizando com municípios da Amazônia Meridional, tais como Marabá e Imperatriz, bem como os demais municípios do próprio estado.

Vejamos como Becker (1994) retrata a urbanização na Amazônia Legal:

Como explicar a urbanização antes mesmo de uma produção agrícola e industrial efetiva na fronteira? Porque ela é uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional: sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior.

A importância da urbanização como instrumento de ocupação se relaciona assim a três papéis fundamentais exercidos pelos núcleos urbanos: a atração dos fluxos migratórios, a organização do mercado de trabalho e o controle social, o que atribui à urbanização um novo significado. (BECKER, 1994, p. 52)

A lógica do desenvolvimento do capitalismo sob a égide do Estado promovera o rápido aparelhamento do território recém-incorporado, densificado pelas imposições das técnicas, aumentando-se os fluxos e realizando a diferenciação espacial.

O alvorecer da década de 1960 foi marcado pelas transformações disseminadas pelo o novo objeto modelador do espaço, arregimentando novos lugares, fortalecendo alguns e promovendo a perda de importância de outros. As mudanças que se cristalizaram em Araguaína a partir dessas décadas serão aqui apresentadas no segundo capítulo, quando tentaremos elucidar os agentes, suas ações e processo de crescimento da cidade aqui analisada.

1.5 – A Amazônia Legal e a Política e a Ocupação do Território do Norte Goiano

A construção histórica do território brasileiro, segundo Santos e Silveira (2008, p.23), “é una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões”. Essa construção do espaço traz consigo momentos históricos que condicionam fatores que estão relacionados a diversas intervenções da sociedade, compreendendo, indubitavelmente, relações de poder e caracterizando-se em diversas políticas públicas empregadas pelo governo federal, de forma a garantir a soberania nacional sobre áreas antes consideradas intocadas, e inseri-las no cenário econômico nacional.

Diversos autores são enfáticos sobre as razões que levaram o governo brasileiro a viabilizar e subsidiar a ocupação de terras. As políticas governamentais voltadas para a Amazônia cumpriam a necessidade de integrar e desenvolver a região, mudando muito pouco

neste sentido nas décadas posteriores, possivelmente pelo fato do Estado ter tomado consciência da importância dessa região para o desenvolvimento do país, complementando-se aos interesses dos grupos nacionais e estrangeiros em integrar novas áreas a dinâmica do capital.

Assim, o Estado assumiu o papel de principal agente provedor das modificações no espaço, empregando uma política que ao mesmo tempo, ao seu ver, permitiria desenvolver uma região inóspita, gerando divisas para o pagamento de dívidas e, conseqüentemente, desenvolver a então economia estagnada do país.

Por Região, Corrêa (2001, p.15) expõe que a mesma “estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada pela sua natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização”. A respeito desta afirmação, Gomes (2002) ressalta que:

Na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Ela pode assim ser empregada como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos a diversidade espacial. Empregam assim cotidianamente expressões como — “a região mais pobre” “a região montanhosa”, “a região da cidade X”, como referência um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais. Notemos que como simples referência não exigimos que esta noção não se defina sempre relação aos mesmos critérios, que haja precisão em seus limites ou que esteja referida sempre a um mesmo nível de tamanho ou escala espacial. (GOMES, 2002, p. 53).

Em relação à definição anterior, cabe-nos inferir que o mesmo levaria à polissemia do termo a medida que a imprecisão dos limites do uso quanto à escala impossibilitaria o acesso às múltiplas realidades existentes nas diferentes áreas. Gomes (2002, p. 53) salienta que a região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados.

A região, nesse sentido, atenderia as necessidades de gestão do território, onde divide-se o tecido regional atribuindo-se os limites de competência para cada unidade administrativa, impondo-a ao trato de um poder central, apesar de gozar essas unidades de certa autonomia.

Para Santos (2006, p. 192), “as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição”. Castro (2002), citando Santos, destaca a universalidade atual do fenômeno de região e critica a vertente que a nega, uma vez que “nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização”.

Sua crítica se estende também àqueles que acreditam que a expansão do capital hegemônico por todo o planeta teria eliminado as diferenças regionais, o que impediria de se

prosseguir pensando em região. Contra argumentando, Castro (2002) aponta que a velocidade das transformações mundiais deste século como causa do desmoronamento da configuração regional do passado e demonstra que essa mesma aceleração do tempo aumenta a diferenciação dos lugares, pois, já que “o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno de região”.

Continuando, ele acrescenta que “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”. No entanto, para o autor, a região continua sendo “um espaço de conveniência”, pois o que “faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não”.

A região é um espaço onde se dá uma forma especial de reprodução do capital local, onde o político e o econômico funcionam partir do desenvolvimento desigual, sendo que isso decorre da especificidade relacionada à dominação de uma forma de reprodução do capital e das relações de produção (Oliveira, 1981, apud Brito, 2008). Oliveira (1981), em sua reflexão do conceito de região, afirma que esta é o palco onde desenrola o processo da acumulação do capital, com seus antagonismos que se cristaliza nas desigualdades por vezes observadas nas regiões brasileiras. Identificamos que as políticas praticadas na região que compreende o objeto de pesquisa deste trabalho, ao conceito proferido por Oliveira (1981), escamoteiam, então, o uso do conceito para localizar ao restrito em uma determinada área, tornando-se, além disso, um complemento para a dinamização dos meios de apropriação e acumulação do capital, a parte de regionalismos.

O zoneamento da região implica, nesse planejamento, a criação de núcleos de população de certa densidade demográfica e autonomia econômica, afastados entre si por distâncias consideráveis. Essa ideia só é realizável se a interligação das zonas de desenvolvimento escolhidas pudesse ser realizada por um sistema eficiente de transportes, ligando-as ao mesmo tempo entre si e com o restante do país.

1.5.1 – As frentes de ocupação da Amazônia

A fomentação desse desenvolvimento fora exemplificada pela criação de inúmeros planos e órgãos governamentais que fomentariam o desenvolvimento planejado da região, inserindo novas técnicas e redesenhando a divisão territorial do trabalho, imprimindo novas territorialidades sobre o espaço. Becker (1994, p. 12) coloca que a partir de 1920 e 1930 têm início as frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas, oriundas do Nordeste,

intensificadas nas décadas de 1950 e 1960. Monbeig e Forewaker (1981), citados por Mello (2006, p. 24), dividem esses deslocamentos em três etapas:

- a) primeira direção, marcada pelo cruzamento da fronteira do rio Paraná para o Paraguai, constituída pelos migrantes de regiões mais próximas daquele rio;
- b) a segunda direção para o Mato Grosso, com um novo padrão produtivo traz pelos gaúchos, que aportaram técnicas modernas de pecuária e agricultura, sobretudo na produção da soja;
- c) a terceira, partindo de São Paulo e dos estados do Sul, vinculou-se à construção dos grandes eixos rodoviários penetrando as "terras novas da Amazônia", e dar origem a centros urbanos em suas bordas, os quais retomaram as funções (rios da Amazônia na época colonial e das expedições dos bandeirantes).

A nova frente pioneira para a Amazônia não teve vínculo com a agricultura tradicional, mas com grupos industriais nacionais, estrangeiros, multinacionais, sociedades anônimas e de capitais urbanos, cujos investimentos foram respaldados pelo sistema de incentivos fiscais. O poder econômico operava dentro da lógica de ocupação de terras virgens, de valorização dos espaços.

As consequências sobre os homens tinham pouco significado, pois o importante era que a exploração de “terras novas” significasse a sua inserção na economia de mercado, o aumento da capacidade de exportação e a continuidade de investimentos para equipar as novas indústrias e pesquisar as novas matérias-primas (MELLO, p. 25, 2006).

A Amazônia, continuamente em diferentes épocas, tornou-se uma válvula de escape para as pressões sociais, procedente da modernização no campo nas Regiões Nordeste e Sudeste, que empurraram levas de migrantes para as grandes cidades, aumentando a tensão sobre serviços, principalmente nas áreas de moradia, o que levou a um inchamento das periferias.

Vale elucidar que as migrações anteriores ao regime militar foram de cunho espontâneo. Contrariamente, verifica-se uma inversão dos agentes que impulsionam: a indução pelo Estado. Objetivando o desenvolvimento a qualquer custo e exercendo o papel de agente planejador, o governo imprime sobre os habitantes das regiões onde há excedente de mão-de-obra sua ação, manipulando-os de forma a migrar para regiões com promessas estapafúrdias, sendo usados diretamente no “front” de ocupação.

Ianni (1979, p. 225) relembra que a políticas econômicas dos governos militares se assemelham, tendo como principais alvos e realizações reduzir a inflação, incentivar a exportação de produtos agrícolas, minerais entre outros. Desse modo, as políticas públicas para interligar a Amazônia ao restante do país e gerar dividendos foram colocadas em prática.

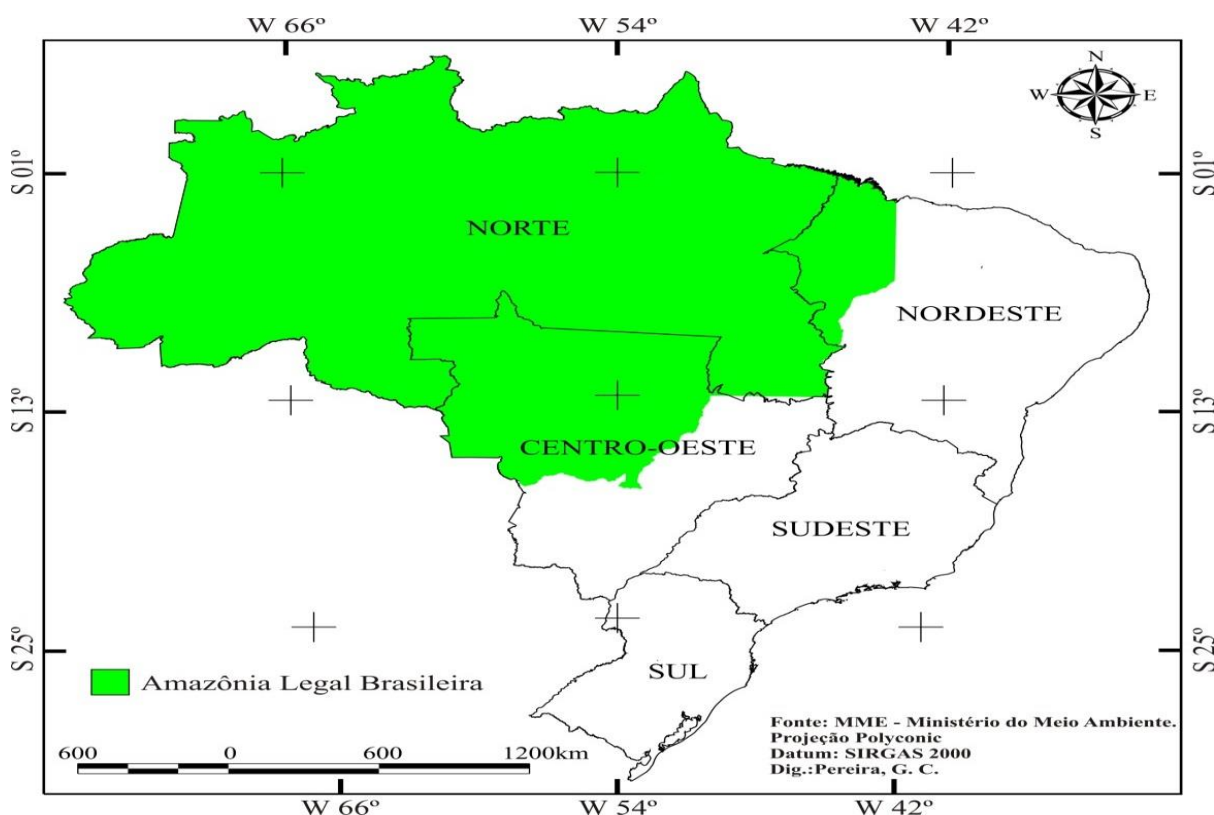
Anteriormente, sob a administração do presidente Eurico Gaspar Dutra, necessariamente em 1948, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica

da Amazônia (SPVEA) com a finalidade de promover o desenvolvimento da produção agropecuária e a integração da Região à economia nacional, pois aparte norte do país estava muito isolada e subdesenvolvida.

Logo percebeu-se que o fracasso da referida instituição deveu-se à priorização de apenas um ramo de atividade, à extração da borracha em sonegação a outras atividades importantes na região amazônica, como a borracha e juta, além do não investimento em obras de escoamento da produção.

No governo do presidente Castelo Branco, a SPVEA foi extinta dando lugar a SUDAM, que tinha a função de coordenar e supervisionar, outras vezes mesmo elaborar e executar, programas e planos de outros órgãos federais. A SUDAM criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais. Em 1953, através da Lei 1.806, o governo do General Emílio Garrastazu Médici criou a Amazônia Legal (mapa 02), onde foram incorporados à Amazônia Brasileira o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul) (PORTAL SUDAM, 2013).

Mapa 02: Amazônia Legal



Dois importantes planos nacionais pós-1964 foram os mecanismos para a estruturação territorial da Amazônia: o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1970-1972) –

acentuou-se a tendência anterior de integração nacional e criou os meios de expansão da “fronteira econômica” do país na direção do Centro-Oeste, da Amazônia e do Nordeste, através do Programa de Integração Nacional (PIN).

O I PND trazia como objetivo preparar uma plataforma de infraestrutura que se achava necessária para desenvolver o país, dando-se ênfase aos setores considerados essenciais para o desenvolvimento do país, como energia, transporte, telecomunicações, entre outros. Admitia-se que deveria haver uma certa articulação para que houvesse o resultado esperado, abrindo-se, para isso, as portas para o capital estrangeiro, o que permitiria resolver o problema do acúmulo de mão de obra excessiva no nordeste.

Assim, I PIN previa o assentamento em torno da rodovia, o que, de certa forma, representou a perda autonomia sobre o território para os estados. Em torno de cem quilômetros em cada lado das estradas a serem construídas deveria ser utilizado para a colonização por cerca de 500 mil pessoas, ou seja, uma meta de assentar cem mil famílias.

Becker (1994, p. 44) elucida os principais objetivos do PIN:

Os objetivos do Plano de Integração Nacional eram diversos:

- a) reduzir a tensão em áreas rurais e urbanas, principalmente do Nordeste do País, estimulando a imigração para áreas previamente selecionadas na Amazônia;
- b) considerações de ordem geopolítica, como a "nacionalização dos espaços vazios";
- c) o aumento da produção de alimentos para os mercados internos e externos;
- d) a criação de novos espaços para o investimento privado, no sentido de intensificar o ritmo de acumulação interna de capital, e modificar o padrão espacial de concentração das inversões no Sudeste e Sul do País, julgado como nocivo à "segurança nacional".

O II Plano de Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979) – determinou “uma nova etapa de esforço de integração nacional”, adotando a estratégia de “ocupação produtiva da Amazônia”, implementada por meio dos incentivos fiscais e do Polamazônia (MELLO, 2006, p. 29).

Esses “objetivos” em parte foram alcançados. Todavia, o passivo gerado pelas migrações induzidas atendiam apenas às dimensões econômicas e políticas que pouco ou nada contribuíram para mudar o quadro socioeconômico do país, ainda impregnado das antigas políticas de centralização de riqueza e exacerbação das desigualdades sociais.

O II PND tinha a finalidade de revitalizar os meios de produção e aumentar a produção de alimentos e energia, eliminando pontos de estrangulamentos estruturais de nossa economia, principalmente aqueles relacionados à produção de bens de capital e bens intermediários. Elencamos que os investimentos eram realizados em áreas de interesses do grande capital e das oligarquias nacionais, permanecendo as antigas bases fundiárias e excluindo a grande maioria do acesso à terra. Reconhece-se a necessidade de suplementar a oferta de energia aos

assentamentos já realizados na região amazônica, além de intensificar a prospecção por recursos naturais e carne, minérios, madeiras e celulose, a serem exportados através de “corredores de exportação”, com direção ao porto de São Luís do Maranhão. Tal discurso foi encontrado no PIN de 1970, que vê a região Norte como um território a ser integrado ao resto do país através da sua exploração agrícola e de recursos naturais, ocupação rural e ligação por eixos de transportes, sobretudo viários, que buscam principalmente o escoamento de sua produção e o ingresso de migrantes.

É de se ressaltar que esse era um “conceito político e não de um imperativo geográfico”, ou seja, a partir de análises estruturais e conjunturais, reuniram-se as regiões afins, seja por seus problemas econômicos e políticos, seja por desafios sociais, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica. Foram definidas, assim, áreas que receberiam incentivos do governo federal, materializando-se em isenções fiscais¹⁸, abertura de vias de transportes, órgãos e secretarias governamentais que agissem na regulamentação e execução de projetos em diversas áreas do solo amazônico. Becker (1994, p. 14) assim retrata a estratégia desse programa de incentivos:

I – A implantação de redes de integração espacial. Trata-se de todos os tipos de rede, destacando-se quatro quanto ao investimento público. Primeiro, a rede rodoviária, ampliada com a implantação de grandes eixos transversais como transamazônica e Perimetral Norte, e inter-regionais como Cuiabá—Santarém e Porto Velho—Manaus. Segundo, a rede de telecomunicações comandada por satélite, que difunde os valores modernos pela TV e estreita os contatos por uma rede telefônica muito eficiente. Cerca de 12.000 km de estradas foram construídos em menos de cinco anos um sistema de comunicação em micro-ondas de 5.110 km menos de três anos. Terceiro, a rede urbana, sede das redes de instituições estatais e organizações privadas. Finalmente, a rede hidroelétrica, que hoje se estende para fornecer energia, o insumo básico à nova fase industrial.

II - Superposição de territórios federais sobre os estaduais. A manipulação do território pela apropriação de terras dos Estados foi um elemento fundamental da estratégia do governo federal, que criou por decreto territórios sobre e/ou quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade.

III – Subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios. A partir de 1968, mecanismos fiscais e creditícios subsidiaram o fluxo de capital do Sudeste e do exterior para a região, através de bancos oficiais, particularmente o Banco da Amazônia S. A. (Basa). Por outro lado, induziu-se a migração através de múltiplos mecanismos, visando ao povoamento e a formação de mão de obra.

A imensa rede de eixos viários custeada por capital estrangeiro viria a ligar os projetos industriais em suas “ilhas” de desenvolvimento, caso do Projeto Carajás, Trombetas, Jari, entre

¹⁸ O governo cobria 50% do investimento, cabendo a contra partida restante ao investidor ou empresário, o que levou no decorrer da implementação a ocorrência de superfaturamento dos serviços praticados.

outros, juntamente com os projetos agropecuários no Sudeste do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Goiás, aos grandes portos de escoamento e de consumo.

Entre 1970-1971, o primeiro o governo determinara que uma faixa de 100 km em ambos os lados da rodovia deveria ser reservada para distribuição em forma de assentamentos, estratégia que culminaria no arrendamento e compra de fazendas, mais tarde, por parte de empresários vindos do sul. Fabricavam-se insumos básicos para os setores econômicos do Sul-Sudeste, produzindo-se matérias-primas e outros artigos exportáveis para gerar divisas e alimentar o apetite voraz da economia moderna e multinacionalizada do Sudeste. A abertura de estradas demoliu as barreiras protecionistas naturais que beneficiavam, sobretudo, a indústria de Belém. Com isso, os industriais do Sul passaram a adquirir os estabelecimentos tradicionais, tirando-os das mãos dos seus antigos donos.

A invasão de terras de pequenos produtores, posseiros, cultivadores de alimentos, levada a efeito por grileiros e proprietários do Sul diminuiu a produção de subsistência destinada aos mercados urbanos regionais, elevando preços e forçando a “importação” de outras áreas. A renda per capita caiu e a produção regional especializou-se e reorientou-se para mercados de fora, no Brasil ou no exterior. A Amazônia entrou numa nova divisão regional e internacional do trabalho.

1.5.2 – A Integração da Amazônia Legal pelos Eixos Rodoviários

O governo de Juscelino Kubistchek trouxe consigo uma política de desenvolvimento que levou ao extremo o conceito de substituição de importações, abrindo escancaradamente o país para o capital estrangeiro, onde grandes projetos de infraestrutura, transferência da capital federal para o interior do país, além da implementação do parque industrial brasileiro com a indústria de bens duráveis foram realizados.

A construção da nova capital no centro do país permitiria e traria novas possibilidades ao então governo, pois abriria novas áreas de produção em regiões com baixos índices de ocupação humana e redistribuir a mão-de-obra excedente, principalmente, do nordeste e das periferias dos grandes centros metropolitanos do país. O governo JK e seus sucessores não negaram esforços nessas empreitadas, comprometendo-se o país com um sistema de transporte oneroso e inadequado para as grandes distâncias observadas em nosso território.

Um dos projetos do chamado plano de metas de JK¹⁹, a Belém-Brasília, teve como objetivo integrar geográfica e economicamente as várias regiões do país. Sobre essa expansão de através da construção de rodovias, indaga Souza (2002, p.354):

No Programa de Metas, o setor de transportes dá destaque para as rodovias, pois, naquele período, o desenvolvimento econômico do Brasil estava alicerçado no crescimento da indústria automobilística. A construção de novas estradas e a melhoria da qualidade das já existentes se colocava como postos-chaves na política do governo.

A importância dessas obras iria muito mais além, pois se esperava que as rodovias abrissem novas áreas para ocupação, eliminando-se os entraves que condenaram regiões ao ostracismo econômico pelo isolamento geográfico. A Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, e a legendária Transamazônica que, basicamente, nunca chegaria a ser asfaltada, carecendo de capeamentos e transcendendo problemas por décadas desde a idealização das construções, foram rodovias idealizadas tendo em vista a articulação das diferentes regiões do país.

O Estado de Goiás beneficiou-se de tais obras, tornando-se um dos principais fornecedores de matérias-primas às indústrias dos grandes centros, uma vez que o estado já contava com colônias agrícolas desde 1941²⁰. O que aconteceu no Brasil nesse período é o reflexo das transformações ocorridas nos grandes países, na conjuntura do pós-guerra, ou seja, todos tentavam se reestruturar para vencer os desafios dessa realidade moderna. Para se ajustar diante dessa nova conjuntura, o Brasil procurava soluções para os setores básicos da infraestrutura brasileira²¹. Surgiram, assim, as grandes usinas, os açudes, as numerosas indústrias, a Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE) (SOUZA, p. 365). De fato, a ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política (SANTOS e SILVEIRA, 2008).

Com a implantação do Regime Militar a partir de 1964, a ocupação da Amazônia se torna prioridade dentro de governo tecnocrata e nacionalista, alicerçando o desenvolvimento na abertura da região para ações das multinacionais e assentando levas de colonos de forma

¹⁹ Dentre seus objetivos mais gerais, destacavam-se os seguintes: abolir os pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos em infraestrutura, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atrairiam o setor privado; b) expandir a indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros. Ianni, 1979, p. 153.

²⁰ Colônias criadas nos moldes da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) no estado de Goiás, com o objetivo de redirecionar a mão-de-obra excedente do país para a produção de alimentos voltada ao consumo interno.

²¹ A política de substituição de importações estava calcada no desenvolvimento do mercado interno do país, ao contrário que viria posteriormente, alicerçada no reordenamento do espaço a favor da produção visava o mercado exterior.

desordenada sobre o território. Os reordenamentos do território em favor da exploração em massa, especialmente das terras consideradas inóspitas, escancararam os cofres públicos em prol de empresários e firmas com capital estrangeiro, que agiriam inescrupulosamente, grilando terras e fraudando contratos.

Levanta-se aqui uma questão: a instalação de várias indústrias teria mercado consumidor que justificassem vultosos investimentos em uma região desprovida de quase tudo? Se os mercados consumidores encontravam-se historicamente nas zonas litorâneas e sul do país, teríamos então que galgar de boa infraestrutura de distribuição e circulação de bens. Entretanto, fora observado que, apesar da construção (de poucas) das rodovias em detrimento das hidrovias, as mesmas não serviram ao propósito inicial, sendo reduzidas apenas para o transporte de pessoas.

1.5.3 – Os Polos Agropecuários e Industriais na Amazônia Legal

Em 1974, instalam-se quinze polos de desenvolvimento, direcionam-se investimentos nos polos especializados, sendo que em cada qual são exercidas atividades pré-determinadas de produção, substituindo a colonização de pessoas pela colonização por empresas.

As empresas agropecuárias, inseridas no contexto amazônico por meio dos planos federais e capitaneadas por suas secretarias como a Sudam, lançaram seus domínios sobre as terras, empregando meios ilícitos, quando, geralmente, invadiam terras, sustentando-se nas pistolagens e disseminando conflitos. Em todos os seus projetos de investimento, a Sudam entra com 50% do dinheiro. O que as empresas fazem é superfaturar ou fraudar contratos e notas fiscais de compras para receberem um valor bem acima do real. Dessa forma, segundo a Receita, o empresário deixa de pôr dinheiro próprio no negócio e ainda desvia parte da verba da Sudam para fins outros.

Decorridos duas décadas da deflagração desse processo, é possível constatar que a Sudam, a despeito dos esforços feitos, não teve nesse período o poder de gerir o planejamento regional, e o BASA não obteve os recursos necessários para cumprir o seu papel de agente financeiro para fomentar o desenvolvimento da área. Quanto aos incentivos fiscais para a Amazônia, foram sendo gradativamente divididos com outros segmentos econômicos (pesca, turismo, reflorestamento), reduzidos e desvirtuados ao longo do tempo.

Podemos notar a criação de inúmeros programas e projetos encabeçados pelo Estado, desde o governo Vargas até os anos finais da ditadura militar. A criação da SUDAM em 1966 marca o chamamento do governo militar aos “paulistas” que instalaram os primeiros projetos

agropecuários. Oliveira (1997, p.68) destaca que os primeiros projetos agropecuários aprovados pela SUDAM datam de 1966. Dentre eles, destacam-se os projetos da:

- Cia. de Desenvolvimento Sul do Pará — CODESPAR, localizada em Barreira do Campo, no município de Santana do Araguaia (PA);
- Cia. Agropastoril do Araguaia (Fazenda Santa Fé), também localizada no mesmo município de Santana do Araguaia; Cia. agropecuária Nazareth, em Conceição do Araguaia (PA);
- Agropecuária Suiá-Missu S/A, localizada no antigo distrito de São Félix, município de Barra do Garças (MT), hoje município de São Félix do Araguaia (MT).
- Em 1967, foram aprovados para implantação os projetos da Agropecuária e da Industrial S/A, em Nortelândia (MT);
- Mutum Agropecuária S/A, em Diamantino; Cia. do Desenvolvimento do Araguaia — CODEARA, no município de Luciara (MT), hoje parte pertencente ao município de Santa Terezinha (MT) etc.

Os projetos incentivados somaram, no final de 1985, um total de 947 projetos, distribuídos entre os vários setores da seguinte forma: Agropecuária, 581 projetos; Agroindústria, 40 projetos; Industrial, 274 projetos; Serviços, 52 projetos. Registrava-se ainda que foram implantados apenas 166 (25%) projetos, sendo 94 agropecuários e agroindustriais, e 72 industriais e de serviços (OLIVEIRA, 1997, p. 82).

É de se ressaltar que legislação criada para incentivar essas alocações em solo amazônico eram demasiadamente frouxas no sentido de que, no caso do investimento porventura não desse certo ou se o investidor não implantasse o projeto, o dinheiro utilizado teria de ser devolvido sem nenhuma correção monetária. Tal situação gerou escândalos de mal uso de recursos, como desvios para investimentos em outras atividades que não estavam privilegiadas no projeto.

Tal tragédia completou-se com criação de polos industriais, a exemplo do Carajás. Após a Segunda Guerra Mundial, o capital internacional empenhou em abrir novas frentes para obtenção de matérias-primas, consolidando o monopólio dos considerados “suprimentos estratégicos”. Agindo em forma de consórcios, as multinacionais investiram de forma a apropriar irracionalmente dos recursos em várias partes do globo.

No Brasil, essencialmente, essas estratégias concentraram principalmente em explorar a região amazônica, apropriando-se de terras ocupadas por índios e de pequenas propriedades de posseiros que habitavam a região. Conforme defende Becker (1998, p.62),

A implantação de grandes projetos é parte da construção de uma economia planetária por corporações transnacionais, mas é também, em nosso entender, uma forma contemporânea de afirmação do Estado Nacional: a multinacionalização de empresas estatais.

É nesse contexto que o Estado abre, ou alarga, suas fronteiras para as transnacionais, realizando uma nova forma de organização do espaço, bem como uma nova forma de divisão territorial do trabalho. A criação da Polamazônia (Projeto Radam) além de designar a criação de projetos agropecuários, trouxe em sua pauta o estabelecimento dos seguintes projetos: a exploração de cassiterita em Rondônia; ouro e diamante em Roraima; manganês no Amapá.

O Projeto Carajás foi criado nos fins da década de 70, englobando os municípios de Marabá, Parauapebas, Curionópolis e São Félix do Xingu. Tinha por objetivo viabilizar condições de desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Oriental, extrair recursos minerais e florestais existentes na área e explorá-los de forma integrada e em grande escala. O PGC - Programa Grande Carajás, tem um impacto profundo na organização do espaço regional em todo sul do Estado do Pará e oeste do Maranhão.

Os vultosos investimentos estatais e privados realizados em áreas de conflitos de terras envolvendo fazendeiros, madeireiros, posseiros e índios, adquiriram um caráter estratégico. Ao longo da ferrovia, foram criados núcleos urbanos que gravitam em torno das atividades de mineração, industrialização e transporte.

O imenso território englobado pelo Programa e os espaços adjacentes, polarizados por ele, foram submetidos a uma gestão baseada em critérios logísticos. Carajás não é apenas um empreendimento econômico de exportação, mas também uma operação geopolítica de controle e estabilização de um espaço geográfico de conflitos.

Aqui, até agora, procuramos relacionar o processo de urbanização à sua dimensão escalar, abrangendo a rapidez da troca dos fluxos populacionais nas regiões de fronteira, no caso aqui atribuído ao norte do antigo estado de Goiás. Buscaremos, no capítulo posterior, inferir sobre o processo de urbanização no seu trato conceitual, além de trazer à luz os fatos que desenrolaram na escala local de estudo.

CAPÍTULO 2 – A EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE ARAGUAÍNA - TO

2.1 – Década de 60: O Início do Movimento de Urbanização de Araguaína

O início da década de 60 inaugurou para o município de Araguaína uma série de transformações. Há de se pensar que foram primeiramente apenas econômicas, porém, a

emancipação política arregimentou novas mudanças também nas esferas social e política, doravante a intensa urbanização verificada nesta década. Iniciemos nossa análise de forma a contextualizar, em diferentes escalas de estudo, esse processo que inseriu uma nova lógica a organização espacial.

De acordo com Machado (1999), “a urbanização define o modo de produção do espaço regional e é o elemento organizador do sistema de povoamento, que define a estrutura, o conteúdo e a evolução deste sistema”. É nesse espaço dinâmico que concentra a maior parte da população atualmente e que já se caracterizava como ambiente de maior atração populacional na metade do século XX no Brasil.

Sobre da urbanização²² no Brasil, Milton Santos (2013, p. 19), citando Oliveira Viana (1956), atesta que, para compreendemos a formação e evolução das cidades, devemos nos ater aos momentos históricos anteriores às formas atuais, retornando ao passado onde a população obrigatoriamente vivia nos campos:

Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial.

O mesmo autor assevera que o desenvolvimento das cidades na América Latina é composto por antagonismos quanto aos processos conjuntos que movem o seu dinamismo, sejam políticos e econômicos²³, tais quais diferem da estrutura evolutiva europeia.

Neste sentido, Santos (2008, p. 19) revela que “nos países europeus, a urbanização é antiga, fora feita lentamente, ao ritmo de sucessivas revoluções tecnológicas. Tanto as cidades como as redes urbanas se organizaram lentamente”. A urbanização nos países subdesenvolvidos²⁴ intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, caracterizando pela livre e intensa troca, dominância da tecnologia gerando preponderância entre os detentores e os desprovidos, alavancando também, o consumo mundial.

A partir dos anos 40, a população urbana cresceu de forma significativa, passando de menos de 13 milhões em 1940 para mais de 123 milhões em 1997, potencializando os problemas urbanos, como o processo de periferização da pobreza e a insuficiência de

²² O processo de urbanização envolve dois elementos: a multiplicação de pontos de concentração de população, ou seja, o surgimento de novos núcleos urbanos e o aumento do tamanho populacional de cidades já existentes.

²³ Milton Santos cita Berthold Frank Hoselitz, sociólogo e economista da Universidade de Chicago - EUA.

²⁴ No período 1950-1960, os ritmos mais fortes de crescimento urbano são os dos países desenvolvidos. De 1950 a 1960, a população urbana aumentou de 59% nos países subdesenvolvidos é de apenas 31% nos países desenvolvidos (Santos, 2008, p. 20).

infraestrutura básica. Não obstante, tem-se verificado, mais recentemente, um processo de desconcentração, no qual se registrou um crescimento mais intenso das cidades médias e dos centros não-metropolitanos. Os assentamentos informais nas periferias das metrópoles, que concentram mais de 5 milhões de pessoas, continuam representando o maior desafio na área urbana no Brasil (IBGE, 2000, p. 81).

Em 1940, a população urbana do Brasil correspondia a 31,24% da população total, sendo que em 1970 ela já atingia 55,92%. Embora em todas as regiões do país a população urbana tenha crescido em ritmo mais rápido que a população total, ao longo das últimas décadas o processo de urbanização não se fez sentir com a mesma intensidade em todas elas. A distribuição espacial das cidades, seu tamanho e dinamismo estão intimamente ligados ao nível de desenvolvimento das diferentes regiões (IBGE, 1975, p. 67).

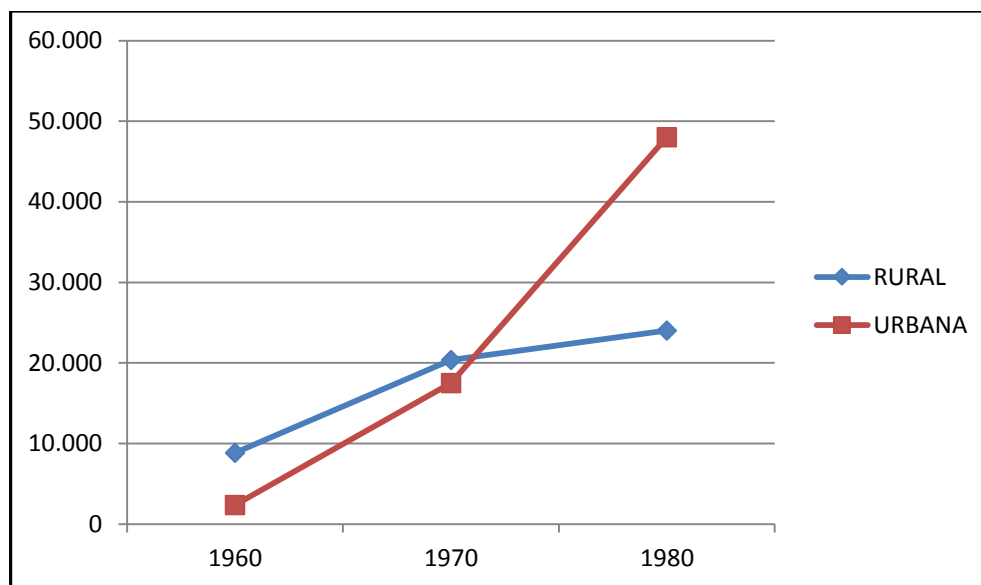
Santos (2013, p. 26) alerta para o cuidado na interpretação desses dados, pois nem sempre é simples a tarefa de dar-lhes sentido: vejamos o caso da urbanização ser culpada pelos males que ocorrem nos centros, sendo que deve-se este a outros fatores externos a ela.

A partir de 1950, o Brasil deixa de ser um país de características rurais para caminhar no sentido de um país mais urbanizado, quando a expansão do parque industrial do Sudeste, particularmente do Estado de São Paulo, passa a atrair uma grande massa de população migrante originária de áreas de estagnação econômica do Nordeste. No contexto mundial, o Brasil apresenta um grau de urbanização nos padrões dos países europeus, da América do Norte e Japão, superior a 75%. Regiões como a Ásia e África continuam sendo as menos urbanizadas (grau inferior a 40%).

O acréscimo de 26,8 milhões de habitantes urbanos resultou no aumento do grau de urbanização, que passou de 75,59% em 1991, para 81,23% em 2000. Esse incremento foi basicamente em consequência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas, da migração com destino urbano e da incorporação de áreas que em censos anteriores eram classificadas como rurais (IBGE, 2000, p.15).

Em referência ao cenário encontrado em Araguaína na década de 60, de uma população total 10. 826 habitantes distribuídos na área urbana 2.382 e 8.444 na zona rural, determinaríamos sua taxa de urbanização em 22%. Essa taxa é bem menor do que aquela registrada no então estado de Goiás, que compreendia 30%. O gráfico 03 revela que, nos fins de 60 e na aurora da década de 70, a situação do domicílio inverteu-se, disparando a residência no urbano e, conseqüentemente, o abandono dos lares rurais no município, o que demonstra o desmantelamento da formação social predominante, anteriormente assentada no campo nos arredores araguainense.

Gráfico 03: População residente, por situação do domicílio em Araguaína - 1960/1980



Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX. (Organizado pelo autor)

Neste interim, em 1960, a população rural do estado de Goiás compreendia 70% dos residentes, porém, já na década seguinte, reduziu-se para 57,6%. Tal correlação é evidente também em Araguaína, pois em fins da década de 70 encontrava-se na zona rural do município cerca de 53,7% da população.

A realidade modifica-se logo depois na década de 80. Aquino (2006) relata que, depois do início dos anos seguintes, o cenário modifica-se, tanto para os municípios quanto para estado em geral, exibindo-se uma taxa de urbanização variando de 30% para 42,3% entre as décadas de 60 e 70. Ainda complementando as informações dadas anteriormente, verificou-se uma variação na população urbana de 115% entre 60/70 e 94,6% entre 70 e 80, o que comprova a intensificação do processo de urbanização no estado.

No decorrer da década de 60 até fins de 70, a população do município saltou de 10.826 para 37.915 habitantes, revelando um acréscimo vertiginoso de 350% (tabela 06), ou seja, os índices populacionais foram quase que quadruplicados. Comparando esses números com evolução populacional a outro centro tradicional na época, como Porto Nacional, por exemplo, que essa taxa é bem considerável, visto que no mesmo período a segunda crescera apenas 36,8% na referida década. Ao compararmos a evolução da população pelas décadas, notaremos que Araguaína quase teve sua população multiplicada por 7, se comparada a Porto até o presente momento (Porto Nacional teria população estimada de 51.501 habitantes²⁵ e Araguaína 167.176

²⁵ População estimada em 2013. Dados colhidos no portal do IBGE.

habitantes). A migração interiorana²⁶ já debatida no capítulo anterior inegavelmente fora responsável por crescimento considerável, apesar de, inevitavelmente, a maioria dessas pessoas estarem residindo no campo²⁷, como revelado na tabela 05.

Tabela 06: Mostra da População do Norte de Goiás – 1960/1970

Municípios	PERÍODO	
	1960	1970
Araguaína.....	10.826	37.915
Araguatins.....	14.983	12.522
Arraias.....	8.590	11.470
Babaçulândia.....	11.568	14.675
Cristalândia.....	11.217	10.647
Filadélfia.....	11.709	14.808
Gurupi.....	11.982	24.575
Nazaré.....	10.101	8.216
Pedro Afonso.....	10.033	10.398
Porto Nacional.....	23.005	31.485
Tocantinópolis.....	18.012	23.675

Fonte: IBGE - Estatísticas do Século XX. Organizado por: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

Tratemos agora da economia desse município, sendo que o comércio que posteriormente seria a atividade econômica dominante em Araguaína apresentava-se na década de 60 em sua forma incipiente.

Compreendendo pequenas lojas que comercializavam produtos vindos de outras praças, transportados em animais de Babaçulândia e Filadélfia, era assim a única forma de se obter gêneros essenciais como tecidos, ferramentas, calçados, entre outros.

Escassas eram as opções de venda de produtos em outras praças, instigando os pequenos proprietários rurais a associarem-se, fundando uma cooperativa de venda de cereais (fotografia 03) em busca de um melhor preço na negociação dos produtos.

Nas regiões localizadas longe dos grandes centros, era de se esperar que as piores condições de trabalho e salários encontravam-se nos rincões interiores do país. Em Araguaína também não seria diferente, onde sua população exercia, em grande maioria, atividades do setor agrícola.

²⁶ Não se verificou apenas migrações interestaduais nesse período, assim como também vários municípios perderam habitantes para esses novos centros de dinamismo, além da abertura da rodovia possibilitar a saída deste para as metrópoles nacionais em busca de melhores condições de vida.

²⁷ Entre 1960 e 1980, a população que vivia nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950. Santos, 2013, p. 32.

Fotografia 03: Cooperativa de cereais de Araguaína na década de 60, localizada a Rua Souza Porto



Fonte: Jacira Gaspar - 2002

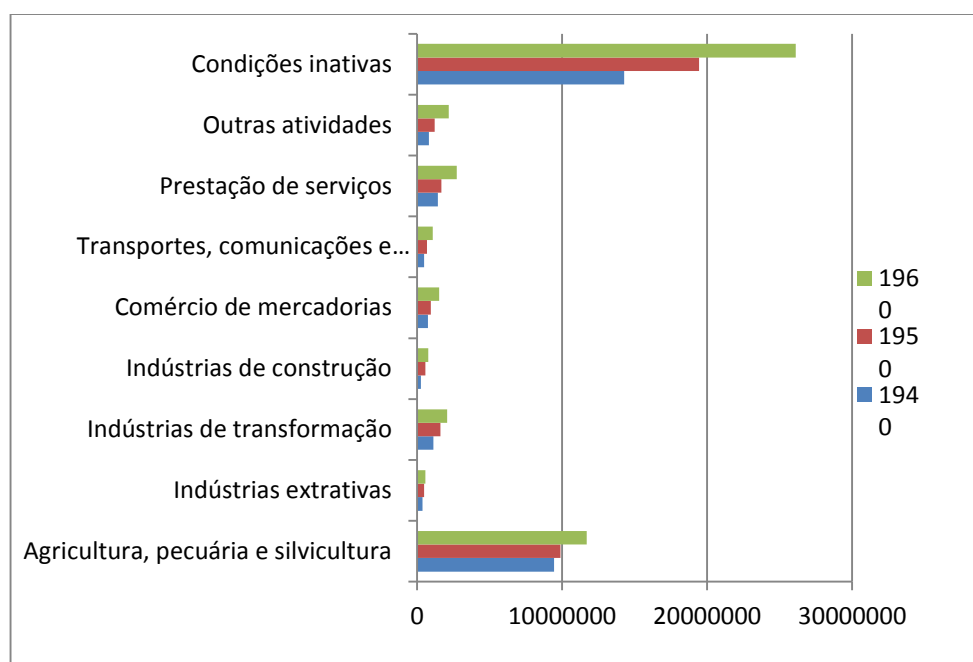
O Brasil, entre os decênios de 50 e 60, ainda era predominantemente dominado pelas atividades agrícolas²⁸, porém, já era visível a inversão modelo pelas atividades industriais, refletindo também nos ramos que empregava, bem como na remuneração obtida. Em 1966, os trabalhadores empregados na indústria recebiam, em média, duas vezes mais que aqueles empregadas no comércio, já reflexo da especialização do trabalho.

O gráfico 04 revela que, entre os decênios 40/60, a economia brasileira estava alicerçada na agricultura, pecuária e silvicultura, ou seja, no setor primário, refletindo também no grande emprego de mão de obra nesse setor. A carteira de crédito agrícola e industrial no ano de 1967 (IBGE, 1967) concedeu ao estado de Goiás 30.151 financiamentos, sendo 24.238 concedidos à agricultura, 5.505 a pecuária e apenas 179 à indústria.

Estes dados revelam, antes de tudo, uma um país estruturado economicamente no setor agrícola, tendendo os financiamentos serem maiores para o setor primário, o que de certa forma impulsionou a agricultura e pecuária também nas novas fronteiras agrícolas.

A mudança estrutural na economia brasileira foi particularmente intensa nas décadas de 1940 e 1950. O Brasil deixou de ser um país agrícola: a partir do início do século a participação da agricultura no PIB, a preços de 1949, caiu de 44,6% do PIB para 38,1% em 1920, 29,4% em 1940, 16,9% em 1960 e 9,8% em 1980, permanecendo aproximadamente estável desde então. Paralelamente à contração da agricultura, cresceu a participação da indústria: 11,6% do PIB em 1900, 15,7% em 1920, 18,7% em 1940, 29,9% em 1960, 34,4% em 1980. Estatística do século, IBGE, 2006, p. 347.

Gráfico 04: Ramos de atividade – Brasil 1940/60



Fonte: IBGE - Estatísticas do Século XX. (Organizado pelo autor)

A partir dos dados anteriormente apresentados, podemos inferir sobre a importância da rodovia. Eliminando-se a condição de isolamento, inseriu a cidade em um novo contexto, apregoando dinamismo e novas possibilidades para o desenvolvimento do núcleo. Era de se esperar que as obras da rodovia com seus empregados atraíssem nas formas de acumulação de capital, como também inseririam novas forças produtivas nesse espaço agora de fronteira. Jacira Gaspar, citada em Santiago (2000, p. 43), revela o despontamento de novos ramos de comércio: lojas de tecidos, ferramentas, gêneros alimentícios em geral; farmácias, hotéis, que atenderiam a nova clientela que estaria envolvida na construção da rodovia, e, futuramente empregada na edificação dos primeiros prédios públicos que viriam ser construídos nesta cidade.

Apesar de conter alguns estabelecimentos que possibilitava ao município ter algum dinamismo em sua economia, a mesma compadecia pela fraca infraestrutura no que tange a ruas pavimentadas, saneamento básico e abastecimento de água potável. As poucas ruas existentes foram abertas com a ajuda inicialmente de moradores, e durante as obras de construção da rodovia, valeu-se das máquinas pertencentes ao engenheiro George Yunes para aumentar a malha urbana. O traçado urbano não ultrapassava aos limites dos córregos Neblina, Canindé e Lava-pés.

O piche asfáltico não era algo barato (tampouco de fácil disponibilidade) para aquela época, inexistente em praticamente todos os municípios do estado de Goiás, sendo encontrado em poucas cidades desse estado, principalmente na capital Goiânia. A fotografia 04 revela a realidade das primeiras ruas da cidade, quase intransitáveis por causa dos extensos e profundos

areões que tomavam conta das vias, realidade costumeira encontrada praticamente em todos os municípios distantes da capital do estado.

Fotografia 04: Primeiras ruas de Araguaína na década de 70.



Fonte: Arquivo Pessoal de Ulisses de Holanda

A carência estendia-se a toda dimensão do saneamento básico. De início, o abastecimento de água potável resumia-se à abertura e captação d'água em poços e cacimbas de pouca profundidade. Somadas ao uso das nascentes em geral em Goiás, dos 221 municípios existentes em 1967, apenas 36 contavam com algum tipo de abastecimento, além disso, em reflexo de tal situação, dos 6.290 hidrômetros instalados em todo estados, encontrava-se 6.020 na capital Goiânia (IBGE, 2013), revelando-se, assim, que, além da carência do serviço, havia uma demasiada concentração em poucos lugares no estado.

O trato dos dejetos gerados pelos moradores era também equivalente em carência e abandono por parte das autoridades, porque distantes quase 65 anos da década em questão a ser discutida, nada se modificou quanto ao tratamento dos esgotos produzidos em áreas urbanas.

Quantificando as taxas de abastecimento urbano e serviço de captação de esgotos da década de 60, teríamos a rede de captação distribuída da seguinte forma: rede geral com 21,03%, 33,13% abastecidos por poços e nascentes e 45,84% não declarante de ponto de coleta desse recurso. Em área urbana, a rede geral compreendia 41,83% dos domicílios, porém, quanto aos abastecimentos por poços e nascentes, 58,16% achavam-se ainda em evidência, bem como a qualidade do serviço e produto captado, em que a rede de distribuição estava concentrada apenas em poucos centros urbanos, a exemplo de Anápolis e Goiânia, que já sofriam um

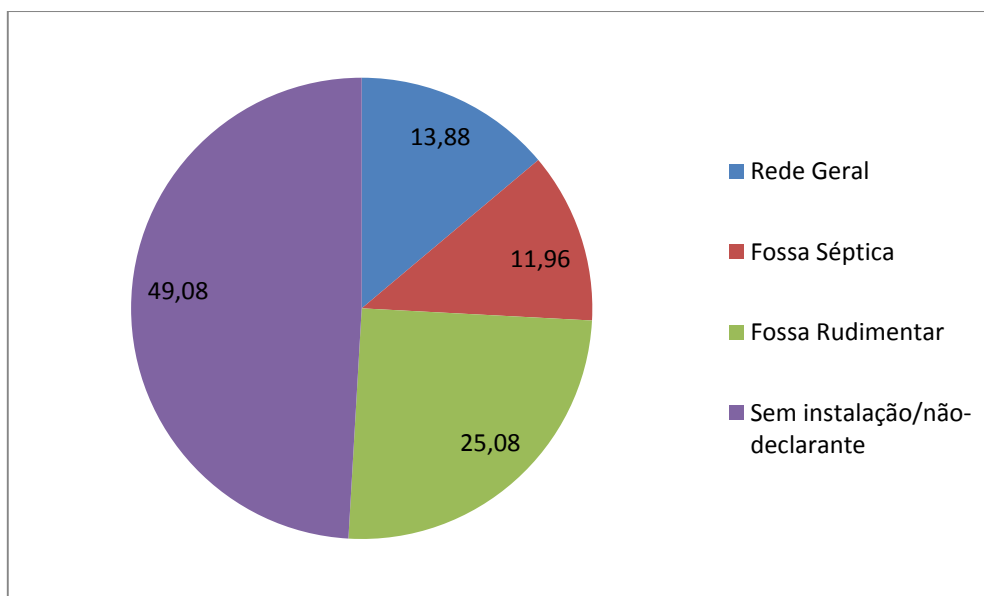
inchaço populacional com a abertura das estradas e com a presença da capital federal e seus atrativos.

A qualidade da água captada caracterizava-se com distante da realidade dos municípios assistidos pela empresa responsável pela captação, tratamento e distribuição: a Saneago, era, no mínimo discrepante, uma vez que, fora desses municípios, a realidade era bem diferente. Araguaína não contava com qualquer rede de captação por parte da empresa responsável pelo abastecimento e, contentando-se com a captação d'água em poços e cacimbas, via a população a mercê das consequências advindas do não tratamento do produto.

Caso similar repetia-se com o esgoto doméstico: não existia qualquer rede de captação e tratamento dos dejetos (essa deficiência persiste até hoje), sobressaindo-se a utilização das fossas negras. Aqui, novamente, vê-se uma concentração do serviço disponível em poucos municípios do estado, donde uma rede de esgoto ainda incipiente formava-se e atendia em sua maioria apenas a capital Goiânia.

Até então, 74% (IBGE, 2013) dos domicílios no Brasil contava com esse meio de eliminação de dejetos, o que demonstra a importância de se investir em saneamento básico nas décadas seguintes, sobressaindo-se a utilização das fossas negras e dos banheiros tipos “privadas” (gráfico 05), o que, futuramente, contribuiria para contaminação do lençol freático, expondo a população que se servia de poços para a obtenção d'água a uma série de patógenos transmissíveis pela água.

Gráfico 05: Rede de esgoto quanto sua disponibilidade, Estado de Goiás – 1972.



Fonte: IBGE - Estatística do Século XX. Organizado por: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

Em corroboração com a análise aqui já realizada sobre as condições de abastecimento nos municípios do então estado de Goiás, imperam as condições inapropriadas quanto à

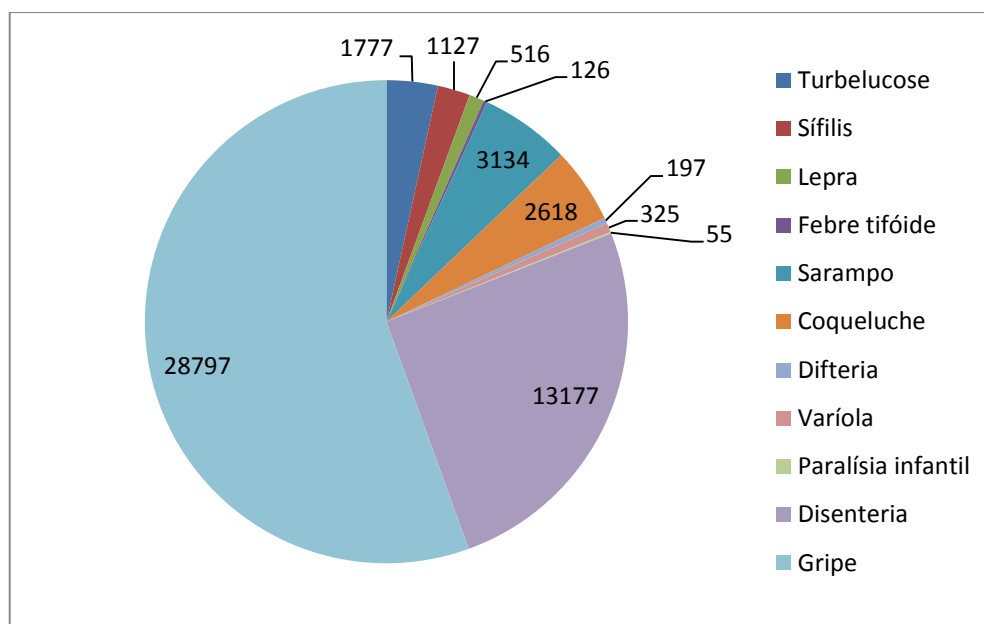
disponibilidade dos recursos hídricos para população dos municípios brasileiros, sendo não poucas exceções diferentes dessas no país, salvo alguns municípios do Sudeste, Sul, e aqueles localizados próximos aos antigos centros de colonização.

Como se pode observar no último quarto da década de 60, há predominância das doenças infecciosas e parasitárias (gráfico 06), corroborando-se aos fatos aqui já apresentados.

Tais consequências seriam sentidas pela população pelos altos índices de doenças vinculadas ao uso da água contaminada, como mostra os dados a seguir obtidos sobre as principais doenças que acometiam as populações das localidades sem tratamento de água e esgoto. Vê-se que a produção do espaço do município, apesar de contar com o apoio da máquina estatal, apresenta-se quanto a construção e desenvolvimento, com objetos e ações no espaço encerrados em um ambiente com pouco dinamismo quanto às condições impostas aos elementos que compõe o espaço.

Esse fato reflete nas péssimas condições sanitárias do município, o que demonstra a incipiência das políticas de saneamento básico.

Gráfico 06: Casos confirmados de doenças transmissíveis – Estado de Goiás/1967.



Fonte: IBGE - Estatísticas do Século XX. (Organizado pelo autor)

2.2 – As Décadas de 70 e 80 e o Acirramento do Processo de Urbanização.

A promoção de novas modificações no espaço urbano realizada por novos agentes produtores, principalmente os promotores imobiliários e municipais, permitiram que se fizesse a expansão de novos assentamentos adiante daquela realizada no núcleo. Deste modo, aumentaram as relações entre estes e o meio, o que resultara em novos arranjos espaciais, e, por

intermédios destes, imprimiram sobre o território uma nova organização, fornecendo a velhos e novos elementos novas funcionalidades, de forma a garantir o uso e ocupação de novas áreas dentro do espaço urbano. Continuemos a análise da fragmentação do todo, como propõe Santos (2012, p. 15), que “o todo permite, ao término, a reconstituição desse todo”. Convenhamos que, até o presente momento, nos atemos a traçar considerações sobre índices demográficos, econômicos e serviços básicos, elegendo algumas variáveis para compor/tentar construir um mosaico de situações que nos permita entender o movimento, as forças que regem e impelem o todo.

O espaço urbano, analisado a partir do uso vinculado especificamente ao processo produtivo, e a realização da mais-valia, do ponto de vista do capitalista, entram no processo de reprodução do capital como meio de produção sob a forma de capital fixo. Nesta perspectiva, a cidade aparece como condição material para a produção (CARLOS, 2008, p. 92). Desde já o agente atuante nessa reestruturação do espaço para ser um espaço de reprodução deveu-se ao Estado.

Sobre a ação do Estado como principal idealizador da produção do espaço, Carlos ressalta:

Do ponto de vista da superestrutura, há o uso dos solos pelos organismos de planejamento, instituições municipais, estaduais e federais, as intervenções políticas – é o espaço da gestão e do controle. Este controle é fundamental para o capital; entretanto, tais mecanismos entram em colisão com os anseios e as necessidades da sociedade, o que gera a luta. (CARLOS, 2008, p.97)

Doravante a implantação das novas políticas públicas nos chamados municípios de fronteira que se teve o desenvolvimento dos mesmos em todas as áreas, - política, economia, social e cultural. Araguaína recebeu durante a década de 70 do século XX e, progressivamente, na década seguinte, uma série de incentivos fiscais do governo federal, por meio do programa Polamazônia²⁹.

As consequências para os estados participantes da chamada Amazônia Legal se fizeram sentir rapidamente: apropriação monopolista da terra, ou seja, a terra monopólio de empresas

²⁹ O Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia, criado a partir de 1975, na lógica do II PND e do PIN, tendo por objetivo explorar as potencialidades naturais da região baseado na teoria dos polos centrais de François Perroux (dentro de um sistema econômico regional se insere uma nova atividade motriz capaz de provocar a sua instabilidade, esta suscitará uma série de efeitos parciais positivos e negativos no sistema; na medida em que esses efeitos se concentrem no sistema econômico regional, poderá ser dito que a atividade motriz constitui um polo para a região, cujo crescimento ou desenvolvimento dependerá do nível e da qualidade dos efeitos sobre a estrutura preexistente). Foram criados 15 polos de exploração agropecuários e agrominerais. Esse projeto materializou o interesse do Estado em apoiar grandes empreendimentos. As políticas da Polamazônia foram capitaneadas pela SUDAM, SUDECO, BASA e Ministério do Interior.

agropecuárias e fazendeiros individuais; aumento dos conflitos fundiários, envolvendo diversos personagens: posseiros, grileiros, empresas, latifundiários, Estado, pistoleiros, gatos dentre outros.

Esse turbilhão de novos agentes e relações continuará a impactar os índices populacionais dos municípios nas décadas seguintes: em Araguaína eles continuaram a crescer 234% na década seguinte, tendo impacto direto no desenvolvimento do município, requerendo diversos investimentos por parte dos órgãos públicos. O município ainda concentrava a maioria de sua população na zona rural, cerca de 54%, verificando-se o início do enraizamento da população no núcleo urbano.

A divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fato de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo, além de constituir um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao restante do território brasileiro (SANTOS, 2013, p. 29).

A produção de novos espaços para atuação da nova elite local refletiu de modo a alavancar o desenvolvimento do município, não apenas como forma de atração populacional, mas também se impôs suas vontades e decisões, seja o planejamento do avanço das atividades a serem desenvolvidas no seu entorno, no caso da pecuária, seja no emprego do excedente acumulado no campo em atividades na cidade³⁰, - os ramos de atividades econômicas surgiram entre as décadas de 70 e 80, necessariamente aqueles que serviam de suporte, tanto para manter, quanto para dinamizar as aplicações posteriores da elite pecuarista, que investira de forma a ampliar seus lucros, reafirmando-se sobre um novo espaço, o urbano. A respeito desta urbanização no estado de Goiás, Milton Santos comenta:

O novo urbano chega antes da modernização rural, da modernização dos transportes, da modernização do consumo e, de modo geral, da modernização do país. Com a redescoberta do cerrado, graças à revolução científico-técnica, criam-se condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa de urbanização, graças, também, ao equipamento moderno do país e à construção de Brasília, que podem ser arrolados entre as condições gerais do fenômeno. (SANTOS, 2013, p.69)

Milton Santos traz à luz a questão do uso da técnica no campo, que apesar do desbravamento deste ter-se realizado a custo da devastação do bioma cerrado, tecnicamente pouco ou nada, salvo em poucas propriedades pontuais, com o uso de tratores, deu-se uma implementação de complexidade técnica superior àquela já verificada.

³⁰ A mão de obra intensiva utilizada no campo era pontual e sazonal, servindo-se dos braços apenas na época da abertura da mata, plantio e do roçado na manutenção do pasto, dirigindo o excedente de pessoal para o núcleo urbano. A elite pecuarista investiu a partir da década de 70 na dinamização de suas atividades, principalmente no comércio.

As mudanças percebidas nas propriedades foram mais de cunho social do que técnico. De fato as relações sociais intensificaram-se no bojo da propriedade, resultante da nova de organização espacial e da nova divisão do trabalho.

A cada nova divisão do trabalho ou a cada novo momento decisivo seu, a sociedade conhece um movimento importante assinalado pela aparição de um novo elenco de funções e, paralelamente, pela alteração qualitativa e quantitativa das antigas funções (SANTOS, 2012, p.59).

Nas décadas de 70 e 80 em Araguaína deu-se a instalação e consolidação do papel do estado como agente fomentador e organizador do espaço, a dispor de suas infraestruturas e instituições básicas necessárias para o desenvolvimento da nova estrutura social em um novo meio, o espaço urbano, - além da força de trabalho e seu poder de compra e as firmas, filiais do Banco do Brasil e do então Banco do Estado de Goiás, o BEG, seriam as primeiras instituições responsáveis por capitanear as aplicações e movimentações bancárias nesse município.

Tais instituições foram incumbidas de fornecer ao município subsídios em forma de investimentos em infraestrutura e em serviços básicos, além de empréstimos aos proprietários rurais³¹ de modo a favorecer ao desmatamento, o plantio de pastagens e a compra de gado.

Segundo Oliveira (1991), o desenvolvimento da Amazônia estava assentando no tripé capital estrangeiro, capital privado e Estado, culminando a estratégia de ocupação por meio de um programa nacional de polos de desenvolvimento, sob ação da SUDAM.

O Estado, além de fomentar o território com os subsídios econômicos, via-se obrigado assegurar o cumprimento de suas políticas e interesses juntamente com as dos seus aliados. Então, construiu um aeroporto e um batalhão de polícia (fotografia 05).

Assim, o primeiro atenderia os interesses pelo deslocamento rápido aos grandes centros comerciais do país, e o segundo seria incumbido de manter a ordem uma região atribulada por movimentos sociais que disputavam terra, além de combater a milícia política que se instalara nas matas do Pará.

Também era indispensável para o desenvolvimento de uma cidade a construção da rede eletrificação, já que se encontrava a uma distância considerável dos polos distribuidores de óleo diesel e gasolina, combustíveis utilizados para movimentar as máquinas na época, vindos principalmente de Belém, eram caros, e seu transporte dispendiosos.

³¹ Total de Financiamentos obtidos nos anos 1980: 253 informaram empréstimos no valor: 218.947 mil cruzeiros, sendo que destes, 228 na ordem de 140.445 mil cruzeiros, 26.000 foram concebida para apenas 1 cooperativa e 37 no valor de 52.501 foram adquiridos em outras fontes. IBGE, 1980

Fotografia 05: Batalhão da Polícia Militar em Araguaína – 1972



Fonte: Santiago – 2000.

De fato, a construção de duas Pequenas Centrais Hidrelétricas - Corujão (fotografia 06) e Lajes - significou a garantia e regularização da oferta de energia elétrica que, para tanto, instalaram-se postes, propiciando o uso de maquinário.

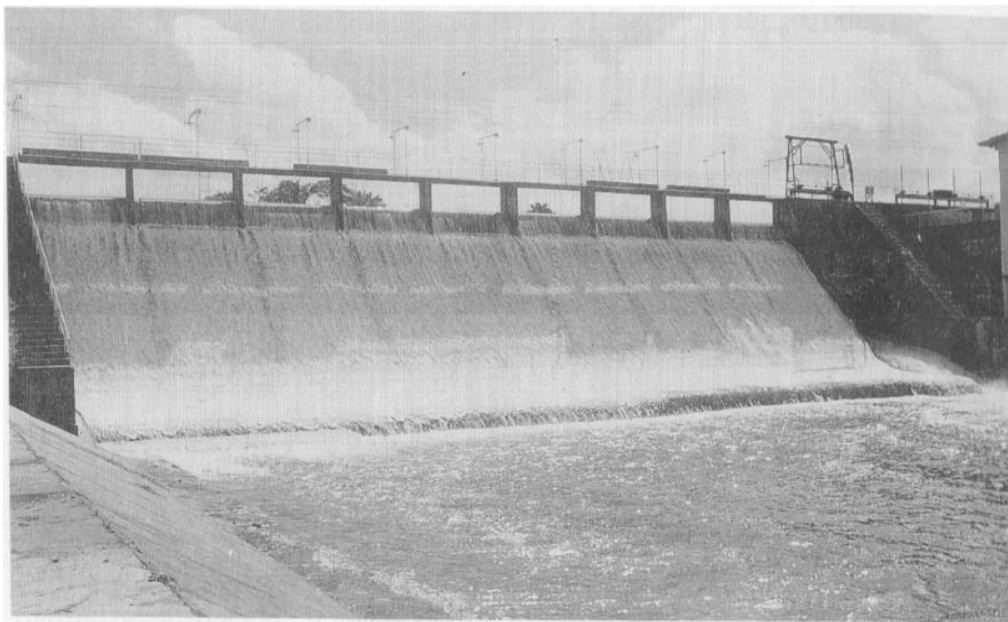
A companhia de fornecimento e abastecimento d'água do então estado de Goiás, - a Saneago, perfurou poços e instalou os primeiros dutos de distribuição de água em 1975³², atendendo exclusivamente a parte central da cidade e, sendo direcionada aos bairros periféricos nos anos 80. Todavia, o mesmo não se pode dizer da rede de esgoto, que praticamente permaneceu incipiente até o último quarto da década de 90.

A abertura da rodovia assegurou a entrega de cartas e encomendas, facilidade que contrastava com as dificuldades de comunicação do passado, quando os municípios contavam apenas com o correio aéreo. Assim, à agência dos correios coube estimular as comunicações com os centros de decisões.

Intensificou-se e aceleraram-se os fluxos de informações, seja de cunho pessoal ou comercial, abrindo novos horizontes para investidores, produtores e comerciantes.

³² Em 1972, a então Saneago em Goiás já contava com 1.060.606 metros de linha de distribuição em seu território, reflexo sentido em escala nacional em que a rede geral teve um aumento de tamanho na ordem de 90% entre os períodos de 1970/1976. IBGE, 2013.

Fotografia 06: Pequena Central Hidrelétrica de Corujão em Araguaína, década de 70.



Fonte: Santiago – 2000.

A abertura da rodovia assegurou a entrega de cartas e encomendas, facilidade que contrastava com as dificuldades de comunicação do passado, quando os municípios contavam apenas com o correio aéreo. Assim, à agência dos correios coube estimular as comunicações com os centros de decisões. Intensificou-se e aceleraram-se os fluxos de informações, seja de cunho pessoal ou comercial, abrindo novos horizontes para investidores, produtores e comerciantes.

As condições que cingiam o desenvolvimento, como sua posição em meio ao território isolado, que fatidicamente contribuía para a estagnação do passado, agora jogava a favor do crescimento do município, à medida que novos ramos rodoviários foram sendo criados. Assim sendo, a cidade assumiu uma posição privilegiada, dispondo de enorme área de influência ao seu entorno. Sobre a organização da nova classe dominante do município – os pecuaristas³³-, o início da década de 70 ficara marcado pela fundação do Sindicato Rural de Araguaína, instituição que seria responsável pela defesa dos interesses dessa classe, impulsionando a criação de um pequeno parque agroindustrial: o frigorífico FRIMAR, um laticínio, uma

³³ A chegada dos novos empreendedores, empresários e investidores vindos do Sul, aproveitando-se dos subsídios oferecidos pela Sudam, apoderaram de extensas áreas do norte tocantinense por meio de títulos concebidos pelo INCRA – Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária, a rigor, se dedicaram a pecuária extensiva. Esses empreendedores não residiam nas sedes das fazendas, mas a maioria possuía residência fixa na cidade, influenciando a aplicação dos lucros obtidos no campo.

indústria para extração do óleo de babaçu³⁴, entre outras. Além de investirem para dar vazão aos produtos agropecuários, esses agentes direcionaram suas aplicações para o setor de comunicações, inaugurando filiais que retransmitiam sinais de TV oriundos de Goiânia. A respeito da escolha da pecuária³⁵ como atividade principal na Amazônia, Bertha Becker elucida:

As organizações da atividade produtiva por fazendeiros exercem conjuntamente o monopólio da terra. A organização da atividade produtiva por fazendeiros e empresários baseia-se na criação de gado bovino para corte. Várias condições favorecem esta escolha. Destaca-se dentre elas a característica particular do gado de se auto reproduzir, exigindo um mínimo de capital para a sua manutenção e de exigir pouca mão de obra (BECKER, 1994, p.25).

A criação de gado em regime extensivo na área rural da cidade expõe a condição dos solos pobres arenosos, impróprios para agricultura agroexportadora pela carência de técnicas que possam garantir a produção comercialmente aceitável. Como relata Ianni (1981, p. 112): “derrubaram-se as matas e construíram-se caminhos e estradas para que se criem e expandam as fazendas de gado”.

Quanto ao aumento do contingente populacional nesse período, cabe-nos, através dos dados demográficos destas décadas, traçamos algumas considerações sobre o processo, produzindo-se uma análise que relaciona o município de Araguaína aos demais anteriores, ou seja, aqueles que ocupavam a antiga rota comercial de deslocamento a beira dos rios, bem como aos novos municípios que surgiram e ascenderam economicamente em prol da construção da rodovia.

O gráfico 07 revela a intensificação do processo de polarização populacional a partir dos anos 70, dobrando-se os residentes na área do município, bem como se revogam o crescimento acelerado dos anos 90, contando com a participação em disputa por atração, em relação a outros polos regionais, seja no próprio estado, caso da recém-criada capital, Palmas, ou dos municípios de Marabá e Imperatriz, ambos os polos em seus estados e competindo entre si.

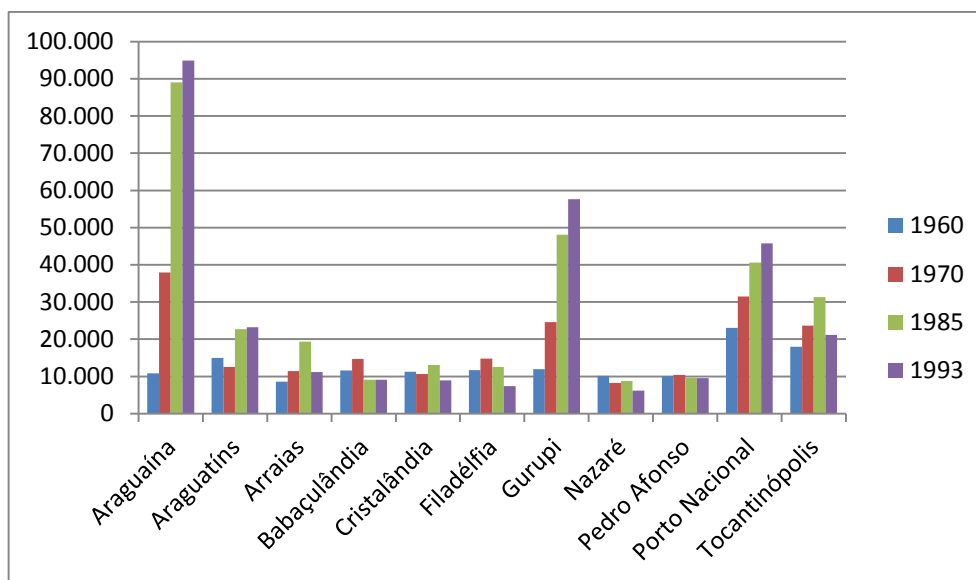
Analizando-se o gráfico 07, apreendemos que, até meados da década de 70 alguns municípios continuaram crescer de forma acentuada durante as décadas seguintes, com

³⁴ A indústria de extração de babaçu fora fundada na década de 60, sendo comprada pelo Senador Benedito Vicente Ferreira, dono do grupo Boa Sorte. O fechamento das instalações deu-se ainda no meio da década de 70 pelas razões aqui já apontadas.

³⁵ Esse crescimento ocorreu, quase que integralmente de modo horizontal, uma vez que atividade produtiva principal continuou a ser a pecuária de corte, praticada de modo extensivo, a qual trazia a reboque o cultivo de lavouras diversificadas para subsistência. O produto da lavoura de arroz, que em larga escala antecedia à formação de pastos, e a produção da pecuária passaram a ser comercializados não só no mercado local, mas também em mercados regionais mais amplos. IBGE, 1997, p. 29.

Araguaína sobressaindo-se sobre os demais, seguindo de perto por outra cidade nascida no seio da rodovia, Gurupi. Porto Nacional continua crescer sem sobressaltos, perdendo posição para esta última, apesar de que nos fins dos anos 80 seu crescimento tenha sido desacelerado.

Gráfico 07: Evolução populacional de municípios pertencentes ao Antigo Norte de Goiás ao atual Estado do Tocantins – 1960/1993



Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX (Organizado pelo autor)

O espaço dos fluxos, tanto econômico quanto populacional, seria modificado expressivamente com criação e construção da capital do estado, fazendo-se surgir em meio ao estado uma nova urbe com a função de planejar e administrar os interesses políticos e econômicos de uma nova elite, arregimentando novas levas de migrantes provenientes tanto deste estado quanto de vários lugares do país.

A década de 80 constitui-se um marco para Araguaína quanto ao aumento de sua população, dobrando-se a população geral, esvaziando-se o campo e comprimindo a massa sobressalente. Igualmente, aumenta-se o exército de mãos vazias que necessitava de refúgio e dependente da ajuda governamental para sobreviver no meio urbano.

Ainda verificando-se o gráfico, podemos observar que, a partir dos meados da década de 90, houve uma estabilização quanto às taxas de crescimento populacional do município de Araguaína, reflexo do crescimento exacerbado de Palmas, que a princípio passara a reunir a massa de trabalhadores que seria utilizada na sua construção, acrescentando-se a estes, funcionários públicos, comerciantes e investidores.

Exporemos agora algumas considerações sobre o comércio araguainense, ressaltando de início a diversificação das atividades econômicas, necessariamente aquelas ligadas ao comércio varejista e atacadista.

A análise dos setores que compõem a economia do município de Araguaína nas décadas de 70 e 80 nos traz de início um problema: a impossibilidade de traçarmos confiavelmente um perfil fidedigno da economia local, à medida que contamos apenas com alguns dados por parte do IBGE, que abrangem a colheita censitária apenas nas escalas regionais e nacional. Casos semelhantes encontraram-se nas juntas comerciais com sede nesse município, em que as instituições que defendem os interesses da classe – ACIARA, Associação Comercial e Industrial de Araguaína e JUCENTINS, Junta Comercial do Estado do Tocantins -, não existindo dados relacionados aos estabelecimentos comerciais nessa cidade.

Para empreendermos tal estudo, contamos com os dados do Censo Comercial do Estado de Goiás da década de 80 (IBGE, 1980), que traz especificamente os tipos de estabelecimentos comerciais do varejo e atacado, bem como os ramos quanto aos tipos de mercadorias comercializadas. Propriamente, não existem dados sobre atividades industriais no município, quantitativos ou qualitativos, apenas quanto a que tipo de estabelecimento existira nessas décadas.

A distribuição da mão de obra pelos setores e seu equacionamento pelos setores também segue o mesmo raciocínio, mas, pode-se deduzir pela quantidade de estabelecimentos, seja comercial, de serviços ou industrial, a distribuição da PEA - População Economicamente Ativa do município. Os principais produtos comercializados na maioria dos produtos alimentícios, fato que comprova que a rodovia Belém-Brasília não apenas inseriu os municípios do norte goiano ao capital que buscava explorar terras, mas abriram-se as mesmas ao irrefreável circuito de fluxos de mercadorias do Centro-Sul.

Além de alimentos, outros ramos também merecem atenção nesta análise, casos como os de veículos e atacadista de produtos agropecuários e químicos. Observa-se a existência de ramos associados principalmente ao trabalho rural, coalescência de ramos de apoio a classe dominante do município – os agropecuaristas. Entre as décadas de 70 e 80 intensificaram-se a relação urbano/rural, complementando-se entre si o capital aplicado no campo e na cidade, expondo à íntima e intensa cumplicidade entre os seus diversos agentes dinamizadores do espaço. Não diferente, aplicava-se os lucros obtidos pelo campo na cidade, o que por si alimentava o comércio varejista de produtos consumidos pela crescente população do município.

Quanto à mão de obra ocupada nos setores da economia do município, predominava em 1975 o uso do trabalho masculino tanto no campo quanto na cidade. De modo geral, o município exibia 1.908 estabelecimentos rurais, correspondendo 3,8 vezes mais do que os localizados na área urbana, empregando 5.985 pessoas, que por sua vez, tinham disponíveis apenas 8 tratores

na região para atender as propriedades (IBGE, 1970), acentuando a importância da mão de obra³⁶. De 1561 estabelecimentos visitados em pesquisa censo pelo IBGE de 1980, 912 produtores relataram que residiam em seu próprio estabelecimento³⁷, perfazendo a localização do domicílio na razão de 473 na zona urbana e 146 na zona rural.

A absorção pelo campo da maior parte da mão de obra disponível fazia-se sentir tanto em escala municipal como em escala estadual e nacional, haja vista que, de cerca dos 23.391.777 milhões de trabalhadores inclusos na População Economicamente Ativa a partir dos 10 anos acordo com o censo do IBGE de 1970, mais da metade destes, equivalentes a 11.621.490 milhões de trabalhadores estavam empregados em atividades ligadas ao campo.

As condições descritas anteriormente sobre a concentração da mão de obra no campo rompem-se definitivamente em favor ao domicílio urbano no decorrer década de 80 e 90, aumentando a participação do fluxo proveniente do meio rural em atividades estritamente urbanas, assevera-se o emprego destes nos setores de vendas, serviços e na crescente agroindústria³⁸.

Segundo o censo comercial do Estado de Goiás (IBGE, 1980), entre os anos de 1975 e 1980 houve um acréscimo relativo de 32,76% nas atividades envolvendo o comércio varejista, aumentando o pessoal ocupado em números relativos num total de 51,83%, o que mostra o crescente aumento da ocupação da mão de obra no setor de serviços (tabela 07),

Em apenas 5 anos houve um incremento da ordem percentual de 55,2%, saltando de 2.434 para 3.780 empregados. Os estabelecimentos sofreram um acréscimo quantitativo percentual de 27,9%, de 548 para 701, sendo verificado um aumento da complexidade de bens vendidos nos estabelecimentos, destacando-se aqueles voltados para a venda de produtos alimentícios, além deste, verifica-se o aumento significativo daqueles que agregam maior valor comercial, como os bens duráveis: carros, máquinas para usos diversos entre outros.

Os estabelecimentos responsáveis pela venda de materiais para construção também cresceram de forma significativa, correspondendo percentualmente a 110%, o que comprova o

³⁶ De acordo com o censo agropecuário de 1985, apenas 52 pessoas empregavam equipamento na labuta diária; 54 no preparo do solo; 315 no plantio; 140 em tratamentos culturais; 253 na colheita; 609 na limpeza do pasto e 283 em outros serviços. IBGE, 1980.

³⁷ Em Araguaína, cerca de 10.239 pessoas residiam nos estabelecimentos rurais, sendo que, destas, 6903 eram homens e 3.336 mulheres. IBGE, 1980.

³⁸ No período de 1960 a 1975, Araguaína atingiu um estágio de desenvolvimento sem precedentes na história do Estado de Goiás, sendo que em 1965 foi criada a indústria da região norte, - a CIMBA - Companhia Industrial e Mercantil da Bacia Amazônica e em 1967 o primeiro frigorífico de Araguaína de propriedade do Grupo Boa Sorte e que até hoje é um dos maiores com capacidade de abate de 900 cabeças por dia.

aumento das construções no município, concomitantemente à diversificação das mercadorias empregadas na construção civil, o que demonstra que a produção do espaço urbano já começara a despontar no município, ratifica-se no meio as proposições advindas dos centros de decisões espalhados pelo mundo, em que o local, a cidade, passa a receber cada vez mais as formas e funções atreladas ao capitalismo.

Tabela 07: Dados gerais das atividades de serviços município de Araguaína – 1980

classes de serviços	pessoal ocupado em 31.12.1980			
	Estabelecimentos de 1980	total	ligado a atividade específica	média mensal do pessoal ocupado
serviços de alojamento e alimentação.....	243	550	145	526
serviços de reparação, manutenção, instalação e confecção sob medida.....	110	220	66	212
serviços pessoais e de higiene pessoal.....	38	84	33	81
serviços de radiodifusão, televisão e diversões.....	21	51	26	50
serviços auxiliares diversos.....	49	229	129	215
serviços de compra, venda, loteamento, incorporação e arrendamento de bens e imóveis.....	11	35	9	35

Fonte: Censo Comercial do estado de Goiás – 1980. Organizado pelo autor.

Em relação à indústria, o censo econômico de 1985 do estado de Goiás registrava um total de 109 empresas com sede neste município, empregando nestes estabelecimentos 760 trabalhadores, predominando, primeiramente, as indústrias de transformação e, em segundo, a de alimentos, neste município duas áreas com facilidades para instalação de indústrias: O DAIARA (Distrito Agroindustrial de Araguaína) e a ZPE³⁹. A primeira conseguiu sobreviver

³⁹ As zonas de processamento de exportação - ZPEs são caracterizadas como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. ZPEs autorizadas com fundamento na Lei nº 11.508, de 2007: ZPE do Acre, em Senador Guimard - AC / ZPE de Aracruz, em Aracruz - ES / ZPE de Bataguassu, em Bataguassu - MS / ZPE de Barra dos Coqueiros, em Barra dos Coqueiros - SE / ZPE de Boa Vista, em Boa Vista - RR / ZPE de Fernandópolis, em Fernandópolis - SP / ZPE de Macaíba, em Macaíba - RN / ZPE

até os dias atuais isentando de impostos quem porventura se instalasse, sendo que estão presentes em seu parque granjas e frigoríficos, - tornando-se receptiva a várias empresas que, necessariamente não produzem nenhuma mercadoria, servindo de depósitos para algumas como o grupo Nosso Lar. A segunda, criada pelo Decreto-Lei nº 2.452 de 29 de julho de 1988, que teriam os seguintes objetivos:

- Atrair investimentos estrangeiros;
- Reduzir desequilíbrios regionais;
- Fortalecer o Balanço de Pagamentos;
- Promover a difusão tecnológica;
- Criar empregos;
- Promover o desenvolvimento econômico e social do país;
- Aumentar a competitividade das exportações brasileiras.

Não diferentes de outras políticas governamentais da década de 70 recheadas de protecionismo à indústria brasileira, inviabilizou-se o desenvolvimento de qualquer projeto relacionado à instalação dessas áreas com condições especiais de produção e exportação de mercadorias, sendo a rigor, pelo temor a isenção dos impostos que a mesma seria concebida, apesar de ser permitida a comercialização de apenas 20% da produção em solo brasileiro. O parque modal na realidade nunca fora instalado, reflexo da falta de investimentos na já então obra faraônica ferrovia norte-sul, que por diversas vezes, em vários governos, careceu de prioridades quanto à construção.

2.3 – A década de 90 e o início do Planejamento Urbano da Cidade de Araguaína

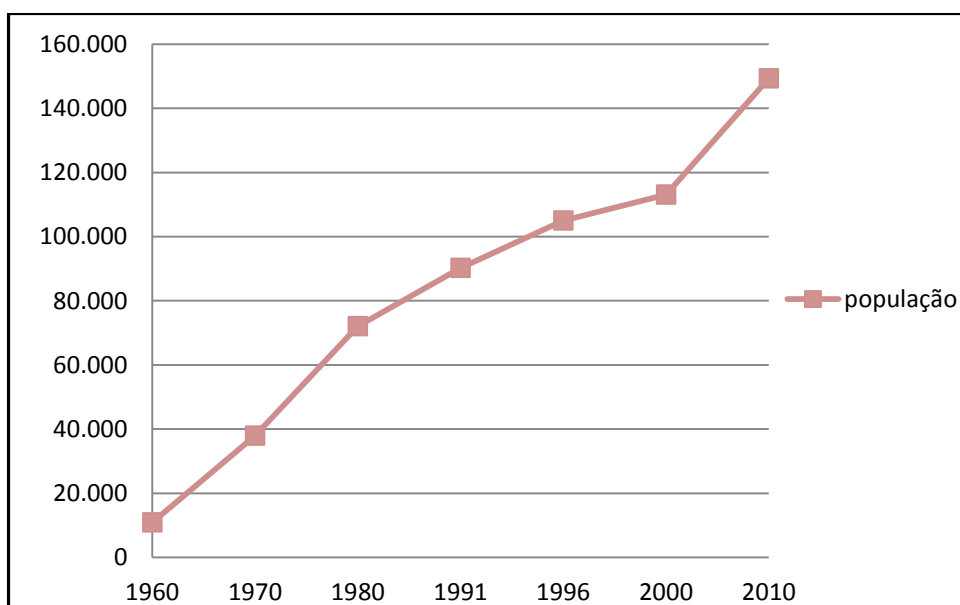
Abordemos agora o crescimento do sítio urbano do município de Araguaína, a implicação deflagrada pela incessante e corrente evolução da mancha urbana, devendo-se, primeiramente, não nos atermos a apenas uma análise superficial do momento presente. Sendo assim, poderíamos deste modo tropeçarmos em algumas das inúmeras defasagens temporais que acomete o espaço. A análise da espacialização pretérita nos proporcionaria a construção de um retrato fidedigno de sua evolução do sítio urbano, a mensuração, seja qualitativa ou quantitativa dos elementos que compõem o espaço, consiste sem dúvida em uma importante forma de construir uma contextualização dos fatos, ações e interações que se desenrolam no

meio, constituindo tanto quanto a dialética da produção e reprodução deste para o alicerce da sociedade.

O traçado urbano de Araguaína assemelha-se, de início, aos tantos outros municípios surgidos no século XX no Brasil: estruturas dispostas em perfil linear, sem distinções de funções quanto à alocação ou emprego, ocupado por residências, comércios, ou por qualquer outra destinação. Não nos cabe neste trabalho traçarmos a disposição das mesmas, tampouco a função das edificações nesta cidade reservando-nos apenas nossa abordagem a referenciar o crescimento urbano quanto ao aumento das vias de circulação e bairros. Dessa forma nos prestamos a descrever a direção da mancha urbana nos períodos que sucederam ao boom promovido pelo aumento exponencial da população urbana.

O crescente aumento da população de Araguaína necessariamente não significou que a cidade teria ingressado em um estágio de desenvolvimento no sentido literal desta palavra. A cidade realmente cresceu em números absolutos, porém estes números não trazem como certas melhorias a toda a população, que padeceu nas décadas seguintes da insuficiência de serviços básicos, ou seja, nem sempre crescimento demográfico significa desenvolvimento (gráfico 08).

Gráfico 08: Evolução da População de Araguaína – 1960/2010



Fonte: IBGE - Estatísticas do Século XX. (Organizado pelo autor).

Necessariamente, a mancha urbana deste município não se se alargou de início paralelamente a rodovia, devendo-se certamente à condição imposta anteriormente ligada ao surgimento do núcleo de povoamento, que se encontrava inserida à lógica fluvial, ou seja, a utilização dos insumos fornecidos pelo rio Lontra. Deste modo, a organização espacial deu-se de forma desorganizada. Iniciando-se a partir da Rua Souza Porto, as vias constituíram-se por

ramos estreitos interligados entre si, indiferentes aos quesitos exigidos futuramente a circulação de pessoas e veículos, abrindo-se ao longo da década de 70 novas quadras de forma a alcançar as margens os córregos fronteiriços lava-pés e neblina.

Esse *core* que primeiramente se desenvolveu entre as décadas de 60 e 80 (mapa 03) abriga os terrenos de maior valor comercial, consistindo a área central do município, que abriga, além de residências, as duas principais vias ligadas ao comércio da cidade – Cônego João Lima e 1º de Janeiro. Bairros restritamente residenciais surgiram em torno deste *core* de forma a abrigar a crescente população de migrantes⁴⁰ que buscavam melhores condições de vida na cidade, a exemplo do Bairro São João que recebera um quase interminável fluxo populacional na década de 70 tornando-se posteriormente o maior bairro de Araguaína.

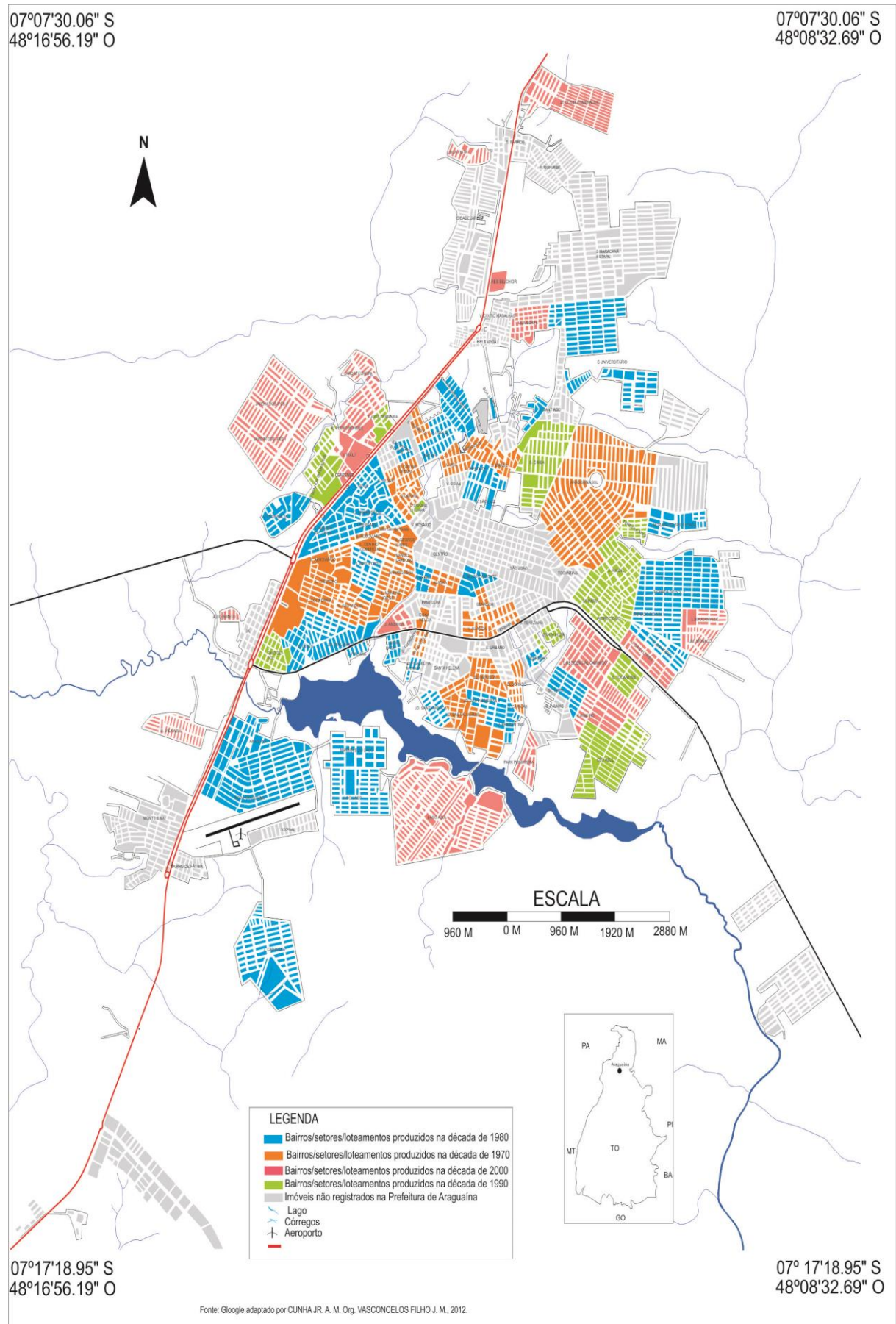
Os fluxos de desenvolvimento distribuíam-se além da região central, e em praticamente em todos os sentidos, área compreendida entre a TO – 222 até a rodovia Belém-Brasília, sendo ainda incipiente tal expansão a sul e sudeste, por essas áreas abrigarem chácaras e o lago, assim sendo rarefeitas de ocupação e contando com poucos bairros depois do terminal rodoviário, a exemplo os bairros situados após o Setor Anhanguera, os Setores São Miguel e Martim Jorge que apresentariam uma dinamização apenas a partir dos anos 2000.

Em relação à concepção de construções custeadas por investimentos federais, Vasconcelos Filho (2013, p. 146) relata que na década de 70 que a Vila Couto Magalhães foi construída como parte integrante do programa governamental de moradia popular do governo goiano, que por sua vez estava integrado aos programas desenvolvidos pelo BNH/SFH do governo federal.

O governo militar de João Goulart promoveu a criação do Sistema Financeiro de Habitação conjuntamente com o Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH) como forma de reduzir o deficit habitacional do país. Porém, o que se viu foi que 80% dos recursos investidos na forma de empréstimos privilegiaram apenas as classes de maior poder aquisitivo.

⁴⁰ Nesse intercâmbio, muitos não apenas utilizavam este espaço como passagem, mas também ao conhecê-lo, foram fixando moradia, por visualizar uma possibilidade de crescimento da cidade de Araguaína e por consequência de melhores condições de vida. Isto é atestado, principalmente quanto à oferta de serviço de saúde, mas também de educação. Mas estes últimos serviços possuem maior influência para a dinâmica urbana desta cidade, notadamente a partir da década de 1990. (VASCONCELOS FILHO, 2013, p. 136).

Mapa 03: Evolução urbana de Araguaína até os dias atuais



O fim da década de 70 e o ingresso na de 80 marcam a abertura e a expansão de velhas e de novas áreas de ocupação neste município: a mancha residencial expande a oeste, a exemplo dos setores próximos a avenida Santos Dumont, que se aproveita da retirada do então 2º aeroporto da cidade para o local atual e aproxima-se da rodovia; a Sul, os Bairros Eldorado e Jardim Filadélfia surgem incipientes com poucas moradias, refletindo a precariedade das ruas, sendo que no Eldorado abriga-se casas de prostituições, o que por atraía um contingente de clientes para os bares.

O constante e ininterrupto crescimento da mancha urbana a partir dos anos 70 trouxe, de forma gradual, porém rápida, ações por parte do poder público de forma a garantir aos novos cidadãos a posse dos novos terrenos abertos nessas áreas, dentre elas o registro de glebas e seu eventual parcelamento para atender a nova demanda, tal como revela Vasconcelos Filho:

Considerando as décadas de 1970 e 1980 conjuntamente 94 áreas foram transformadas em terras urbanas. Isto equivale, em termos percentuais a 54,02% do total da área urbana municipal. Significando dizer ainda que já na década de 1980 registrou-se mais da metade da terra que compõem o perímetro urbano atual de Araguaína. Este aumento também encontra respaldo no crescimento da população urbana nas décadas de 1970, 1980 e 1990. (VASCONCELOS FILHO, 2013, p. 137)

O autor aponta ainda as várias inconsistências que aparecem nos registros da prefeitura do município, seja de áreas registradas que não contenham qualquer construção, como de erros de localização dos loteamentos, o que dificultaria o trabalho das equipes do próprio órgão ou de qualquer cidadão que viesse a procurar informações sobre estas áreas nos anos seguintes:

Em muitos momentos foi preciso ir a campo e averiguar no terreno se de fato as informações contidas no mapa eram verdadeiras. Como exemplo, temos Condomínio denominado Mansões do Lago, que está apenas registrado na Prefeitura, mas que de fato não existe. Conforme demonstra a figura 1. Outra questão que foi corrigida é a localização do Setor Coimbra e do Conjunto Residencial Patrocínio que se encontra invertida. (VASCONCELOS FILHO, 2013, p 129). O grifo é nosso.

A posse da terra na cidade sempre teve atrelada a entrada e saída dos governantes, que, por vezes, promoviam uma distribuição “amiga” aos correligionários que, a cada mudança de governo, recebiam sem delongas⁴¹ lotes e áreas pertencentes ao poder público. Assim, é de se concluir que a desorganização podendo até não ser proposital, seria benéfica a determinados grupos que se utilizavam dela para se manter no poder. Até os recadastramentos dos lotes teriam sido empregado por agentes públicos para “grilar” terras públicas: lotes que apareciam no

⁴¹ Era comum, segundo Vasconcelos Filho (2013, p. 137) que, ao final de cada pleito se distribuisse terra em forma de lotes para os correligionários, como forma de pagamento pelo “apoio ao prefeito”.

sistema tendo como titular, a prefeitura teria seu nome devidamente apagado, substituídos por outro titular.

É de se concluir que as glebas constituintes do espaço que compreende os arredores do município estavam de posse de poucas pessoas, sendo políticos, comerciantes e pecuaristas, ou seja, a terra era farta, mas atendia apenas a uma pequena parcela da sociedade. Tal fato explicaria a implementação de inúmeros loteamentos particulares após 2010, empregando-se terras que pertenciam anteriormente a esses grupos da sociedade, que foram adquiridas e parceladas.

A expansão continuou na década seguinte com o ingresso do município em um novo extrato econômico: o fornecimento de serviços de formação superior e atendimento hospitalar para os moradores do próprio núcleo e, complementarmente, além de sua microrregião. Assim, adquire para si o posto de polarização destes serviços em relação aos estados circunvizinhos. Essa oferta de serviços passaria a atuar como atração para pessoas que poderiam ou não pagar por esses serviços: levas de migrantes do Pará, Maranhão, Piauí e de outros estados em busca por melhores condições de vida recorreram a essa cidade como forma de garantir uma nova vida, obter uma formação superior ou um atendimento médico-hospitalar pelo SUS ou na rede particular.

É para atender essa demanda que foram criados em fins dos anos 90 uma série de novos parcelamentos territoriais urbanos, a começar por aqueles custeados pela caixa econômica federal, caso do Residencial Patrocínio criado dois anos antes. Todavia, este atenderia a uma parcela insignificante da população que realmente necessitava de uma casa própria. Subsequente aos primeiros investimentos da Caixa em moradias, surgiam as primeiras ocupações irregulares no norte e nordeste do município: os bairros Céu Azul e Vila Ribeiro impressionavam pela exposição de sua gritante pobreza e total abandono de seus moradores por parte do poder público.

Nesse contexto, a cidade desenvolveu-se alheia a qualquer política que lhe fornecesse instrumentos capazes de fomentar um desenvolvimento atrelado à organização territorial, salvo em pequenos casos em que atrelados entre si, os poderes municipal, estadual e federal, consubstanciaram ações que vigaram na construção de moradias nessa cidade, exclui-se nessa análise o momento presente.

2.4- A Criação do Plano Diretor de Araguaína e seus Desdobramentos

Antes de concebemos uma discussão acerca da criação do plano diretor de Araguaína, ou seja, do início da instrumentalização por parte do município dessa importante ferramenta de planejamento para a elaboração e gerenciamento das ações para o meio urbano, cabe-nos traçarmos algumas considerações sobre o conceito jurídico referente a planos diretores.

De acordo com norma NBR 12.267/1992, o plano diretor seria “o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados”.

A constituição brasileira em artigo nº 182 (BRASIL, 2002) revela que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Assim sendo, o mesmo deverá atender aos requisitos da política de desenvolvimento urbano e função social da cidade, aqui exemplificando suas denominações:

Entende-se por Política de desenvolvimento urbano o conjunto de objetivos e diretrizes para orientar a ação governamental relativa à distribuição da população e das atividades urbanas no território, definindo as prioridades respectivas, tendo em vista ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar da população. A função social da cidade consistiria na que deve cumprir a cidade a fim de assegurar as condições gerais para o desenvolvimento da produção, do comércio e dos serviços, e, particularmente, para a plena realização dos direitos dos cidadãos, como o direito à saúde, ao saneamento básico, à educação, ao trabalho, à moradia, ao transporte coletivo, à segurança, à informação, ao lazer, à qualidade ambiental e à participação no planejamento. Resolução nº 34/2005, DOU de 14/07/2005, Seção 1, p. 89.

Neste sentido, aprovou-se por meio da lei nº 1.000/1990 o primeiro plano diretor do município de Araguaína, em obediência ao parágrafo 1º do artigo 182 (BRASIL, 2002) que propõe que o mesmo deve ser aprovado pela Câmara Municipal, sendo obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e compreendendo um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Esse primeiro Plano Diretor carece, apesar de ser previsto na NBR 12.267, de instrumentos que lhe dê coesão e finalidade, o que é explicitado por objetivos, caracterização, diagnósticos e prognósticos, alternativas e critérios de avaliação, todavia, os mesmos apenas seriam regulamentados a partir da criação da lei nº 10.257/2001, compreendendo o Estatuto das Cidades.

Ao plano encontrado de posse da Prefeitura Municipal de Araguaína, temos em seu 1º artigo uma série de ações em que foram subdivididas obra/serviços, dando-lhe a cada ação previsões de realização a curto e longo prazo, de modo que as classifica em aquelas de caráter

emergencial, melhorias urbanas e imediatas, melhorias urbanas de curto prazo (4 anos) e melhorias a médio e longo prazo (5 a 20 anos).

Observando o plano, ainda podemos concluir que o mesmo apresenta áreas subdivididas em zonas, demonstrando uma incipiente tentativa de classificação voltada para o planejamento, a exemplo da ZCS – 01, que referencia a região central do município.

Analisando o quadro 01 podemos inferir que, inicialmente a cidade carecia urgentemente de obras estruturais que combatessem erosões (voçorocas), obras de canalização de córregos, galerias pluviais e pavimentação. A pavimentação asfáltica inicialmente restringia-se a poucos trechos do centro, dividindo espaço com os populares bloquetes (piso móvel de forma hexagonal), que assumiram o papel de ocupar os espaços vazios pelo asfalto, sendo de fácil manutenção, mas casualmente apresentava transtornos aos motoristas quando se deformava.

Quadro 01: Ações de intervenção emergencial previstas no plano diretor do município de Araguaína – 1990

Nº de Ordem	Localização/Trecho	Obra/serviço	Unidade/Quantidade
01	Setor Belo Horizonte	Contenção de Erosão - Captação de águas pluviais - Enrocamento. - Impermeabilização - Plantio	m ² / 20.000
02	Região das Areas/Setor Araguaína Sul/Setor Central	-Pavimentação alternativa	m ² / 104.000
03	Proteção e tratamento dos córregos, fundos de vales e represa Corujão.	- Retificação de canal - Arborização	m / 18.000 m / 28.000 (m ²) 840.000

Fonte: Lei Municipal nº 1.000/1990. Org.: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

As obras/serviços relacionadas às melhorias urbanas imediatas abrangiam principalmente o sistema viário: sinalização, arborização, iluminação, retificação, passeios, pavimentação e duplicação, de modo que deveriam atender especificamente às principais

avenidas da cidade. Os serviços estruturais referenciam-se à execução de construções de galerias pluviais, implantação e ampliação da rede de distribuição de água tratada, além de linhas telefônicas pela concessionária local. Ainda referente ao quadro 04, chama-se a atenção à intenção pelo menos no papel de se realizar obras que protejam os riachos que cortam a cidade, estendendo-se tal preocupação ao lago da represa Corujão, receptora dos dejetos sem tratamento provenientes da rede de drenagem de córregos importantes, como o Neblina e o Lava-pés, por exemplo.

Apesar de estar previsto no plano a construção do sistema de esgoto de forma atender inicialmente a região central do município, não realizou-se obras nesse sentido até a revisão desse plano em 2005, a comprovar que, por essa deficiência de falta de saneamento básico na área central, existe a incidência característica de pernalongos.

A preocupação com o transporte de passageiros, tanto particular quanto coletivo, fez-se sentir por duas razões para que se inserisse como ação imediata: o aumento excessivo de veículos começara a refletir já em congestionamentos consideráveis⁴² e em falta de estacionamentos, e, em segundo, deve-se à não verticalização do serviço de transporte público, espelho da falta de novas concessões por parte do município, premiando a empresa Viação Lontra LTDA⁴³ com um abusivo e dispendioso monopólio.

O plano ainda conta com várias ações de desapropriação, a rigor em áreas pertencentes à várzeas dos córregos e àquelas que compreendiam o final de vias de circulação que terminassem nos córregos, de forma a também explicar obras relacionadas à construção de pontes de acesso ligando-se o centro a novos bairros, a exemplo dos setores Noroeste e Brasil. Áreas voltadas ao lazer, praças centrais do município tais como a das Bandeiras e Nações além de outras, bem como aquelas reservadas às feiras livres para o abastecimento da população aos fins de semana, o parque do Jacuba, que seriam passíveis de reurbanização a curto prazo (quadro 02).

Admitia-se a existência desde fins da década de 80, e no decorrer da de 90, de uma inquietante preocupação quanto à superlotação do cemitério central, espremido entre bairros nas décadas posteriores. Paulatinamente viu-se obrigada a gestão municipal de procurar, delimitar e implantar, em nova área, um novo cemitério que atenderia a crescente demanda, que

⁴² Permitia-se até o presente momento, a circulação de caminhões e ônibus de transporte coletivo no centro comercial de Araguaína, não contando ainda com a invasão de veículos ciclomotores.

⁴³ Esta mesma empresa viria, futuramente, abrir uma nova razão social, a Lontra Bus, de forma a garantir sua permanência como a única mandatária deste serviço no município.

obviamente, estaria em conformidade com as leis ambientais. Porém, nada mais fora feito a não ser obras que empurraram seus muros no sentido das quadras residenciais que o rodeiam.

No tocante aos bairros e setores, reserva-lhes os serviços de ampliação das redes de energia elétrica, iluminação pública, novos ramos telefônicos, limpeza de ruas e pavimentação. A rigor, desses serviços, o último apresentado jamais teve sua prioridade atestada no planejamento nas gestões posteriores ao plano, salvo algumas exceções, caso os bairros, setores e loteamentos próximos ao centro que foram asfaltados por uma fina lama de hidrocarbonetos, um péssimo revestimento que casualmente sofre de arrasto pelas águas. Aos bairros periféricos, restou-lhes contentar-se apenas por pavimentação por sedimentos, ocasionando, no período chuvoso, ruas lamacentas consequentemente intransitáveis.

Quadro 02: Plano Diretor – Melhorias Urbanas Imediatas/1990

Nº ORDEM	LOCALIZAÇÃO/TRECHO	OBRA/SERVIÇO	UNIDADE	QTDE
ESTRUTURA SOCIAL – GERAL				
LAZER – LOCAL				
1	Praça das Bandeiras, Praça das Nações, Vila Aliança e Bairro Senador	Reurbanização	un	4
SERVIÇOS FUNERÁRIOS - GERAIS				
1	Malha Urbana	Projeto de Urbanização e desapropriação de área para a implantação de novo cemitério	m²	50.000
SERVIÇOS FUNERÁRIOS - LOCAIS				
1	Região sul da malha urbana	Reurbanização do cemitério local Existente	m²	43.000
ABASTECIMENTO - LOCAL				
1	Região Central	Transferência dos comerciantes existentes nas proximidades do mercado central, para um local apropriado.	un	1

Fonte: Lei Municipal nº 1000/1990. Org.: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

A revisão desse plano deu-se com a aprovação da lei nº 2.424 de 03 de outubro de 2005, na gestão da então prefeita Valdevez Castelo Branco Martins, observando-se desde já a consonância dessa com o Estatuto das Cidades aprovado em 2001, a equilibrar os interesses das políticas que priorizam o desenvolvimento econômico com o bem-estar dos cidadãos, como se vê no artigo 1º:

§ 1º Conforme determina a Lei Orgânica de Araguaína, o desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as

peculiaridades e a cultura locais e preservando o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

§ 2º A política de desenvolvimento do Município contemplará os aspectos econômicos, sociais, culturais, físico-ambientais e institucionais e, em especial, o desenvolvimento urbano, resultante da interação destes aspectos. Lei nº 2.424/2005.

O parágrafo 1º reflete a dualidade dos interesses desenvolvimentista do município frente aos interesses sociais. Ressalva-se o termo ‘redução da desigualdade’ como algo que deva ser desvinculado desta política, mas não como resultado da implantação da mesma. Mitiga-se apenas e não evita-se, de forma a excluir a formação de situações que gerem desigualdades. O crescimento das cidades deve ser realizado à custa da imposição do homem sobre o meio que o rodeia. Porém, raríssimas ocupações são feitas de forma a garantir a preservação de alguns espaços intocáveis ao avanço dos homens.

A formulação de parcerias entre os agentes públicos e privados constitui-se o objetivo prioritário do Artigo 2º, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana do Município, devendo ser observado pelos agentes públicos e privados com vistas a promover uma atuação integrada desses agentes em prol do desenvolvimento municipal. Finalizando o I capítulo dessa lei, reforça-se a política de busca pelo desenvolvimento do município, dando-se ênfase ao desejo de tornar-se esse núcleo urbano um centro polarizador regional, como podemos observar em seu Artigo 3º dessa lei que perfaz que:

O objetivo central da política de desenvolvimento e de expansão urbana do município de Araguaína é torná-lo um polo regional agroindustrial e comercial, voltado para o comércio regional e a exportação, aproveitando as vantagens da proximidade da Plataforma Multimodal de Transportes, e um centro de excelência nas áreas de educação e saúde, além de polo de apoio às atividades turísticas na região. Lei nº 2.424/2005.

As linhas estratégicas do município também caminham na mesma direção (artigo 6º). Metamorfoseia-se em múltiplas dimensões, como para obter-se o crescimento econômico, cidadania para os cidadãos e proteção ao meio ambiente, solidificando tais desejos através de programas, ações, projetos e atividades específicas. De modo geral o plano está dividido em capítulos, seções, subseções e artigos, incisos e parágrafos, compreendendo de forma estrutural e funcional atender à política nacional de desenvolvimento urbano, juntamente com o estatuto das cidades.

O capítulo III refere-se às linhas estratégicas que norteiam a política urbana do município de forma a garantir seu desenvolvimento e expansão, atrelando-se a culminância destas ao intercâmbio regional, estadual e nacional, para assim alcançar as metas em objetivo.

O capítulo IV compreende o ordenamento do território, de forma que subdivide-se em macrozonas o espaço do município, dando-lhes forma e conteúdo, diferenciações sobre usos e possibilidades de serem ocupadas de acordo com a necessidade a serem atribuídas.

Não diferente dos anteriores aqui citados quanto à permutabilidade dos objetivos e metas, os capítulos de V a XI tratam desde os instrumentos da política municipal para pleitear um desenvolvimento, tais como diretrizes, planos, disciplinamento do parcelamento, uso e ocupação do solo, até as demais políticas relacionadas à concessão que venham a relacionar à pré-existência de residência em área urbana. Apesar do nosso objetivo neste presente trabalho, o capítulo XI merece uma atenção especial de nossa parte, devido esse referir-se as zonas de interesse social, pois acerca dessas áreas propomos uma discussão sobre uma em especial, porém sua implantação no município e suas contradições só serão abordadas no 3º capítulo desta dissertação.

O capítulo XII trata da formação dos conselhos municipais de planejamento e gestão participativa, por meio de representantes públicos e privados, que sistematizam e dão caráter legal por meio da regularização das normas. Porém, o que se verificou-se na prática até o presente momento é a inconsonância entre aquilo que deveria ser adotado e o que é praticado envolvendo os diferentes agentes participantes, ou seja, as responsabilidades atribuídas a cada um sob a forma de lei. Desse modo, é de se entender que para que haja a implantação ou abertura que qualquer assentamento urbano nesta cidade, os mesmos estarão cobertos por um arcabouço cristalizado na forma da lei. Obviamente, serão por meio da avaliação desses critérios normativos, caso das leis, decretos e normas, que exporemos as análises posteriores de nosso trabalho.

2.5 – A expansão urbana de Araguaína nos dias atuais - (Des)planejamento e crise.

A atual expansão da cidade Araguaína faz-se por meio de seu crescimento, no espaço e no tempo, aqui compreendendo o tempo presente e suas atuais formas espaciais, refletindo o atual contexto econômico do país, perfazendo a descentralização das atividades industriais e o crescimento das cidades médias, consolidando-se a eleição destas como detentoras das novas funções impostas pelo capital, que, a rigor reconfiguram o espaço de forma a atender a nova dinâmica de expropriação e acumulação de dividendos.

Segundo o último Regic publicado pelo IBGE (2007), o município está classificado como capital regional “c”, consistindo importante centro polarizador de serviços na região norte do Estado do Tocantins, perdendo apenas para Palmas, a capital administrativa desse estado.

Desse modo, seu crescimento nas últimas décadas tem-se realizado de forma a equipar-se de instrumentos e condições que atendam à crescente demanda por bens e serviços, tanta interna quanto externa. Assim, como já citado anteriormente neste trabalho, a cidade desenvolveu-se de forma rápida e sem organização, reflexo de uma exuberante falta de preparo por parte de suas autoridades, que foram arroladas a um processo irrefreável de urbanização.

A parte que compete às autoridades, além da falta de trato administrativo para solução de problemas urbanos, insere-se a escabrosa e fútil apoderação dos recursos pública para enriquecimento particular, não esquecendo a distribuição de regalias de bens e serviços aos apadrinhados políticos. Ou seja, na cidade de Araguaína encontramos situações de clientelismo que casualmente são encontradas em algumas cidades em várias regiões do país.

Cabe-nos agora traçarmos a configuração de ocupação territorial adquirida recentemente pelo município e seus problemas, sejam em áreas antigas que foram incorporadas ainda nas primeiras décadas, sejam as novas que foram incorporadas recentemente, traduzindo-se em um mosaico de formas diferenciadas.

A rigor pode-se observar que o novo se confunde com o velho quando se trata de ingerência por parte do poder público quanto ao trato da catalogação das áreas em seu banco de dados, já que, alguns bairros apesar de constarem em localizações diferentes, são passíveis da mesma falta de planejamento quanto à catalogação, seja pelos seus responsáveis na prefeitura, seja pelo registro no cartório de imóveis. Áreas centrais apresentam-se no mapa na mesma situação de áreas periféricas, como o Setor Monte Sinai, aberto em 2006 (cor cinza).

Algo nesse sentido, de se fazer uma correção desses dados, rendeu aos cofres públicos, na gestão da então prefeita Valderéz Castelo Branco, um gasto considerável. A Lei Nº 2147 de 2 de junho de 2003, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2004, previa a atualização do Cadastro Imobiliário Municipal a valores nada razoáveis, R\$ 353.292,60 reais, porém pela data de recolhimento desses dados para a construção do mapa em questão, parece-nos então que o problema ainda persiste.

Essa desatualização reflete em altos índices de áreas que não possuem regularização fundiária. Muitos moradores não possuem qualquer documento que comprove a posse de seus lotes, valem-se de precária documentação, como as seções de direito à espera de que, em algum momento, o poder público possa repassá-los a posse definitiva desses terrenos. Os cidadãos que residem próximos ao centro não padecem desse problema, porém são alvos conjuntamente daqueles que moram nas áreas mais afastadas do centro, pois dividem de um sistema caótico de

vias de circulação que, geralmente nas horas de pico, se sente os já não raros congestionamentos.

As vias também carecem de uma pavimentação de qualidade, remendos em mosaicos são comuns tanto nas vias centrais, como em algumas próximas a estas vias (fotografia 07), além dos próprios buracos que são comuns em praticamente em toda a cidade, revelando o desafio a ser enfrentado pelo poder público nos próximos anos. Os transtornos gerados aos motoristas vão desde acidentes a danos aos veículos que trafegam no centro da cidade. Recentemente a prefeitura vem recapeando com uma malha asfáltica várias ruas do centro, eliminando o piso com bloquetes, que entre as décadas de 70 e 80 tornaram-se uma alternativa paliativa ou mitigadora à falta de asfalto no centro da cidade.

O piso de bloquetes funcionaria como sorvedouro para as constantes e intensas chuvas que caem no município nos meses mais chuvosos, e de certo modo facilitaria a manutenção na rede de distribuição de água, o que tornar-se-á, com a adoção do asfalto, algo impossível de ser realizado sem danificar o pavimento.

Fotografia 07: Buracos em calçamento na rua 1º de Janeiro, próximo a agência da Caixa Econômica Federal – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz

A falta de estacionamento tem-se tornado outro transtorno frequente na vida dos araguainenses, reflexo da alta valorização dos imóveis localizados próximos às instituições comerciais, bancos e instituições públicas. Restringe-se o uso dos espaços para esse fim, pois a

própria lógica do capital presta-se a diferenciações quanto a seu preço⁴⁴, que continuamente valorizam as terras que estão próximas às regiões centrais. As ruas que compreendem o traçado central apresentam em sua maioria dimensões que não são mais compatíveis com o fluxo de veículos que agora se verifica, o que leva a ocorrência de congestionamentos na parte central da cidade. Sendo assim, é necessário urgentemente que haja uma reorganização do tráfego urbano, bem como a criação da guarda municipal e estacionamentos rotativos.

Em relação ao já complexo trânsito de Araguaína, a situação complicou-se no governo da então Prefeita Valderéz Castelo Branco, quando em uma tentativa de reurbanização da avenida principal, a Cônego João Lima, diminuiu-se ainda mais a faixa de trânsito para veículos.

Muitas vezes o interesse particular atropela o coletivo – vagas de estacionamento de uso comum são utilizadas de forma particular, carros são expostos como se estivessem em uma concessionária ao ar livre, ou seja, sobressai-se o interesse econômico sobre o direito do cidadão (fotografia 08).

Fotografia 08: Carros a venda em estacionamento na Praça Dom Orione – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

⁴⁴ O preço da terra é definido diferencialmente pela localização. Terrenos com as mesmas dimensões, as mesmas características topográficas, terão preços diferentes, dependendo da localização na cidade (RODRIGUES, 2001, p.19).

A Praça Dom Orione, um dos únicos espaços de lazer localizado no *core* central, a exemplo da Praça das Bandeiras, são poucas utilizadas para esse fim, sendo modelos falidos pelas míseras tentativas por parte do poder público de reurbanizá-las. Por localizar-se em uma zona de clima tropical, ocorre consequentemente durante algumas épocas do ano as chamadas pancadas de verão, sendo que durante o “verão” chuvoso as precipitações despençam de forma rápida e concentrada. Dá-se então pelo elevado índice pluviométrico e, em complemento à intensa impermeabilização dos quintais e terrenos, um aumento substancial das águas a serem drenadas pelas galerias pluviais. Desse modo, à medida que as mesmas apresentam-se em quantidade insuficiente para fazer a drenagem, além dos corriqueiros e pouco casuais entupimentos causados pelo lixo, de modo que sua existência na água comprometa o escoamento destes nos córregos como o Neblina, de forma a diminuir sua capacidade de vazão.

Fotografia 09: Avenida Cônego João Lima alagada em Araguaína - 2012



Fonte: Portal Araguaína Notícias. Disponível em:
<http://www.araguainanoticias.com.br/noticia/3548/forte-chuva-provoca-alagamento-no-centro-de-aragua-na--arrasta-carros-e-causa-prejuizos-em-resid-ncias.html>. Acesso em: maio de 2014.

Os alagamentos são frequentes próximos principalmente desse córrego, acarretando prejuízos aos moradores e comerciantes que ali perto residem ou que tenham algum estabelecimento comercial, além de dificultar o trânsito de veículos e pedestres (fotografia 09).

Houve-se uma ocupação desordenada nas décadas de 70 e 80 nas áreas próximas aos canais fluviais, servido esses locais de moradia e construção de estabelecimentos, sendo que,

em geral, foram possíveis por falta de planejamento e atuação dos órgãos públicos no sentido de coibir tais assentamentos nesses vales alagadiços.

Dar-se-á dessa forma uma dupla penalização aos moradores que recorrem a essas áreas: a negação por parte do poder público de um espaço próprio para moradias, e, não menos grave, é o abandono impetrado pelos mesmos, restando-lhes poucas saídas ou opções que possam solucionar o problema como um todo. A canalização do córrego neblina trouxe pouca ou nenhuma solução. Ao espremer o curso d'água entre as paredes dos canais aumentaram as chances de ocorrerem as inundações.

Nesse interim, o estreitamento dos laços entre as esferas administrativas municipal, estadual e federal objetiva-se, por meio de parcerias, o combate dos “efeitos” dos temporais que assim se sucedem, tal como coloca o Portal Araguaína Notícias em matéria publicada na internet em 27 de novembro de 2012:

Acompanhados pelo prefeito, vereadores e secretários municipais, a equipe visitou as regiões mais atingidas pelas trombas d'água. De acordo com o secretário de Estado da Infraestrutura, Alexandre Ubaldo, tudo está sendo analisado para que seja feita a recuperação o mais rápido possível. “Estamos presenciando os danos causados na infraestrutura e estudando as medidas emergenciais, que já estão sendo executadas. Estamos em campo, vamos começar fazendo a desassoreamento do córrego Neblina e estamos estudando, junto com a Secretaria Municipal de Infraestrutura, os reparos da ponte na Avenida Filadélfia, como também outros trabalhos importantes a serem feitos a médio e longo prazo, para que a situação não volte a se repetir”, destacou o secretário. Portal Araguaína Notícias. Disponível em: <http://www.araguainanoticias.com.br/noticia/3571/acao-integrada-entre-governo-do-estado-e-prefeitura-municipal-socorre-vitimas-de-enchente-em-araguaina.html>. Acesso em: maio 2013.

Esse “desassoreamento” prometido do córrego nunca foi realizado, apesar das mesmas autoridades esperarem que tal circunstância jamais se repita e não raro ser encontrada no ano seguinte as mesmas situações problemáticas do ano anterior, perfazendo-se assim um ciclo vicioso desses acontecimentos. Pontos anteriormente ocupados por comércio e que agora são subutilizados para tal atividade, como é o caso dos cortiços ou lugares que, ao perderem importância quanto sua utilidade, apesar de possuírem boa localização (orbitam áreas próximas ao centro), fazem-se parte de uma triste realidade existente em alguns pontos da cidade, como em Araguaína é o caso da Feirinha.

Anteriormente, a Feirinha consistia em uma área agregada ao comércio que se desenvolveu paralelamente à Avenida Prefeito João de Souza Lima, donde nos últimos 15 anos viu-se configurar como um reduto da criminalidade, tráfico e consumo de drogas, perdendo de forma brutal sua funcionalidade tanto social quanto comercial. Em relação aos cortiços, Rodrigues (2001, p. 46) revela que, em geral, essas áreas estão concentradas perto do centro da

cidade, sendo consideradas “deterioradas”, onde há elevados índices de ocupação do solo, mas também se estendem para os bairros ditos periféricos, principalmente os de ocupação mais antiga, que têm características semelhantes aos das áreas centrais.

Erminia Maricato (2011, p. 121) revela que a requalificação ou recuperação destas áreas implica considerar o patrimônio público ou privado, de forma a promover a recuperação dos edifícios deteriorados, e até mesmo construir moradias nesses locais. Somando-se a essas inglórias funções, ainda encontra-se, apesar de não serem tão frequentes, práticas características de uma zona de fronteira como o aliciamento de mão de obra braçal para trabalhos em fazendas (os populares “gatos” investem sobre os desavisados peões a procura de mãos para o roçado e para outros serviços cuja qualificação seja menos acintosa).

Nos últimos dez anos o poder público tem realizado ações que, apesar de não resolverem o problema em sua totalidade, promoveram a revitalização por meio da transferência de pontos comerciais para uma área à beira da TO-222. Porém as construções antigas resistem à demolição, e com elas, seus ocupantes que lhe dão sua característica mais simplória (um reduto decadente com ruas ladeadas de moribundos as margens da sociedade).

2.5.1 – Os “vazios” urbanos e a especulação imobiliária

Araguaína nos últimos 15 anos obteve, por incorporação ao plano diretor, um contingente expressivo de novas áreas destinada a ocupação do solo por parcelamento. Apesar de que não seria tão espantoso de se falar, sem dúvida a mesma está inserida em um processo de crescimento sem igual na últimas décadas e apresenta em seu *core* central grande quantidade de terrenos disponíveis à ocupação, mas a terra em si não é vista apenas como algo destinado a moradia, como argumenta Rodrigues:

A terra é, também, uma espécie de capital, que está sempre se valorizando. É na verdade, um falso capital, porque é um valor que valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva. Investe-se capital – dinheiro em terra e “espera-se” a valorização. A terra é um equivalente de mercadoria ou um equivalente de capital. (RODRIGUES, 2001, p. 17)

Como pode se ver, a terra por si só não se valoriza, mas, ao ser incluída no trato da produção e reprodução do espaço do capital, insere-se de forma a adquirir valor de mercadoria que, em relação tanto a sua a localidade quanto ao tempo de uso futuro, se disporá uma reserva de valor no trato capitalista. A autora ainda complementa que: “A terra é, assim, uma mercadoria *sui generis*, não é produto do trabalho, não pode ser reproduzida, não se consome e tem seu preço constantemente elevado, e por mais velha que fique, nunca deteriora”

(RODRIGUES, 2001, p. 16). Neste contexto, em corroboração com a afirmativa anteriormente exposta, Carlos nos revela que:

Assim, o espaço-mercadoria se propõe para a sociedade como valor de troca, destituído de seu valor de uso e, nessa condição, subjugando o uso, que é condição e meio da realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como imposição para a reprodução social. A nós, ao contrário, cumpre entender que o mundo da mercadoria se desenvolve sob novas formas (a reprodução do espaço como mercadoria), produz uma contradição (que vi aparecer de forma definitiva e dramática na prática sócio-espacial) entre valor de troca e valor de uso, como consequência do movimento da história que transformou o espaço em mercadoria. (CARLOS, 2012, p. 61).

Assim adquire a terra, ou seja, parcelas dela – os lotes, pela sobreposição do valor pelo uso, uma máscara que representa o meio e fim para que haja tanto a produção quanto a reprodução do processo de acumulação capitalista, refletindo-se sua realização dentro do contexto da vida social pelas contradições no seio de seu desenvolvimento. Sobre essas contradições, Marx em *O Capital* (Livro I, p. 323) revela que “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.

Em relação ao primeiro citado por Marx, em Araguaína a práxis da produção do espaço-troca interpõe-se pela reserva de espaços vazios para adquirirem valorização, negando-se o direito à moradia. Desse modo, o espaço adquire um significado que vai além do lugar onde se realizam as relações sociais, passando-se a ser, antes de tudo, um modo de expropriação.

Nesse contexto, a existência desses espaços de reserva foi sendo desenvolvida intencionalmente durante o crescimento da urbe. Em nosso objeto de estudo, deu-se a partir dos 70 com apropriação por comerciantes, políticos, fazendeiros, quase sempre agentes ligados ao poder público, - que atuando-se individualmente ou em parcerias, abocanharam os melhores terrenos desta cidade. Ao se restringir aos trabalhadores a posse desses terrenos próximos aos lugares centrais que, por sua vez, são municiados pelos aparelhos coletivos⁴⁵, abre precedente para especulação imobiliária em outras áreas circunvizinhas.

A especulação imobiliária deriva, segundo Santos (2013, p. 106), em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: da superposição de um sítio social ao sítio natural, disputando locais, pessoas e atividade. Em Araguaína, há muitos “espaços vazios”, o que indica a “reserva” da terra a ser utilizada como mercadoria, principalmente em relação àqueles localizados próximos as avenidas centrais. As propriedades rurais do entorno do

⁴⁵ Todos contribuem para esta produção, seja, como já dito, pelo pagamento direto ou indireto de taxas e impostos, seja pela produção de sua casa na cidade. Rodrigues, 2001, p. 20.

município estão sendo fragmentadas e postas à venda, porém, as áreas mais nobres desses loteamentos já estão reservadas aos interesses dos promotores imobiliários.

Para Harvey (1973), os proprietários individuais e os inquilinos estão preocupados com o valor de uso do imóvel, sendo que o valor de troca só afeta o proprietário quando este quer vendê-lo. Os agentes imobiliários, por sua vez, estão preocupados com o valor de troca do imóvel, tendo esse como referência para suas operações, visando gerar uso para outros.

Já para os proprietários da terra e de imóveis, o referencial mais importante é o valor de troca dos imóveis e, de certa forma, são estes que regem a especulação fundiária e imobiliárias. As instituições financeiras geram condições de criação do valor de uso ou de valor de troca através do financiamento para aquisição ou construção do imóvel. Finalmente, as instituições governamentais intervêm direta ou indiretamente no mercado imobiliário através de mecanismos instrumentais de controle.

Em Araguaína, necessariamente, temos um exemplo desse tipo de reserva, a exemplo do Setor Anhanguera, que é um típico reduto da classe nobre da cidade, donde existem vários lotes “vazios” (fotografia 10) à espera de valorização (se é que já não estão sobrevalorizados), onde verdadeiras mansões e bons hotéis dividem espaço com capinzais. Tal realidade configura-se como fato irônico, pois os mesmos distam poucos quilômetros do centro da cidade.

Fotografia 10: Lote vazio no entroncamento da Rua B com a Avenida Tocantins, Setor Anhanguera – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

A respeito da localização destas áreas, Rodrigues revela que:

As diferenças de preços relativas à localização, em áreas beneficiadas ou não com os equipamentos de consumo coletivos, referem-se à produção social da cidade, ao investimento realizado na área onde se localiza a terra e não necessariamente a própria terra. Obtém-se para as áreas bem localizadas um lucro extra na venda da casa/terreno, além de usufruir de uma cidade bem equipada. (RODRIGUES, 2001, p. 20)

Esse fato não é exclusivo apenas de regiões próximas ao centro, nos bairros e setores que surgiram até recentemente, pois mesmo naqueles com ocupação espontânea tal realidade é bastante comum, o que revela um verdadeiro comércio de apropriação de terras públicas para serem incorporadas ao mercado imobiliário.

Em Araguaína, antigamente, praticava-se uma especulação imobiliária amadora, sem a prática da seletividade espacial como forma de se ganhar sobre a divisão dos terrenos. Porém, nos últimos anos, tal prática tem-se profissionalizado com abertura de vários imóveis próprios para garantir a especulação de áreas destinadas a novos assentamentos.

2.5.2 – A implantação dos Loteamentos Particulares e seus Problemas Socioambientais

Já vimos aqui anteriormente que a posse da terra necessariamente não está vinculada ao trato produtivo, assumindo-se uma nova dimensão de valor pelo seu domínio individual, casualmente capitalizada e agregada à produção do espaço social, e conferindo diferencialmente àqueles que dela dispõe uma forma de sobressair-se de quem a posse foi renegada. A cidade, ao se expandir, ou seja, ao produzir seu espaço geografizado, faz-se por meio uso e ocupação de novos lugares. Neste sentido, Rodrigues (2001, p. 24) afirma que o “processo de urbanização é decorrente da apropriação para diferentes usos: industrial, comercial, residencial, serviços, produção e circulação de infraestrutura, etc.”.

A falta de terrenos para destinação de moradia fez-se presente nos últimos anos nesse município, uma oportunidade para aqueles que detinham a posse da terra, alavancando uma nova forma de extrair uma mais-valia das glebas rurais que anteriormente estavam fora do perímetro urbano. Ao introduzir novos terrenos ao perímetro urbano, beneficiam-se de imediato tanto seus donos quanto aqueles localizados nas proximidades. À medida que, também para o município, não diferente dos agentes anteriores, aproveita-se para aumentar a arrecadação de impostos. Para Rodrigues (2001, p. 25), os incorporadores imobiliários são as empresas que individualmente ou associadas aos proprietários loteiam glebas para uso residencial.

Em Araguaína ocorre um caso curioso. O avanço da mancha urbana a nordeste já invadiu terras sob jurisdição de outros municípios, a exemplo de um pequeno limite territorial do município de Wanderlândia já incorporado ao espaço urbano araguanense por meio de

vários assentamentos, caso o Setor Maracanã, que se expandiu demasiadamente na última década em sentido norte e nordeste.

O parcelamento de novas terras perpassa pelo interesse, tanto do município quanto dos demais agentes incorporadores. Estes últimos devem seguir as normas de parcelamentos que lhes são imposta pelo poder público, sendo que o zoneamento urbano que indicará quais áreas que poderão ser ocupadas por loteamentos. Assim sendo, o município de Araguaína utiliza-se de duas leis: as de nº 2.494/2006, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e, a complementar a esta; a lei de nº 2.495/2006, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo nas macrozonas urbanas. As duas devem estar em consonância com lei federal nº 6.766/1979, que atribui normas que regem parcelamento do solo. Apesar desta ter sido aprovada há mais de quarenta, parece que pouco ou nada dela se utilizou para compor a trama urbana do município.

No caso dos novos loteamentos, a aprovação de projetos depende da observância destas normas, impetrados junto ao poder executivo municipal que, por sua vez, é agente responsável pela liberação. Não entraremos em pormenores sobre os itens que compõem a lista de exigências por parte do poder público, porém, traçaremos alguns comentários a respeito dessas novas áreas.

A cidade possui hoje novos parcelamentos, apresentando-se como uma forma fácil e barata do trabalhador conseguir um lugar para a construção de sua moradia. Apesar disso, mostra uma dualidade em relação ao termo parcelamento, pois o mesmo se refere tanto à divisão dos lotes, que por si já são diferenciados dentro da mesma localidade, quanto às internáveis parcelas a serem pagas a perder de vista. Lotes com preços menores são vendidos primeiro, ou seja, na 1º etapa, esperando-se que, com as primeiras ocupações, valorize-se mais venda dos demais. Corroborando-se com essa afirmativa, Rodrigues exemplifica:

Em geral, vendem-se inicialmente os lotes *pior localizados* – em relação aos equipamentos e serviços – para, em seguida, gradativamente e à medida que o loteamento vai sendo ocupado, coloca-se os demais à venda. A simples ocupação de alguns já faz aumentar o preço dos demais lotes, “valorizando” o loteamento. (RODRIGUES, 2001, p. 21)

Assim, em geral, constitui-se o mecanismo de ocupação desses loteamentos, sendo vendidos aqueles em sua maioria periféricos que, apesar de serem dotados de infraestrutura coletiva, perfazem uma distância considerável dos que foram reservados para caráter de comércio. Quanto aos donos dos novos loteamentos que estão sendo abertos na cidade aqui focalizada, estes em sua maioria compreendem agente que atuam individualmente, mas existem aqueles que são associados aos donos das glebas em um consórcio em que o primeiro entra com o capital, e o segundo entra com a terra a ser fracionada.

A soma dos valores obtidos pela venda dos lotes fracionados supera, em muito, ao valor da venda do total da gleba, ou seja, pulveriza-se a mercadoria em parte menor obtendo-se em muito um valor superior àquele inicialmente computado. Em Araguaína, alguns donos de glebas são também loteadores, como é o caso do Grupo Boa Sorte, pertencente ao falecido ex-senador Benedito Boa Sorte. Algumas glebas localizadas próximas ao setor de telecomunicações estão sendo loteadas. Desse modo, tanto o Jardim dos Ipês com suas três etapas quanto as terras dos do Grupo Boa Sorte estarão sendo valorizadas por contarem com duas obras de peso: a construção do futuro Shopping Center das Nações e do novo Hospital Geral de Araguaína. Empresas de outro grupo importante já começaram a se instalar nos arredores, com as do Grupo Umarama, pertencente ao Sr. Luiz Pires, braço direito do então governador Siqueira Campos desde a criação do estado.

Esse consórcio de interesses entre agentes privados e públicos pode ser exemplificado por algumas ações do poder público, tal como é revelada no documento abaixo:

LEI MUNICIPAL 2.852, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza a doação de área urbana ao Estado do Tocantins e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS**, **APROVOU**, e Eu, **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a DOAR ao Estado do Tocantins, o imóvel urbano denominado Lote nº 01, da Quadra nº 140, integrante do Loteamento Jardim dos Ipês 3, situado na Avenida Espanha, nesta cidade, com área de 57.280,20 m² (cinquenta e sete mil duzentos e oitenta metros quadrados e vinte decímetros quadrados), sem benfeitorias, matrícula nº 66.274 no Cartório de Registro de Imóveis de Araguaína.

Artigo 2º - O imóvel urbano descrito no artigo anterior será doado para o donatário com a finalidade específica de ser construído no local o Hospital Geral de Araguaína desta Cidade. O grifo é nosso. Portal da Prefeitura Municipal de Araguaína.

Faz-se entender, por meio do documento acima citado, que há um certo zelo por parte do poder público municipal para com os donos dos novos loteamentos. Assim sendo, por que não construir uma obra de tal magnitude próxima aos bairros mais populosos? A área destinada à construção do novo HRA ficará distante daqueles que mais o utilizam, pois a população carente que mais necessita de seus serviços é aquela que mais terá que se deslocar para ter acesso aos seus serviços.

O mesmo apoio deu-se por parte do governo do estado quando da construção das pontes sobre o Lago Azul, que ligam os novos loteamentos na parte oriental da cidade. Tanto o Loteamento Lago Azul quanto o Setor Cidade Nova terão duas pontes ao seu dispor, em que uma já está construída sobre o lago que leva as primeiras etapas abertas, dando acesso ao

prometido Shopping Center Araguaína Park, que foi idealizado justamente para “chamar” a população araguainense para ocupar a margem esquerda do Rio Lontra. Tais setores já existiam às margens do lago, como o bairro Nova Araguaína, que recebera uma ponte que praticamente não liga a lugar nenhum: liga o setor a uma rua esburacada sem asfalto, aos fundos de uma instituição de ensino superior de ordem privada, o ITPAC.

O bairro Nova Araguaína, por sua vez, nunca foi alvo de uma política pública de infraestrutura, tanto de revitalização quanto de tratamento de suas águas, que em geral, recebe efluentes residenciais, hospitalares, de lava jatos e toda sorte de material que porventura ali são depositados, incluindo até rejeitos petrolíferos provenientes da negligência das próprias autoridades públicas.

A inexistência de uma rede de tratamento que atenda em totalidade às residências que margeiam os córregos que desaguam no lago acaba por comprometer a qualidade de suas águas. A única obra visível realizada nos córregos foi as canalizações de seus cursos, mas, no lago, que agora se encontra seco, pouco ou nada foi realizado no sentido limpá-lo e revitalizá-lo.

Fotografia 11: Rotatória do Loteamento Cidade Nova em Araguaína – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

Os Loteamento Cidade Nova (fotografia 11), Lago Azul e o já aqui citado Jardim dos Ipês são os novos carros chefes dos empreendimentos imobiliários realizados em terrenos que foram adquiridos pelos agentes responsáveis pela construção do espaço urbano.

O impacto social gerado pela abertura desses novos assentamentos geralmente não é posto a mesa de seus idealizadores e do poder público, salvo em raras ocasiões em que há um planejamento quanto aos serviços sociais a serem disponibilizados aos novos cidadãos.

A população de menor poder aquisitivo geralmente é aquela que primeiro ocupa os novos lotes. Porém, trata-se de um loteamento ainda incipiente quanto ao aparelhamento dos serviços coletivos como escolas, creches, postos de saúde, entre outros. Há casos que mostram os descuidos ainda com a infraestrutura ainda inacabada, embora incite-se a ocupação primeiro para depois sanar os problemas.

A questão ambiental merece uma criteriosa análise visto que, tanto durante a abertura dos loteamentos quanto após o término dos trabalhos dos loteadores, apesar de se exigir requisitos relacionados à conservação de áreas que resistiram como resquícios ou manchas, margeando os setores ou bairros, ou que até possui loteamentos que adentram as Áreas de Proteção Ambiental – APA's, há denúncias sobre a construção de casas dentro dessas áreas, o que traria grandes prejuízos para o município por abrigarem muitas nascentes.

A seção II do artigo 10 da lei nº 2.424, que revisou o plano diretor de Araguaína, traz em seus incisos:

SEÇÃO II - DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Art. 10. A proteção e a valorização do meio ambiente natural e construído, particularmente aquele de apelo turístico, serão feitas mediante:

- I. implantação efetiva das Áreas de Proteção Ambiental;
- II. integração harmônica do meio ambiente natural e do meio ambiente antrópico a partir da recuperação das áreas ambientalmente degradadas;
- III. integração da Cidade de Araguaína com o lago Azul;
- IV. promoção da educação ambiental;
- V. proteção dos recursos hídricos, dos recursos naturais, da fauna e flora, em particular do bioma do cerrado;
- VI. proteção das ambiências construídas de interesse cultural; atendimento ao que estabelece a Política Ambiental do Município de Araguaína.

O avanço presenciado pelos bairros sobre áreas que antes estavam praticamente intocadas seguiu um modelo pré-definido imposto pela lei nº 2.494/2006, que impõe para aprovação do projeto a obtenção da licença ambiental de acordo com a resolução do Conama nº 237/2007. Como consequência, pede-se um levantamento das espécies que compõe a flora local juntamente com as nascentes e corpos d'água⁴⁶, locais alagadiços ou sujeitos a inundação. A integração harmônica prevista no inciso II é contestável, pois certas áreas depois de fragmentadas são impactadas, como é o caso daquelas em as residuais são geralmente matas de

⁴⁶ Está na redação da Seção I, Artigo 12 da lei nº 2.494/2006 do município de Araguaína.

galerias, abandonadas a própria sorte assim que termina o empreendimento, sem quaisquer obstáculos que impeçam a entrada de animais ou que previna a ação humana.

Sobressai-se sempre a conservação em detrimento da preservação. Algumas áreas mal drenadas persistem como um problema que deveria ser resolvido antes mesmo de se colocar os lotes a venda, porém, isso não é observado na prática, como é o caso de alguns desses empreendimentos que jamais poderiam ter saído do papel, que mostraremos a seguir.

Dar-se-á, desse modo, uma falsa impressão que, após o término das obras de infraestrutura, o passivo ambiental não pertença aos seus idealizadores, transferindo-se a responsabilidade para órgãos públicos e, em paralelo, aos donos daqueles que ali venham a residir.

Têm-se casos com o Residencial Bom Jardim, de responsabilidade da empresa S.M.R. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, que, atendendo por nome de fantasia de Imobiliária Buritis, teve suas obras de parcelamento embargada por meio de uma ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Estadual por questão de inúmeras irregularidades. O Inquérito Civil do ministério público nº 020/2011 traziam as seguintes denúncias:

Com singular rapidez e em pleno final de gestão administrativa no Governo do Estado do Tocantins, o órgão ambiental (Naturatins), em **miseras 24 horas, emitiu o Parecer Técnico SICAM 3537-2010**, atestando que “em vistoria e com a análise dos documentos supramencionados verificou-se que a área proposta para a instalação do referido empreendimento é propícia ao desenvolvimento da atividade”, opinando pela expedição das licenças prévia e de instalação (fl. 501) e, ato contínuo, ainda no dia 17/12/2010, foram expedidas as licenças prévia e de instalação 4351/2010 e SICAM 4352/2010, respectivamente (fls. 502/203).

Os documentos encaminhados pelo Município de Araguaína (fls. 525/623) após requisição do Ministério Público, apontam que, até a presente data, a empresa ré **não foi autorizada pela municipalidade a parcelar o solo urbano**. Apesar disso, é dos autos que a Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental (CIPAMA), em diligência no local, constatou que o loteamento **já está sendo implantado** (fls. 16/17). É estreme de dúvidas, portanto, que a empresa ré, **mesmo não tendo aprovação do Município de Araguaína, já vem implantando o loteamento Residencial Cidade Jardim**.

Trata-se, portanto, do que doutrina e jurisprudência chamam de ***loteamento clandestino***, ou seja, aquele que não conta com autorização municipal e registro no CRI. A toda evidência, **constitui ato ilícito o que vem sendo praticado pela ré S.M.R. Empreendimentos Imobiliários LTDA., justificando a imediata paralisação de qualquer atividade no local**. O grifo é nosso. Disponível: <<http://www.mpto.mp.br/static/caops/meio-ambiente/files/files/loteamento-cidade-jardim-app-eiarima-e-autorizacao-municipal-araguaína.doc>>. Acesso em maio 2014.

Como se pode ver, tais dados reforçam as disparidades existentes entre as atuações do poder público municipal e do Naturatins, já que não há qualquer alinhamento no sentido dos agentes trabalharem em uníssono, apontando o fato do município ter falhado em fiscalizar o parcelamento do solo em uma área de domínio público, e casualmente, além da ineficácia do parecer do órgão estadual responsável pela outorga das licenças ambientais. Certamente, esse

loteamento não será liberado por estar praticamente dentro de uma APP com imponentes veredas de modo a reforçar ainda mais sua proibição quanto à aprovação.

Outro fato relevante a ser observado e aqui merece questionamento é quanto aos impactos ambientais que serão sentidos no Lago Azul.

O lago drena juntamente com seu principal afluente, o Lontra, uma quantidade considerável de córregos, sendo que muitos destes estão inseridos dentro ou próximos as áreas dos loteamentos. A partir observações realizadas nos assentamentos visitados, neste caso os das margens esquerda do Lontra, levou-nos a concluir que a drenagem das águas pluviais dos córregos contaminariam ou, no mínimo, aumentaria a carga de sedimentos ali depositada, haja vista que o próprio assoreamento induziria o aumento de particulados rumo ao lago.

É de se presumir que obras podem e devem ser realizadas para que não haja escoamento direto para o lago, o que complicaria ainda o serviço de limpeza. Este, por fim, desde seu esvaziamento por causa do surgimento de rachaduras na Pequena Central Hidrelétrica do Corujão em dezembro de 2011 para obras emergenciais, não se tem até a presente data de publicação deste trabalho nenhuma atividade por parte tanto da empresa quanto do município que restabeleça sua lâmina inicial.

Tornar-se-á repetido o mesmo erro do passado quando se permitiu que resíduos preenchessem esse corpo lacustre de forma a reduzir sua vazão, impossibilitando até a geração de energia elétrica? Parece-nos que resposta será sim.

CAPÍTULO 3.0 – A OCUPAÇÃO PERIFÉRICA DA CIDADE: OS BAIRROS DE OCUPAÇÕES ESPONTÂNEAS E OS DE OCUPAÇÃO DIRIGIDA.

O debate em torno tanto da urbanização como forma de passagem ou aglutinação da população rural no meio urbano, aqui em questão a cidade de Araguaína, já nos serviu de um amplo arcabouço para construirmos uma análise do crescimento desta urbe. Dessa forma, esse centro dotado de novas forças produtivas foi concebido por meio da aglutinação da mão de obra proletária, que intensificou seu movimento nesse sentido a partir da década de 70, e que, irremediavelmente, necessitam de um local para morar. Assim sendo, nessas áreas cresce o sentimento de obtenção da moradia, que por sua vez necessitam de uma base física a ser assentada.

A questão da posse da moradia não é algo democrático, como quase tudo que se retenha dentro da lógica capitalista, à medida que apenas aqueles que possuam maior disponibilidade de recursos conseguem os melhores lugares para construção de moradias, espaços privilegiados

que atendam todas as suas necessidades, além daquela mais simples que é a de ter onde morar. Arlete Moysés Rodrigues (2001, p. 11) nos revela que, de alguma maneira é preciso morar. No campo, pequena cidade, na metrópole, morar, assim como vestir e se alimentar, é uma necessidade básica do indivíduo.

No capítulo anterior, dedicamo-nos a uma reflexão sobre a produção dos novos assentamentos sob a ótica capital imobiliário, porém, para realmente concebemos uma discussão que abrange todo o fenômeno do crescimento urbano dessa cidade, devemos também trazer à luz duas realidades que estão presentes na construção do espaço. Subsequentemente, tratando-se do município de Araguaína, examinaremos a questão emblemática que ocasionou, também, o surgimento dos aglomerados, sejam espontâneos (ou subnormais), os loteamentos planejados, e aqueles destinados a moradia pela política do governo federal, reflexo de parcerias entre a Caixa e o poder municipal para a construção de assentamentos.

A reconstrução do todo deve ser almejada, ainda que consideremos a impossibilidade de construí-lo e, conseqüentemente tecer considerações a respeito. Para tal, elegemos duas realidades antagônicas, no caso, dois setores próximos que recentemente em um período menor que 10 anos receberam ocupações distintas. O motivo da escolha dessas duas realidades fez-se pela consolidação cristalizada do processo ocupação, ou seja, já estão bem definidas suas formas espaciais, bem como se têm uma ocupação homogeneizada das residências que permita uma pesquisa de campo para a caracterização dos ocupantes.

No tocante às realidades locais, o Setor Monte Sinai foi escolhido por estar situado em área de ZEIs (Zonas Especiais de Interesses Sociais), ocupação que se fez próximo à pista do aeroporto e ao estádio de futebol Mirandão. E antípoda a este, escolhemos uma localidade, no caso o Residencial Vila Azul, construído entre 2009 e 2011, para representar os novos loteamentos do projeto ‘Minha Casa, Minha Vida’.

No que tange à realidade do município, consta-se presente nos dias atuais duas ocupações consideradas subnormais recentes: os setores Monte Sinai e Caravela, sendo que de ambos o primeiro teve sua ocupação datada no ano de 2005 e se encontra atualmente com suas ruas e construções já consolidadas, enquanto o segundo é uma ocupação bem recente: iniciou-se o processo no começo de 2014, localizando próximo ao loteamento Cidade Nova⁴⁷. Isso permitirá aos seus moradores utilizar a infraestrutura deste, apesar de haver uma diferença

⁴⁷ No mesmo período, deu-se um movimento por parte de moradores residentes na parte sul de Araguaína que tinha por objetivo dividir a cidade formando um novo município, neste caso a Cidade Nova.

crucial entre ambos, o Setor Caravela é um loteamento bem antigo (mapa 04), aberto ainda nos primórdios da ocupação do município.

Essa ocupação revelou-se sob pretexto de que terras que estavam ociosas poderiam ser inseridas pela proximidade dos novos loteamentos que foram abertos, com o propósito de valorizar as inúmeras chácaras nas áreas circunvizinhas.

Por conseguinte, os ocupantes do Setor Caravela viram-se como peças em um tabuleiro em que ocorria a manipulação de suas ações para que resultasse na apropriação do terreno que deveu-se à mediação de agentes que não estabeleceriam moradia, sendo, no caso, através da ação de agentes públicos por meio de assessores de vereadores.

Tanto no campo quanto agora na cidade dá-se a terra como forma de angariar dividendos políticos. Assim, similarmente tem-se um agente político influenciando as massas com seus “serviços para o povo”, logo, analogamente nenhuma diferença há entre o voto cabresto do campo.

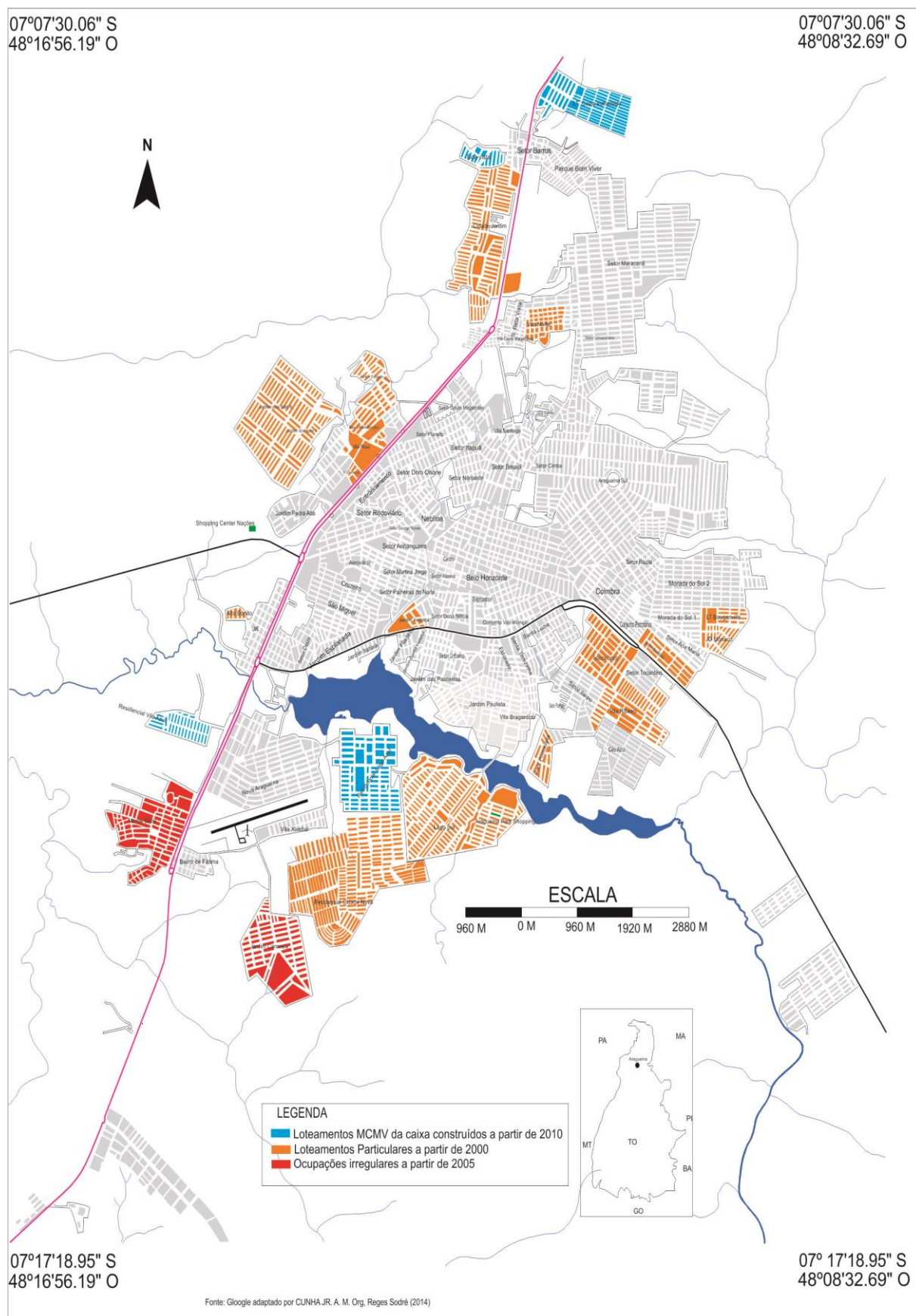
Expansão sem igual tem-se realizado pela implementação dos residenciais financiados tanto por construtoras independentes quanto pela Caixa Econômica Federal. Hoje há na cidade uma atmosfera inebriante de abundância que contrasta com a realidade nacional quanto à disponibilidade de habitação, abrindo-se constantemente vagas a serem disputadas, ou como veremos mais adiante, servindo-se destas a fim de criar um novo mercado especulativo por meio de aluguéis e vendas desses imóveis.

Desse modo, sempre há agentes públicos interessados em tentara perpetuar-se no poder e nem uma população pobre que careça desses serviços esporádicos, aparecendo a eles sempre nos meses que antecedem as eleições ou próximas a elas.

3.1 – A periferização e a Exclusão social: a negação do direito de moradia

A existência de uma periferização quanto à residência das classes menos abastadas está intrinsecamente ligada às diferentes formas com que os indivíduos estão inseridos dentro da sociedade. Consequentemente, assim sendo, o acesso aos melhores lugares para construção relaciona-se ao ter ou não ter dentro do modo de produção capitalista, ou seja, aquele que detém os modos de produção ou uma posição elevada no consumo de bens e serviços normalmente alcança posições privilegiadas. Consequentemente, a segregação social mostra-se espacialmente, porque de modo geral é no espaço onde estão cristalizados os meios e as condições para que haja a produção e reprodução das relações sociais.

Mapa 04: Loteamentos Subnormais, Particulares e Financiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – 2014



Em Araguaína tais condições também se perpetuam quanto ao acesso diferenciado, principalmente à aquele que tange ao acesso a habitação, aos equipamentos coletivos, e, antes de tudo, à terra. Não iremos nos ater a uma discussão sobre o conceito polissêmico de exclusão social, mas traremos à luz questões que se relacionam principalmente às condições de vida daqueles desprovidos dos meios que são considerados essenciais para que se viva dignamente. Nesse sentido, trazemos uma proposta de discussão sobre uma realidade que está inserida dentro do processo de urbanização do município de Araguaína.

Ao nos referimos ao processo de ocupação de áreas periféricas nessa cidade, cabe-nos conceituarmos esses assentamentos, neste caso os denominados Subnormais⁴⁸. De acordo com o censo do IBGE 2010, esse se caracteriza por ser o conjunto constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Em 2000, correspondiam a 7.871 setores no Brasil.

Sua existência está relacionada à forte especulação imobiliária e fundiária e ao decorrente espraiamento territorial do tecido urbano, à carência das mais diversas infraestruturas (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica, iluminação pública e transporte), por fim, à periferização da população.

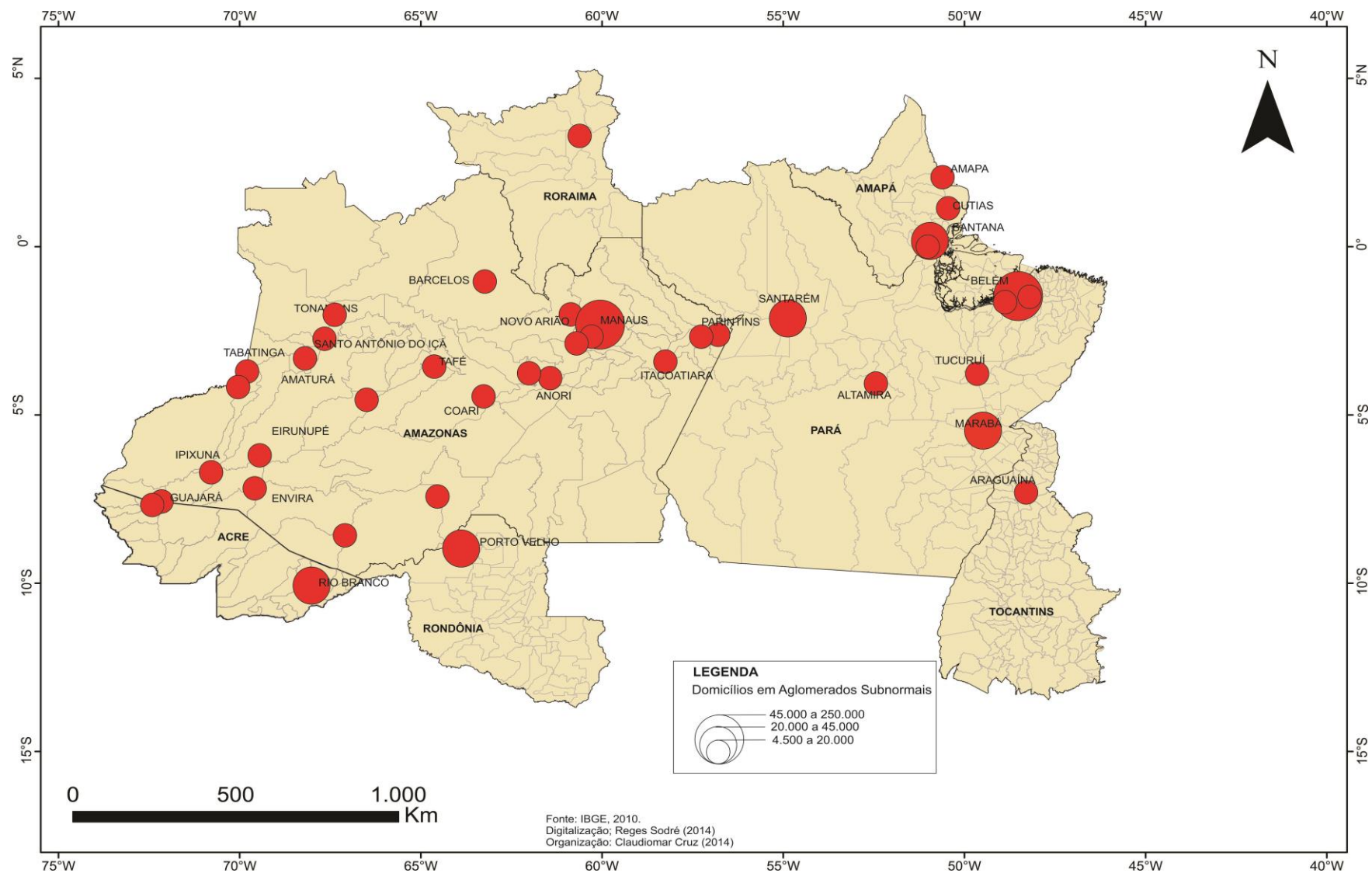
Surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano (IBGE, 2010)

De acordo com o censo 2010, a quantidade dos aglomerados subnormais (mapa 05) em Araguaína totalizavam 6 complexos residenciais⁴⁹, a compreender 2.097 residências, abrigando 7.364 moradores, em média, 3,5 habitantes por domicílio. Eventualmente, acredita-se que a existência de tais aglomerados esteja ligada ao crescimento contínuo do município nas últimas décadas. Porém, outros municípios, como a própria capital Palmas, que cresceram bem mais do que esse e, inexistindo a ocorrência desse tipo de ocupação, conclui-se que sua aparição esteja mesmo associada à falta de planejamento urbano.

⁴⁸ O conceito de aglomerado subnormal foi utilizado pela primeira vez no Censo 2000. De acordo com IBGE (2010) esse termo possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros.

⁴⁹ Compreende-se por aglomerado subnormais neste município os seguintes setores: Ana Maria, Jardim das Mangueiras, Monte Sinai, Parque Bom Viver I, Santa Maria e Vitória.

Mapa 05: Aglomerados subnormais, Região Norte – 2014



Pelo o que observamos no mapa 05, as áreas que compreendem a antiga fronteira de ocupação da Amazônia ainda sofrem com o efeito centrífuga de ação de mão de obra para os municípios que estão sobre a abrangência da Amazônia Legal, aceitando-se a permutação entre elas, distribuindo-se entre estes e aqueles que porventura possam oferecer melhores condições de trabalho.

Além disso, analisando ainda o mapa 05 de certo os municípios que compõem a Amazônia oriental, entre eles Marabá⁵⁰, que agem de forma a aglutinar pessoas vindas de outras regiões que esperam encontrar um novo Eldorado de oportunidades na região do Projeto Grande Carajás, mas, por vezes, juntam-se àqueles que foram expropriados de seu modo de vida tradicional e, por consequência, abrigam-se nas periferias desses municípios.

Em outras palavras, o sonho se torna pesadelo, pois a terra anteriormente farta já está capitalizada pelos empreendedores urbanos, o que reforça ainda mais o caráter migratório entre os municípios circunvizinhos. A negação ao acesso da terra nos municípios pertencentes ao Eldorado paraense reforça o desejo de se conseguir moradia em outras localidades, inchando o contorno das cidades com um exército de reserva pronto a atuar no mercado.

3.2 – O Setor Monte Sinai: localização e caracterização

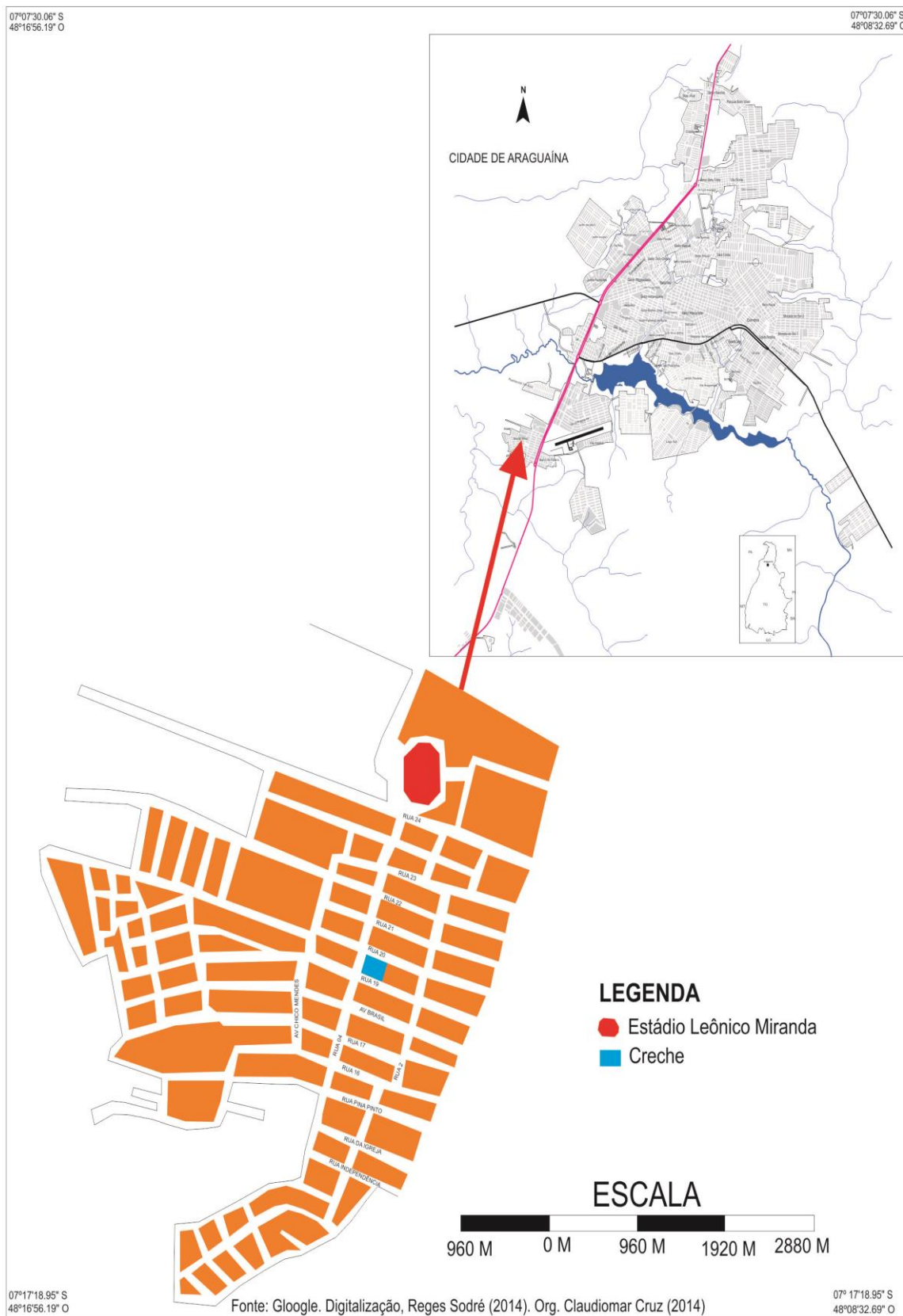
O Setor Monte Sinai está localizado na região sul do município de Araguaína (mapa 06), sendo que o acesso a esse setor é realizado pela rotatória que dá acesso ao aeroporto de Araguaína, encontrando à esquerda de quem chega à cidade vindo das regiões do Centro-Sul.

Caracteriza-se por uma série de aglomerados dispostos em quadras que foram abertas de forma desordenada, compreendendo ao único setor que até a presente data está ainda em constante crescimento, tendo atualmente a abertura da segunda etapa – Monte Sinai II, ou seja, o processo latente ainda se desenrola no espaço social.

Como já tratado anteriormente, escolhemos um aglomerado subnormal entre os 6 presentes no município de Araguaína, no caso o Setor Monte Sinai, para que possamos traçar um perfil da população que se acha presente, além de construirmos uma caracterização do bairro, o que alicerçou nossas discussões.

⁵⁰ Marabá por ser um centro atração desde a época do ciclo da borracha e da castanha, exibindo agora uma forte concentração populacional por se encontrar próximo ao polo de extração mineral de Carajás.

Mapa 06: Localização do Setor Monte Sinai no município de Araguaína - 2014



A pesquisa sobre as duas realidades realizadas através da aplicação de um questionário socioeconômico, ou seja, um diagnóstico que envolve questões relacionadas à renda, estrutura etária, mobilidade e os principais anseios por parte dessa população, compreendido aqui como melhor forma de entendemos essa realidade.

Porém, de início, cabe-nos elencar algumas considerações sobre a criação desse aglomerado. A abertura da gleba deu-se meados do segundo semestre de 2005, existindo no local uma vegetação rarefeita de cerrado, alguns currais e pequenas chácaras que margeavam um pequeno córrego afluente do rio Ponte. Ou seja, a área já era ocupada anteriormente, sendo utilizada pelos primeiros moradores como pasto para bovinos, nada mais diferente daquela situação encontrada nos primeiros idos da colonização do município. O poder público na época já sinalizava com a construção de bairros voltados a atender a população de baixa renda, como o Jardim das Flores, por exemplo, mas nada que atendessem a crescente demanda por habitação.

Outro fator que contribuiu decisivamente para o desejo de ocupação das áreas não utilizadas foi a existência de títulos de propriedade duvidosos como aqui já mostrados, donde divergências coalescentes entre cartórios e prefeitura levaram a erros cartográficos e cadastrais, além de que os supostos donos das glebas adquiriram a posse no final da década de 50 e, posteriormente mudaram-se, residindo em outras unidades da federação. No caso das terras onde hoje se abriga o Monte Sinai, o suposto proprietário residia em Goiânia e apresentou em sua defesa de posse três documentos adquiridos por doação supostamente pelos “americanos”, tal como Lira (2011) relata em seu livro “a gênese de Palmas”.

A respeito da condição que leva as pessoas ocuparem as periferias dos centros, Harvey (2004), estudando o caso de Baltimore, ressalta que apenas os ricos, por deterem o poder conferido pelo dinheiro, podem escolher os locais onde morar, negando-se ao cidadão as benesses da vida plena.

Pelo que se vê, era comum a coalescência de interesses entre cartórios e estrangeiros durante a ditadura militar para comprar de terras no antigo norte goiano, o que realmente poderia comprovar o fato de ter sido adquirida por meio de doação, porém, faltam dados confiáveis que sustentem tal argumentação. A contestação da posse das terras deu-se por dois proprietários: Edson Lourenço Veloso (falecido) e família que requeriram o direito do espólio; Francisca Silva Barros, esposa do Senhor Raimundo de Oliveira Barros (falecido), que por dívida trabalhista, penhorou na justiça o bem do Sr. Marcelo Veloso; Maria Batista Araújo, que requeria a posse de uma área de 1,5 alqueires, próxima ao cemitério. Em geral, todos impetraram recursos na comarca de Araguaína para reintegração de posse, restando a então

recém-criada Associação de Moradores do Setor Monte Sinai expor a situação dos ocupantes à justiça, como é revelado trechos do seguinte documento (Anexo 3):

[...] as famílias que ocupam o local são compostas de pessoas absolutamente carentes, sem casa ou terreno próprio e sem condições de aquisição. São trabalhadores braçais, muitos na informalidade, trabalhadores rurais que não conseguem vínculo empregatício, além de mulheres e crianças. [...] Desde a ocupação tais famílias estão litigando na justiça comum sobre a posse da área, conforme faz certo os inclusos documentos, mas que, devido ao imenso problema social que seria cumprida, em que pese já se tem passado muito tempo de seu deferimento, o que evidencia que o problema não pode ser resolvido com mera desocupação do local. [...] É de ressaltar-se que, na justiça comum [...], existem três ações possessórias que envolvem a área em questão, ajuizadas por pessoas diversas da Reclamante nestes autos, e que até o momento não foi decidido a quem realmente pertence o domínio do imóvel.

Em suma, as três propriedades preteridas, apesar de estarem registradas, encontravam-se sem uso e a espera que município se desenvolvesse. Inquestionavelmente, não se difere dos casos aqui já apresentados sobre os novos loteamentos particulares, pois igualmente espera-se o tempo certo para colocar os terrenos à venda no mercado imobiliário. Quanto aos impostos relacionados aos terrenos, verificou-se após a apresentação da documentação que os mesmos há tempos não eram pagos, além de se verificar um litígio judicial entre herdeiros. Como também em vários casos verificados nas outras regiões brasileiras, a dívida contraída por parte dos impostos não pagos praticamente impossibilita a retenção da propriedade por parte do dono, o que facilita, de certo modo, o questionamento por parte dos movimentos sociais⁵¹ sobre o seu uso para fins de habitação.

Outrossim, chegou-se em um acordo entre o poder público e o proprietário dos terrenos em que, utilizando-se das leis federal nº 6.766/79 e municipal nº 2.494/2006 que estabelecem o parcelamento do solo para fins urbanos através do loteamento ou desmembramento, efetivou-se o desmembramento da gleba, sendo atribuída aos assentamentos para fins de habitação os 35% destinados ao município por lei, criando-se uma ZEI sob a lei nº 2.634 de 02 de agosto de 2009. De súbito, a aprovação da criação da ZEI Monte Sinai traria muito mais do que a simples posse da terra por parte de seus proponentes. Todavia, não houve a real posse da terra, tendo em vista não terem os mesmos sido agraciados com o documento que comprovaria a posse dos

⁵¹ O Movimento Nacional de Luta pela Moradia – o MNLM, solicitou em 28 de junho de 2005 por meio do ofício nº 180/2005 da Prefeitura de Araguaína, a arborização no local para a construção de 400 casas populares, porém obteve êxito. Um Representante do Ministério das Cidades esteve no local em 1º de novembro de 2005, Dr. Serpa Sobrinho, reunindo-se com a comunidade e prometeu liberar R\$ 16.000.000 reais dentro do programa PAC, porém, o extraviou-se durante o governo de Marcelo Miranda. Disponível em: <http://www.clebertoledo.com.br/municipios/2008/03/17/3895-secretaria-de-habitacao-diz-que-quem-nao-quiser-ir-para-o-morada-do-sol-pode-ser-prejudicado/imprimir>. Acesso em: maio de 2014.

terrenos, já que lei que a criada previa a regularização fundiária⁵². Sobre tal fato, observamos agora o que diz o artigo 3º da lei da criação da ZEI Monte Sinai:

Fica estabelecido que a finalidade da ZEIS objeto desta lei é a regularização fundiária do local, através dos meios legais, destinando-o, prioritariamente, à área residencial, preferencialmente, às pessoas que já o ocupam, devendo a Comissão de Urbanização e Legalização observar tal destinação específica, quando da elaboração do Plano Urbanístico da área e cuidar para que um levantamento minucioso e criterioso seja feito, considerando os atuais moradores do local. Lei nº 2.634/2009.

A construção de plano urbanístico previsto na lei, juntamente com todo o aparato presente no plano diretor do município que levaria ao aparelhamento do setor pelos serviços de usos coletivos, teve pouco impacto na área como, podemos observar em visita à comunidade realizada nesta pesquisa.

3.3 – Caracterização das moradias e situação socioeconômica dos moradores do setor Monte Sinai

De acordo com o censo 2010, o setor dispõe de uma população da ordem de 2.242 habitantes, sendo que destes 1.124 são homens e 1.118 mulheres. Não dispomos de dados sobre a estrutura etária da população, principalmente aquela relacionada à composição de crianças e jovens, mas, para efeito de amostragem da população, visitamos 120 dos 623 (IBGE, 2010) domicílios do setor, totalizando 464 pessoas, sendo que o objetivo era obter dados relacionados ao tipo de moradia, renda familiar, eliminação dos dejetos, estrutura da população jovem, transporte adotado e os principais anseios da população. A pesquisa foi realizada entre novembro de 2013 e janeiro de 2014.

3.3.1 – A posse dos terrenos

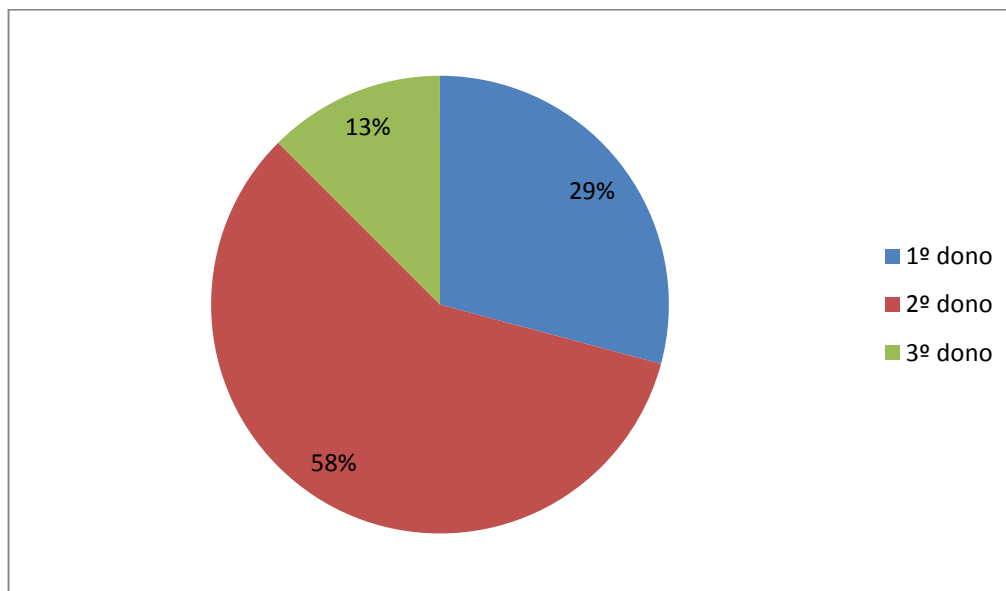
Acerca da posse dos terrenos do setor, reservamos um tópico especificamente sobre o assunto por entendermos que a questão merece uma atenção especial tendo em vista o assunto principal desta dissertação: a urbanização e suas consequências no âmbito municipal. Em se

⁵² Para a regularização fundiária ser plena, é importante que compreenda também ações de urbanização, ambientais e sociais. Ela deve proporcionar ao cidadão endereço, identidade, acesso a serviços de infraestrutura básica, equipamentos coletivos e transporte. Além disso, deve propiciar a transformação da economia informal em economia formal, permitindo o acesso dos moradores ao crédito, para melhoria de suas habitações, e, portanto, permitindo ao cidadão sua integração à cidade, o direito à moradia digna e à cidadania plena. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008, p. 216).

tratando do setor em questão, a posse da terra mereceria também uma análise que revelasse a dialética no âmbito local. Nesse sentido, a aplicação do questionário, conseqüentemente, serviria para nos revelar os diferentes valores de uso e de troca dos terrenos.

Apesar da terra, como já foi mencionado anteriormente, não ser produzida como uma mercadoria no sentido literal, possui valor por estar inserida dentro do trato social, além de adquirir valor de troca quando começa a ser utilizada com forma de se conseguir uma renda extra pela venda. O gráfico 09 revela que nem sempre o terreno ocupado é destinado à moradia, ou seja, desde a limpeza do terreno até a construção muitas vezes provisória, por vezes a situação de propriedade é modificada no decorrer da ocupação. Conseqüentemente, valoriza-se no decorrer da cadeia e assume diferentes valores, desde a abertura até chegar ao último dono de fato.

Gráfico 09: Posse dos lotes, Setor Monte Sinai – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

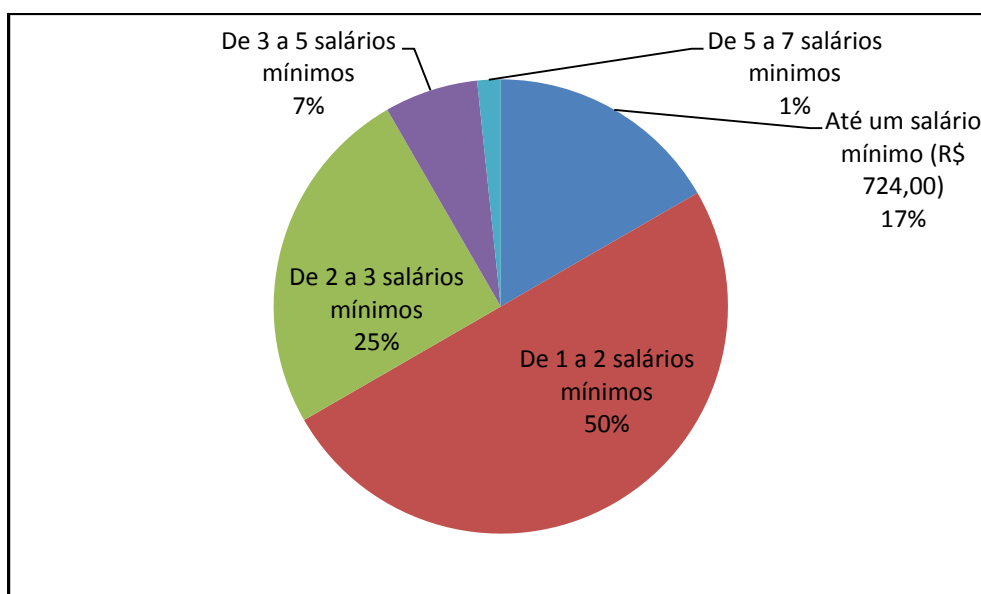
O resultado da pesquisa sobre a posse atual dos terrenos vem a confirmar que nem sempre os movimentos que buscam terras para moradias as destinam a esse fim. Com efeito, abrem-se novas oportunidades para que haja especulação imobiliária, reservando espaços vazios adquiridos para os 2º e 3º donos e empurrando as massas que dispõem de pouco capital para construção para as bordas periféricas de menor valor. Em geral, aqueles que detêm o capital esperam todos os trâmites ocorrerem, desde a limpeza até a definição final do assentamento, realizando, logo depois, as compras de lotes como se estivesse em um bazar, escolhendo os melhor localizados para depois realizar irrecusáveis ofertas. Nesse contexto,

16,6% das moradias visitadas se apresentava alugadas⁵³, número considerável, já que grande maioria dos lotes permanecem desocupados.

3.3.2– A renda familiar e os meios de transportes

O gráfico 10 traz o perfil da renda familiar no setor, destacando-se entre a maioria dos domicílios visitados os que ganham, respectivamente, entre 1 e 2 salários mínimos⁵⁴ e por aqueles que sobrevivem com até um salário mínimo. Era de se esperar que houvesse mais daqueles identificados mais próximos da segunda faixa de ganho devido ser uma zona residencial destinada a moradores de baixa renda. Entretanto, nem sempre isto é verdadeiramente, como veremos mais adiante quando formos tratar sobre a posse do terreno. De modo geral, essa situação apresenta-se inversa ao nível de estado, assim tratando-se de números relativos, ou seja, 29,68% dos residentes no estado do Tocantins ganham entre $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, bem superior aos 15,56% relativos àqueles que recebiam entre 1 e 2 salários mínimos.

Gráfico 10: Renda familiar do Setor Monte Sinai – 2014.



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

⁵³ Construir para alugar é tido como um investimento seguro, já que o ciclo do capital rentista se estende durante toda a vida útil do imóvel, que pode prolonga-se indefinidamente com reparações. Isto demonstra que vai muito além do capital – dinheiro empregado, e por isso é considerada uma das formas fortes e seguras para a aplicação do capital – dinheiro. O preço dos imóveis antigos é regulado pelo dos novos. Rodrigues, 2001, p. 51

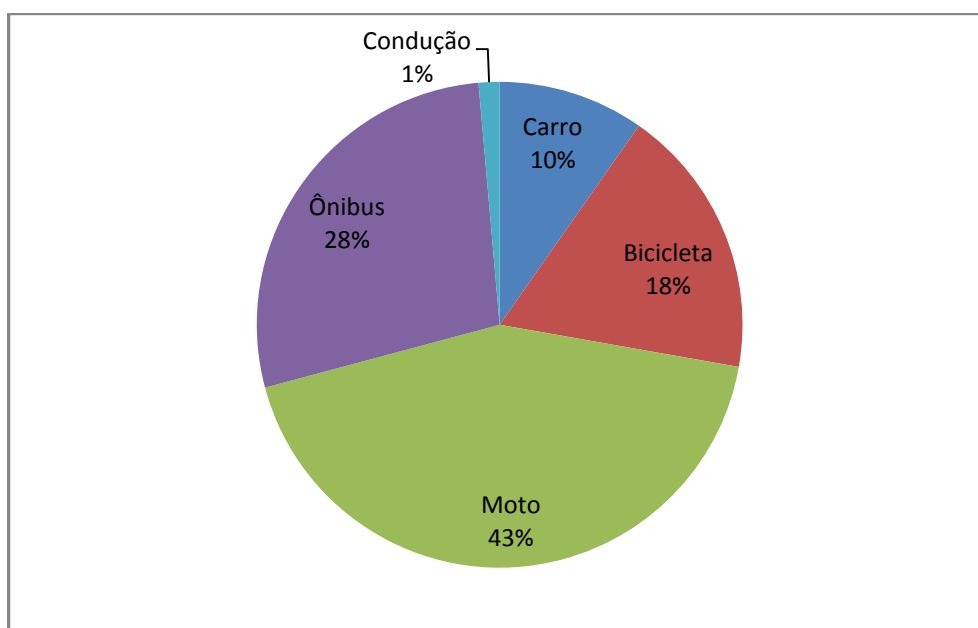
⁵⁴ Dados do censo de 2010 mostravam que dos 38.161 domicílios presentes no município, 11.794 destes tinha renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Em segundo apareciam aqueles que recebiam entre 1 e 2 salários, o que equivaleria a 8. 574 domicílios. SEPLAN – 2012.

Observa-se ainda no gráfico que a parcela considerável da população ganha acima de 2 salários mínimos, o que demonstra o crescimento do poder aquisitivo dos moradores nas áreas de periferias. Esses dados são relativos, já que nem sempre a renda familiar indica a real situação econômica familiar, visto que se uma família possui uma renda mesmo acima de 2 salários mínimos, mas é composta por um número grande de indivíduos, a renda será assim diluída.

Em quase todas as residências visitadas, notamos a presença de eletrônicos de massa, a exemplo de celulares e televisores, mas igualmente encontramos famílias que sobreviviam custeados pelos programas governamentais, como o bolsa família, por exemplo. As estruturas das construções refletem a renda das famílias, ou seja, a capacidade de modificar as residências depende da renda.

De maneira geral, as casas visitadas eram de alvenarias, algumas poucas de madeira, não sendo encontradas aquelas construídas a partir de adobe. Nesse sentido, a construção de muros e áreas cobertas são as benfeitorias mais frequentes encontradas no setor. O aumento da renda influencia também nos tipos de transporte utilizados pelos cidadãos. Desse modo, o meio de condução mais utilizado é aquele considerado de melhor custo-benefício, ou seja, prevalece o uso de motos (gráfico 11) em função do preço e a comodidade nas formas de pagamento.

Gráfico 11: Principais meios de transportes adotados pelos moradores do Setor Monte Sinai



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

Apesar da segunda condução mais utilizada ser o transporte público, o segundo lugar não condiz com a realidade em relação aos aspectos quantitativos e qualitativos, ou seja, ou que relaciona a disponibilidade e qualidade do serviço. O setor sofre com o péssimo serviço ofertado⁵⁵, além de contar com a baixa disponibilidade de veículos e a precariedade dos mesmos. A empresa defende-se sob o argumento de que as péssimas condições das estradas do bairro impossibilitam a prestação de um serviço de qualidade.

A falta de asfalto constitui-se como um agravante para a locomoção pelo setor. Durante o período das chuvas, que compreende os meses de outubro a maio, as ruas enlameadas e com ravinas se tornam um transtorno para os transeuntes, invertendo-se a situação durante o período de estiagem, causando doenças respiratórias⁵⁶.

3.3.3 – Rede de abastecimento e saneamento básico

A precariedade dos serviços de abastecimento e saneamento básico são visíveis principalmente nos municípios da Região Norte. Todavia, nas residências visitadas no setor, praticamente todas contavam com abastecimento da rede de distribuição de água da Saneatins.

Tabela 08: Abastecimento e saneamento básico dos aglomerados subnormais - 2010

Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios	Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais						
	Total	Algumas características dos domicílios					
		Forma de abastecimento de água		Tipo de esgotamento sanitário			
		Rede geral de distribuição	Outra	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outra	Não tinham banheiro ou sanitário
Vitória do Jari	2101	1475	626	7	174	1816	104
Tocantins	2089	1567	522	8	10	1830	241
Araguaína	2089	1567	522	8	10	1830	241

Fonte: IBGE, Censo 2010. Org.: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

⁵⁵ A bicicleta é um meio de transporte ainda bem encontrado nesse tipo de realidade, sendo seu uso realizado pela população mais carente pelo baixo custo. Tal meio de transporte é utilizado principalmente por pedreiros e autônomos para deslocamento em direção às áreas dentro e próximas ao setor. Entretanto, pela proximidade da Belém-Brasília, constitui-se um risco trafegar nas marginais da rodovia.

⁵⁶ As doenças respiratórias ocupam a 3ª posição no ranking das doenças que provocam mortes no município (84 no total), perdendo apenas para as provocadas por tumores e aquelas relacionadas ao aparelho circulatório. SEPLAN, 2012.

Os dados da tabela 08 se revelam a favor dessa afirmativa, de modo que poucas residências encontradas captam do lençol freático a água destinada ao uso residencial. Além das fossas rudimentares constituírem-se um problema de saúde pública, dá-se através da eliminação dos dejetos a impregnação do ar pelo mau cheiro característico da decomposição de matéria orgânica, agravando-se pela constituição do terreno arenoso, susceptível a desmoronamento das construções. A proporção quanto à disponibilização desse serviço no município de Araguaína acompanha essa lógica, já que em 2010 (SEPLAN, 2013) totalizava 93,13% os domicílios atendidos pela empresa de abastecimento. Em relação ao atendimento pela rede de esgoto, o resultado não é diferente nas escalas de verificação, seja nacional, do estado e municipal.

Araguaína dispunha apenas 10,23% de suas residências ligadas à rede de esgoto, sendo que 6,46% possui fossa séptica e 83,29% fossa rudimentar (SEPLAN, 2012), realidade nada distante de outras regiões do país, principalmente as do Norte e Nordeste. Em todas as visitas, observamos que o tratamento comum para os dejetos compunha a eliminação via fossa rudimentar, apesar de algumas residências não contarem com um banheiro com vaso sanitário. Em se tratando de números absolutos, dos 139 municípios tocantinenses apenas 18 possuem alguma coleta de esgoto, e destes, somente 15 fazem algum tipo de tratamento.

Tabela 09: Serviços de limpeza e energia elétrica nos aglomerados subnormais - 2010

Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios	Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais					
	Algumas características dos domicílios					
	Destino do Lixo			Existência de energia elétrica		
	Coletado		Outra	De companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo do domicílio	Outra	Não existe energia elétrica
	Diretamente por serviço de limpeza	Em caçamba de serviço de limpeza				
Vitória do Jari	1897	192	12	1917	143	41
Tocantins	1 149	66	874	1564	310	215
Araguaína	1 149	66	874	1564	310	215

Fonte: Censo dos aglomerados subnormais – 2010. Org.: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

O perigo estende-se principalmente às crianças que brincam nas águas provenientes das precipitações ou daquelas provenientes das enxurradas, tão frequentes durante o período chuvoso. Todavia, não menos perigoso é a proximidade da comunidade com um cemitério clandestino utilizado há tempos para sepultamento de pessoas que, impossibilitadas de ter seu

acesso ao serviço no principal reduto para esse fim, no caso o cemitério São Lázaro que cobra altos valores por esse serviço além de ser escassa as vagas para sepultamentos, utilizam-no de forma alternativa, mas deixam uma herança maldita para os habitantes que captam água em poços rasos - o chorume.

À medida que elevamos nossa análise às escalas que envolvem os estados, regiões e a nível nacional, verificamos que esses índices traduzem uma realidade presente não apenas ao município de Araguaína, mas que apresenta similaridades quanto às desigualdades sociais em todo território brasileiro. Em se tratando da destinação do lixo doméstico, verificou-se na área pesquisada que a empresa responsável pela coleta, no caso a Litucera, praticamente atende à demanda de recolhimento. Antes da prestação de serviços da referida empresa, o lixo era descartado próximo às vias vicinais adjacentes ao setor, o que atraía ratos e constituíam criadouros perfeitos para procriação de pernilongos, entre eles, o vetor da dengue.

Em relação ao serviço de rede elétrica (tabela 09), foram encontradas situações semelhantes àquela do serviço anteriormente mencionado. Porém, nos primórdios do assentamento, houve certa não consonância de interesses quanto à empresa responsável pelo serviço de eletrificação e moradores, quando foi negado o direito de acesso a esse equipamento tão precioso. Alegava-se a não prestação pela ilegalidade do setor, restando à população requerer aos perigosos e imprevisíveis “gatos”⁵⁷.

Tal condição mudou apenas depois de várias reuniões envolvendo o ministério público e a Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins -, garantindo-se o fornecimento quase a totalidade das residências, como observado na tabela 08. Hoje, o usufruto desse serviço juntamente com o abastecimento d’água tornou-se prioridade das reuniões da associação de bairro, onde indubitavelmente demonstrou-se que união pela busca do provimento dessas necessidades básicas garantiria a sobrevivência nas posses. Atualmente, tem-se retomado as implicações acerca da disponibilidade, principalmente da energia elétrica, já que com a abertura da segunda etapa do Monte Sinai II retornaram-se os conflitos e discussões a respeito do fornecimento.

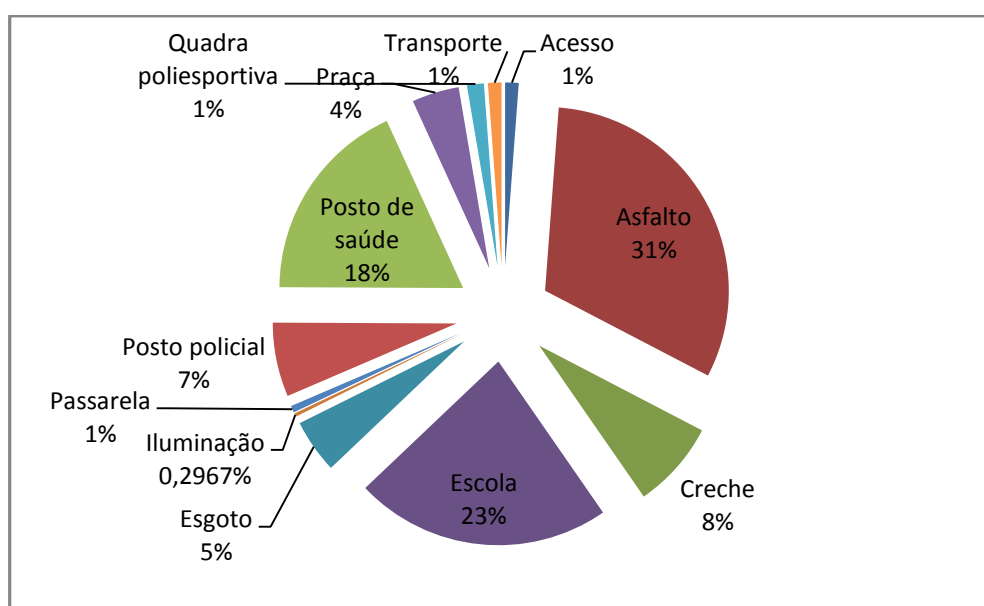
3.3.4 – Os principais anseios dos moradores do Setor Monte Sinai

Culminando com os resultados finais da pesquisa realizada sobre a comunidade Sinai, registramos os anseios da população através do gráfico 12, em que traçaremos algumas

⁵⁷ Nem sempre a convivência entre os prestadores de serviço e a comunidade foi pacífica, havendo constantemente conflitos que resultaram em agressão mútua, levando a polícia intervir de forma a preservar a integridade de ambas as partes.

considerações a respeito dos resultados. A princípio, o asfalto foi a obra de infraestrutura mais citada por não existir no setor, o que é causa de grande insatisfação por parte dos cidadãos por razões aqui já comentadas. Escola e posto de saúde ficaram em 2º e 3º quanto à intencionalidade da população. Desse modo, a falta de escolas desde as séries iniciais até as finais, ou seja, a educação básica, condiciona a população a procurar vagas para seus filhos em bairros vizinhos, como o Bairro de Fátima⁵⁸. Das 464 pessoas residentes nos domicílios visitados, 162 delas estavam em idade escolar, ou seja, 34,9%, quase a metade da população presente na pesquisa, o que qualifica o local para construção de uma unidade escolar em caráter de urgência.

Gráfico 12: Principais reivindicações dos moradores do Setor Monte Sinai – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

Os alunos têm que percorrer um caminho perigoso para ter acesso à educação, atravessando a Belém-Brasília a pé, na maioria das vezes desacompanhadas de adultos, fato que torna os acidentes frequentes, e não menos fatais. A construção de uma passarela que ligasse os dois lados rodovia já fora cogitando, todavia, o problema persiste. A única unidade de saúde próxima que atende aos moradores do setor localiza-se também, no Bairro de Fátima, o que regularmente sobrecarrega o atendimento que já se encontra precário.

A segurança pública é outra preocupação dos moradores desse bairro. Como observado no gráfico 12, a segurança divide quase igualmente com o item escola a preocupação da comunidade do Setor Monte Sinai. Ao que pudemos observar, a construção e instalação de

⁵⁸ O Colégio Estadual Campos Brasil possuía matriculados até a data de junho deste presente ano, 922 alunos. Destes, 478 residia no Setor Monte Sinai, ou seja, um percentual de 51,8%.

postos policiais recebe pouca ou nenhuma prioridade das autoridades tanto municipal quanto estadual.

As rondas são efetuadas esporadicamente, em sua maioria nos períodos diurnos, salvo em raras exceções. Como foi relatado pela comunidade, quando aciona-se a viatura da rota, as mesmas demoram para atender, o que deixa passar para todos o aumento da sensação de insegurança. Não menos diferentes são as ações por parte do poder público que nada fazem além prometer resolver essa situação escabrosa.

Apesar dos desentendimentos gerados pelas disputas dos lotes já terem sido encerrados, existem outros fatores que comprometem a segurança dos moradores: nem todas as ruas possuem uma iluminação adequada, o que facilita a ação de pessoas mal intencionadas.

A creche (fotografia 12) em processo de conclusão tornará aliada dos pais que necessitam de um espaço para deixarem seus filhos enquanto se ausentam do lar para trabalharem. Assim, tornar-se-á imprescindível sua conclusão, já que em áreas mais pobres há uma grande tendência de se encontrar taxas de fecundidade maiores.

Fotografia 12: Creche em construção no Setor Monte Sinai – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

Não menos importante é a inexistência de áreas de lazer, o que condiciona as crianças a buscarem diversão em lotes baldios e nos canteiros centrais, ratificando, assim, a necessidade da construção de espaços voltados a prática de esportes e momentos de lazer.

O acesso (fotografia 13) ao setor é outro problema que parece estar longe de ser solucionado. Apesar de haver uma rotatória que dá acesso ao aeroporto e provavelmente poderia

ser utilizada pelos veículos, encontra-se em desnível por deveras acentuado, devendo-se realizar uma obra para correção de nível, cascalhamento para garantir a uniformidade da via e a aderência, pois em épocas de chuvas o barro torna-se escorregadio, fazendo das tarefas de subir ou descer as ruas um ato bem mais difícil.

Apesar da duplicação da BR – 153 ter-se constituído uma obra urbanística de grande valia para quem a utiliza, não propiciou-se uma adequação da via aos respectivos acessos aos bairros, o que traz serias consequências à mobilidade. Decerto, sabemos que nem sempre o interesse da gestão das três unidades administrativas são compartilhadas conjuntamente.

Fotografia 13: Acesso ao Setor Monte Sinai em Araguaína



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

4.0 – AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO FEDERAL E MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS.

Falar em políticas públicas para a construção de moradias no Brasil é ter que, no mínimo, discutir como se deu o desenvolvimento do processo de (Re)produção do capital, além da questão da eleição dos espaços diferenciados e da própria posse da terra, que iniciou-se na época do império e estende-se até dias atuais. Nesse sentido, o direito de morar nem sempre se fez prioridade nos governos, atribuindo-se a renda da população como fator determinante do onde morar e como morar, tal como relata a lei nº 601, aprovada em 18 de setembro de 1850,

que expunha bem essa condição em seu artigo 1º: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”.

No entanto, existem municípios inteiros no interior de Mato Grosso, por exemplo, em que suas terras foram “doadas” pelo poder público à iniciativa privada para que esta loteasse. Exemplos dessa situação não faltam: Sinop, Sorriso, Sapezal, Lucas do Rio Verde, entre outros.

Rodrigues revela (2001) que só quem podia pagar era reconhecido como proprietário juridicamente definido em lei. Essa condição se estende até hoje, aprofundando-se o modelo de segregação sócio-espacial, não diferente a outras etapas de desenvolvimento do nosso país. Tal é o caso do Estado Novo, quando os trabalhadores foram impelidos a morarem em cortiços próximos às fábricas, ainda em tempos de pouca segregação entre pobres e ricos, havendo-se pouca delineação sobre o preço das moradias pela proximidade ou adensamento das mesmas, o que levava à deterioração das condições habitacionais e, conseqüentemente, dos preços pagos pela moradia. A respeito da política habitacional do governo dos anos 30, Rodrigues elucida que:

Durante a década de 30, o Estado assumiu a responsabilidade da produção e da oferta de casas populares, com a criação das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS). Os IAPS, organizados por categorias, construíam conjuntos e financiavam moradias isoladas aos seus associados. Até esse período a intervenção era indireta, com medidas de incentivo à produção de casas higiênicas e de restrição aos cortiços. Os IAP's organizados em categorias, construíam conjuntos e financiavam moradias isoladas aos seus associados. De 1937 a 1964 foram construídos 279 conjuntos, num total de 47.789 moradias e financiadas 72.236 habitações. (RODRIGUES, 2001, p. 56).

A problemática dessa política deveu-se a sua abrangência de atuação. Os trabalhadores às margens do programa se viram em dificuldades em consequência da grave situação financeira do país, freando a economia de modo a desvalorizar as parcelas pelos altos índices inflacionários vigentes na época. O não pagamento das parcelas induziu as restrições a novos investimentos. Em contrapartida, o governo criou o programa Fundação Casa Popular, que até indos de 64, entregara apenas 19.000 unidades em cunho altamente concentrador, infelizmente beneficiando apenas o sudeste do país.

O fomento da industrialização nas cidades culminou em profundas mudanças na sociedade no que tange ao lugar da moradia. Assim sendo, as transformações da rede urbana brasileira durante as décadas de 1940 e de 1950, bem como as dimensões físico-territoriais das cidades inchadas pela migração rural-urbana que se seguiu nos anos seguintes, se seguiram de forma a produzir pelas políticas de planejamento do estado para a abertura de vias que interligasse a novos mercados consumidores.

Quanto à intensificação da concentração da mão de obra nas cidades brasileiras a partir de 1950, expõe Carlos:

Espacialmente, o desenvolvimento do modo de produção capitalista implica a tendência não somente a aglomeração populacional (força de trabalho, superpopulação relativa), como também aos meios e unidades de produção, o que leva a uma profunda divisão do trabalho imposta pelo mercado em expansão. (CARLOS, 2008, p. 101).

A eleição de polos de desenvolvimento no espaço, tal como descrito por Ana Fani, atua-se como aglomeradores de mão de obra. Consequentemente, se faz de modo excludente o acesso à renda obtida a partir da produção realizada nesses novos espaços, o que leva o não acesso para alguns de todas as benesses do capitalismo.

Segundo Ministério das Cidades (2008), em um dos movimentos sócio-territoriais mais rápidos e intensos de que se tem notícia, a população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana. Esse movimento, impulsionado pela migração de um vasto contingente de pobres, ocorreu sob a égide de um modelo de crescimento urbano que basicamente privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva à cidade.

Em agosto de 1964, com a Lei 4.380, são instituídos o Banco Nacional de Habitação e o Sistema Federal de Habitação com os seguintes objetivos: coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, melhoria do padrão de habitacional e do meio ambiente; eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção e estimular a poupança privada e o investimento (RODRIGUES, 2001, p. 57).

A política habitacional promovida pelo Estado na época da ditadura fez-se no intuito de atenuar as complicações oriundas da crise econômica, diminuir o déficit habitacional através da construção em massa, ou seja, utilizar mão de obra excedente para construir casas e amenizar dois problemas de uma só vez.

Eram tempos em que as tensões urbanas estavam a ponto de explodir devido à enorme contingência das disparidades sociais, o que, consequentemente, exporia as falhas do regime. Nesse intento, usou-se a própria massa excedente para tentar desenvolver o país. Esta, por sua vez, era expropriada de duas maneiras: utiliza-se sua força produtiva para produzir sua moradia da mesma forma que seu trabalho que pagaria a construção através dos descontos realizados nas folhas de pagamento, o que mudou pouca coisa nos anos que sucederam.

Neste sentido, vejamos o diz Rodrigues sobre o funcionamento das operações do BNH:

O banco Nacional de Habitação inicia suas operações em 1964, com o capital inicial de um milhão de cruzeiros (que correspondia a 910 mil dólares) e receita proveniente

de 1% da folha de pagamentos dos salários de todos os empregados registrados. Esses recursos são considerados escassos para a dimensão da falta de moradias. Com estes recursos se teria um atendimento semelhante à Fundação da Casa Popular (RODRIGUES, 2001, p. 57).

A produção da moradia tornar-se-á algo problemático devido aos decréscimos sucessivos que acompanham os salários dos trabalhadores, principalmente no que tange ao poder de compra, complicando-se ainda mais na década adiante com a hiperinflação de modo a estagnar o consumo e compra de produtos e, principalmente, de materiais destinados à construção civil.

A desarticulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos também era apontada, bem como a construção de grandes conjuntos, como forma de baratear o custo das moradias, geralmente feitos em locais distantes e sem infraestrutura e, por último, o seu modelo financeiro que se revelou inadequado em uma economia com processo inflacionário (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 9).

Inferimos, a partir da análise da tabela 10, que, apesar de se haver uma grande quantidade de domicílios próprios referente a classe de rendimento de até 1 salário mínimo quanto a números totais, apresenta-se ainda um número considerável de pessoas que ocupam imóveis na condição de alugados e cedidos, ou seja, 34,2%. Se levarmos em conta apenas os domicílios urbanos, esse número relativo é bem maior, 36,6%.

Outra questão interessante é que a maioria das moradias disponíveis encontram-se nas mãos daqueles que ganham mais de 5 salários mínimos, o que demonstra que a renda influencia na hora de se obtê-las, apregoando-se de maneira intrínseca e coesa toda sorte de favorecimento aqueles mais remunerados.

Com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – (Lei 5.107 de 14.9.66) e a designação do BNH como gestor financeiro do Fundo, a questão dos recursos escassos se resolve. A outra fonte de recursos para o BNH é proveniente das Cadernetas de Poupança (RODRIGUES, 2001, p.58). Porém, vê-se novamente na década de 80 o declínio das ações combinadas do governo com o intuito de construir casas, sendo que a crise da década perdida leva a diminuir os depósitos na poupança e aumenta a retirada do FGTS.

Neste contexto, Rodrigues complementa que:

Dada à depreciação do valor real dos salários, do aumento das prestações que não acompanham os aumentos salariais, os mutuários – principalmente de conjuntos habitacionais das faixas de interesse social – têm-se organizado para lutar por reajustes mais compatíveis com os salários. (RODRIGUES, 2001, p. 62)

Tabela 10: Distribuição dos domicílios particulares permanentes, por condição de ocupação, segundo a situação do domicílio e classes de rendimento mensal, BRASIL - 1987

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR	DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS PERMANENTES					
	Números absolutos	Números relativos				
		Total	Condição de ocupação			
			Próprios	Alugados	Cedidos ou outra	Sem declaração
TOTAL (1)	32 135 954	100,0	64,0	20,9	15,1	0,0
Até 1 salário mínimo (1).....	3 892 066	100,0	65,8	9,0	25,2	0,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos (1).....	5 272 026	100,0	60,4	15,6	24,0	0,0
Mais de 2 a 5 salários mínimos (1).....	10 171 832	100,0	61,2	22,7	16,1	0,0
Mais de 5 salários mínimos (1).....	12 219 224	100,0	67,4	25,4	7,2	0,0
Sem rendimento (1) (2).....	227 918	100,0	49,2	27,5	23,3	0,0
Sem declaração (1).....	352 888	100,0	72,9	15,7	11,4	0,0
Urbana.....	24 364 882	100,0	63,5	26,3	10,2	0,0
Até 1 salário mínimo.....	1 865 042	100,0	63,4	17,5	19,1	0,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	3 089 214	100,0	60,0	24,3	15,7	0,0
Mais de 2 a 5 salários mínimos	7 786 521	100,0	60,4	28,1	11,5	0,0
Mais de 5 salários mínimos.....	11 171 889	100,0	66,7	27,2	6,1	0,0
Sem rendimento (2).....	186 478	100,0	47,3	32,2	20,5	0,0
Sem declaração.....	265 738	100,0	72,5	20,7	6,8	0,0

Fonte: IBGE – 2014. Estatísticas do Século XX. Organizado por: MARTINS, Claudiomar da Cruz.

Maricato (2011, p. 22) enfatiza que as décadas seguintes, até o término da ditadura, a pobreza revela-se tipicamente urbana, sendo que a população passara a se concentrar-se cada vez mais em morros, alagados, várzeas ou mesmo em planícies, em que a pobreza configurou-se como homogeneizada. O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social⁵⁹, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação.

Nas décadas seguintes, tivemos mudanças principalmente quanto às instituições que eram responsáveis por promover as políticas voltadas para o financiamento da casa própria, dando-se competências a estados e municípios, de acordo com as realidades encontradas regional e localmente. Ao que regem programas habitacionais, teve-se o desenvolvimento de vários projetos visando à construção de moradias, mas, como sempre, atendendo apenas uma parte de uma grande parcela de excluídos. Sobre as principais modificações que aconteceu a partir do final da década de 80, o Ministério das Cidades enumera:

Com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização, um dos pontos principais do modelo proposto, ganha base para se efetivar. Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional.

Em março de 1989, é extinto o MBES e cria-se a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), sob competência do Ministério do Interior. As atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a Caixa Econômica Federal (CEF) passam a ser vinculadas ao Ministério da Fazenda.

O modelo institucional adotado pela SEAC privilegiava a iniciativa de Estados e Municípios, deixando de estabelecer prioridades alocativas, o que permitiu maior autonomia dos governos estaduais e municipais, que deixam de ser apenas executores da política. No entanto, a utilização dos recursos do FGTS em quantidade que superava suas reais disponibilidades financeiras afetou as possibilidades de expansão do financiamento habitacional, levando a sua suspensão temporária, ficando os programas na dependência de disponibilidades financeiras a fundo perdido de recursos da União. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p.10).

Pelo o observado, apesar de haver uma descentralização por parte do governo federal quanto ao planejamento e execução de políticas públicas⁶⁰ voltadas às esferas políticas

⁵⁹ As condições de vida nas cidades brasileiras, relativas às formas de habitabilidade e salubridade, têm sido influenciadas pelo rápido processo de urbanização, pelo expressivamente baixo poder aquisitivo de parcela considerável da população e pela aguda crise fiscal que tem experimentado o país, principalmente a partir do segundo quinquênio dos anos 80.

⁶⁰ A criação do Ministério das Cidades e suas respectivas Secretarias, possibilitaram a implantação de diversos programas e fundos que vieram contribuir com o desenvolvimento de uma política geral para o espaço urbano das cidades brasileiras e de maneira específica para implementar ações voltadas a atender a demanda do quadro de moradia social no país. É nesse contexto que em 2004, foram elaboradas a Política Nacional de Habitação – PNH, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. E em 2005, foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Ambos regulamentados pela Lei Federal nº 11.124. Na construção do Plano

inferiores, sempre coube à construção de moradias o bom desempenho da economia brasileira. Pelas décadas seguintes, a redução do déficit habitacional deu-se no final do governo do então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, decaindo de 7 milhões para 4,5 milhões de moradias.

4.1 – A análise dos bairros do programa ‘Minha Casa Minha Vida’ do Governo Federal

Antes de analisarmos os bairros, traçaremos algumas considerações sobre a situação da disponibilidade de moradias no país, bem como o funcionamento do ‘Programa Minha Casa, Minha Vida’. No Brasil, milhões de famílias estão excluídas do acesso à moradia digna. A necessidade quantitativa corresponde a 7,2 milhões de novas moradias, das quais 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões nas áreas rurais. A maior parcela da necessidade habitacional concentra-se nos estados do Sudeste (39,5%) e do Nordeste (32,4%), regiões que agregam a maioria da população urbana do país (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 17).

Ainda o mesmo órgão governamental federal (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p. 17) revela que “as desigualdades sociais e a concentração de renda, características da sociedade brasileira, se manifestam fisicamente nos espaços segregados das nossas cidades”. É facilmente observável que além da falta de moradias, que já é um problema grave, outros tantos residem de forma insalubre.

O déficit quantitativo tem se ampliado nas faixas de renda de até 2 salários mínimos, fenômeno que se verifica em todas as regiões do País, principalmente nas áreas metropolitanas, e representa cerca de 4,2 milhões de moradias. Ao mesmo tempo observa-se uma certa retração nas faixas acima de 5 salários mínimos, cujo déficit correspondia a 15,7% do total em 1991 e em 2000 passa para 11,8%. Dentre as regiões com o maior déficit habitacional absoluto destacam-se o Sudeste e o Nordeste com, respectivamente, 2,184 e 1,961 milhões de moradias em 2011 e 2,356 e 1,791 milhões em 2012. Em seguida vem a região Sul com 604 mil, o Norte com 575 mil e o Centro-Oeste com 464 mil domicílios em 2012. Embora a maior concentração absoluta do déficit e localize nas regiões Sudeste e Nordeste, os maiores percentuais do déficit relativo concentram-se na região Norte: 14% em 2011 e 12,5% em 2012. No período 2011-2012, o déficit relativo caiu em todas as regiões, com exceção da região Sudeste onde aumentou

em 0,5%, passando de 8,0% para 8,5% dos domicílios particulares permanentes e improvisados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2010, p. 7).

Analisando os dados anteriormente aqui colocados, podemos afirmar que o crescimento das populações nas áreas metropolitanas, deve-se principalmente à descentralização dos núcleos de produção (principalmente cidades localizadas na região sudeste) que foram sendo impelidos para localidades mais distantes, sendo assim, quanto a esse fenômeno, veremos o que diz Santos:

Mas o Sudeste, ele é de mais de 12 milhões de pessoas (o incremento absoluto do número de habitantes nas áreas metropolitanas). Considerando o período de 1950-1980, os níveis são: cerca de 3,3 milhões e de 1,8 milhões para o Centro-Oeste e o Norte, respectivamente, enquanto no Sudeste o incremento respectivo é de 28 milhões. (SANTOS, 2013, p.81).

A expansão e a diversificação do consumo, a elevação dos níveis de renda e a difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, fazem com que as funções de centro regional passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades (SANTOS, 2013, p. 82). Entre os núcleos que mais cresceram a partir da década de 70, estão aqueles que apresentavam em números absolutos acima de 100 mil habitantes. Por consequência, esses novos aglomerados, constituídos principalmente por trabalhadores que ascenderam de classe social, são um novo mercado ávido pelo consumo de produtos, entre os quais, o da casa própria.

Nesse contexto, com o objetivo de diminuir o déficit habitacional em todo país, o governo federal criou por meio da Lei 11.977/2009 o ‘Programa Minha Casa, Minha Vida’ ficando assim instituído em 1º artigo:

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: I - o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; II - o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm.

Dessa forma, permite-se que uma considerável parcela da população obtenha a posse da casa própria, apesar de não podermos falar em posse definitiva, pois a mesma só será adquirida ao término da quitação do imóvel, ficando a cargo da liberação dos recursos para construção por meio de construtoras a Caixa Econômica Federal (CEF). A liberação dos recursos às construtoras é realizada após visita prévia ao imóvel por agentes das CEF, o que daria certa credibilidade ao processo, porém nem sempre isso acontece na prática como veremos mais adiante.

Referente aos requisitos para ingresso ao programa, vejamos o que diz o artigo 3º da Lei 11.977/2009:

- I - comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais);
- II - faixas de renda definidas pelo Poder Executivo federal para cada uma das modalidades de operações;
- III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e
- V - prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Em se tratando do município de Araguaína, o cadastro dos futuros candidatos a concorrer a casa própria está a cargo da Secretaria da Habitação do município, publicando e convocando em diário oficial a lista daqueles para assinatura do contrato com a CEF, em concomitância com a realidade das famílias brasileiras quanto à participação das mulheres como chefes de família (inciso IV).

Além das atribuições acima mencionadas, esse projeto instituiu normas que facilitassem a construção de moradias⁶¹, como a Lei 2.780/2011⁶² que dispõe sobre o plano de incentivos a projetos habitacionais populares, vinculados ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Vejamos o que dizem os artigos 2º e 3º da presente lei:

Art. 2º - São objetivos do Plano de Incentivos:

- I – reduzir o déficit habitacional da população de baixa renda;
- II – fomentar a participação da iniciativa privada na execução de projetos destinados à solução dos problemas habitacionais no Município.

Art. 3º - Os empreendimentos lançados sob as diretrizes desta lei ficam isentos dos seguintes tributos:

- I – quaisquer taxas e emolumentos incidentes sobre a expedição de Alvarás de Licença para Construção, Habite-se, diretrizes urbanísticas, de análises e aprovações;
- II – ITBI – Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis – incidente sobre a primeira transmissão do imóvel produzido com base na presente lei;
- III – ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – incidente sobre a execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes e respectivas engenharias consultivas, inclusive serviços auxiliares ou complementares típicos da construção civil, a reparação, conservação, reforma e demolição de edifícios.

⁶¹ No governo da então prefeita Valderéz Martins, foi aprovada a Lei municipal nº 2.542/2007 que dispõe do desmembramento de áreas inferiores a 125m² para as situações de unificações de áreas e regularização fundiária em caso de interesse do município, sendo esse caso interessantemente utilizado para o parcelamento dos loteamentos do PMCMV.

⁶² Em 23 de Dezembro de 2009, o então prefeito de Araguaína, Valuar Barros, já tinha aprovado por meio da Lei Complementar nº 001, uma série de incentivos aos Programas do Minha Casa, Minha Vida. Os benefícios seriam concedidos de acordo com os diferentes grupos de renda do programa, ou seja, ao Grupo 1 seria concedidos desconto total sobre o ISTBI, Isenção de todo IPTU, alíquota de 2% sobre o ISSQN e dispensa total de taxas sobre as vistorias. Os demais grupos seriam concedidas reduções de 50% sobre todos os impostos já mencionados.

Fomentar-se-á, assim, a participação das construtoras por meio da redução dos impostos municipais, em vias de regra, beneficiaria ambas as partes envolvidas nos projetos (tanto às empreiteiras⁶³ quanto aos novos “cidadãos” que adquirirão as futuras moradias). Mas, o que futuramente seria um benefício que poderia ser aplicado em materiais melhores nas construções, já que as isenções geraram um excedente em capital, tornou-se apenas um artifício a mais para capitalizar os lucros.

No município de Araguaína temos atualmente um verdadeiro *boom* quanto à construção civil, no caso dos residenciais financiados pela CEF, mas, em contrapartida, o município atua de forma como já citado, cadastrando as famílias, sorteando as posições quanto à localização de cada uma nos residenciais, além de fiscalizar eventuais desvios quanto aos usuários. Propomos a seguir uma análise de uma dessas realidades.

4.2 – A Vila Azul: localização e caracterização

O Residencial Vila Azul, que está localizado na margem esquerda da Rodovia Belém-Brasília, sentido Sul-Norte (mapa 07), teve sua construção iniciada em 2009 e suas obras foram entregues em 2011. Apesar de ser um residencial planejado, apresenta algumas características daqueles que são considerados subnormais. Visitamos 120 residências, abrangendo 468 moradores.

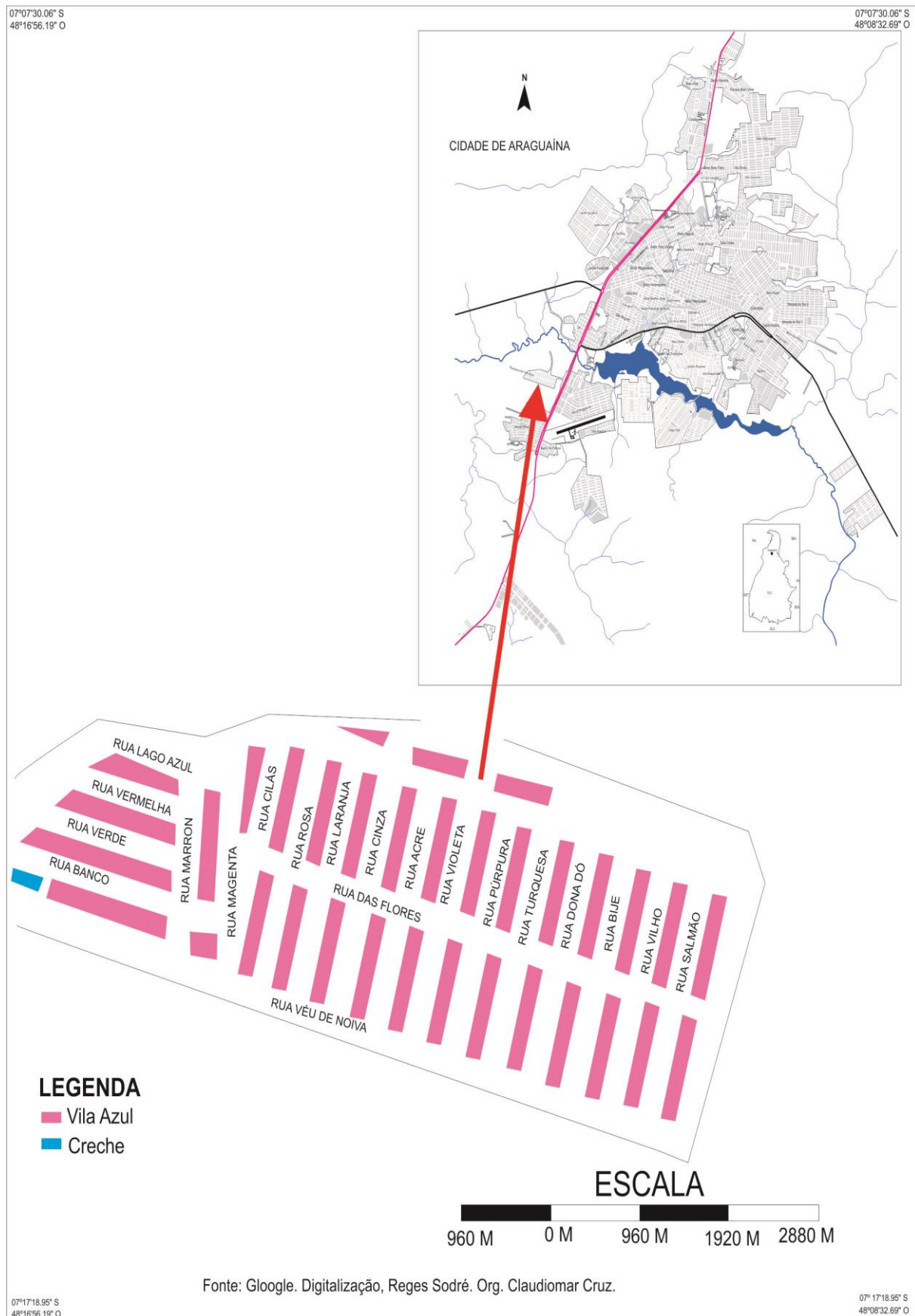
O questionário aplicado (em anexo) não poderia ser o mesmo, pois a origem dos dois bairros é diferente, sendo que a maioria das formas espaciais ausentes no Monte Sinai está presente neste bairro, ou seja, o espaço fora produzido de maneira diferente.

Para Carlos (2008, p. 84), o urbano é produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação do processo de produção, distribuição, circulação e troca, mas também as sociais, políticas, ideológicas e jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Ou seja, o urbano é muito mais que o simples ato de produzir, é um modo de vida.

Pensemos olhando as residências repetitivas, a utopia pregada pelo sistema capitalista que o ambiente planejado seria literalmente diferente daqueles que os moradores provem.

⁶³ Dentre algumas questões de destaque do plano de habitação, tem-se a redução do Imposto sobre produtos industrializados (IPI), que hoje é de 5%, para produtos da construção civil, como cimento, cerâmica, louças sanitárias, telhas, vidros, dentre outros. (VASCONCELOS FILHO, 2013, p. 96).

Mapa 07: Residencial Vila Azul em Araguaína



Aquela que está relacionada à quantidade de jovens em casa residência não fora abandonada, da qual construiremos uma análise da necessidade de obras essenciais, como creches e escolas, por exemplo. As perguntas relacionadas aos transportes e aos problemas da comunidade foram mantidas, além de inserimos uma que trata das modificações que já foram realizadas na residência, além de uma relacionada à situação da moradia anterior. Os principais ramos de atividades desenvolvidas pelos moradores, valores pagos pela moradia e proveniência dos moradores também foram apontados na pesquisa.

A questão da renda foi abordada de maneira a sabermos se realmente os residentes atendem às especificações logradas pelo ‘Programa Minha Casa, Minha Vida’. A estrutura etária, como a quantidade de crianças nas moradias, foi mantida, com o objetivo de compreendermos quantas estão na idade de frequentar a escola.

Não questionamos os moradores sobre a condição de posse da moradia, se é própria, alugada ou cedida. Esse item relevante não foi abordado no questionário, pois sentimos certa apreensão por parte dos moradores em relatarmos casos em que o residente não é o atual dono do imóvel, ou seja, haveriam casas alugadas e cedidas no residencial⁶⁴, o que justificaria tal comportamento.

4.2.1 – A renda familiar e os meios de transportes

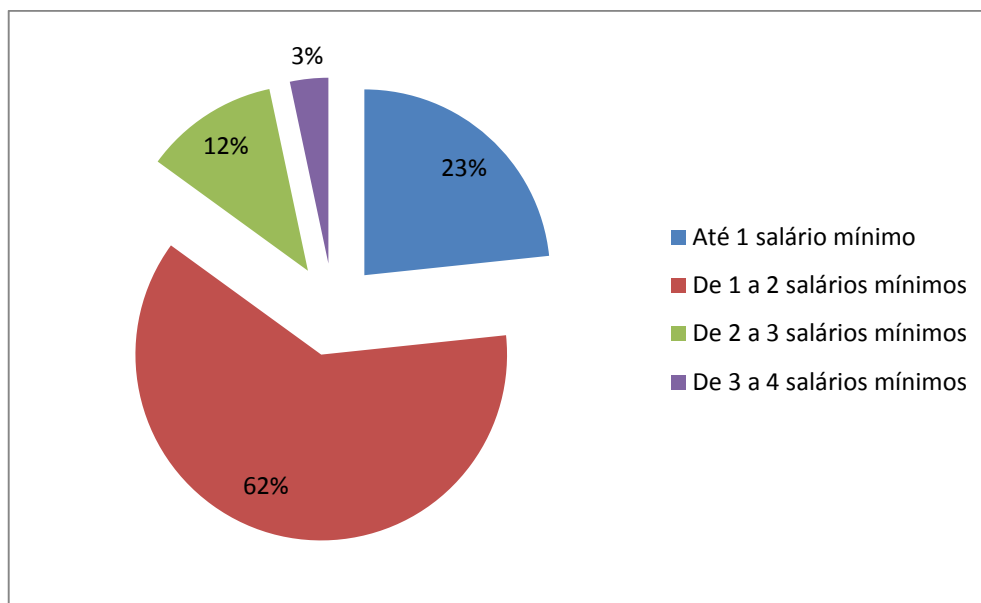
A renda familiar dos moradores do Residencial Vila Azul (gráfico 13) mostrou-se semelhantemente a dos moradores do Setor Monte Sinai, prevalecendo aqueles que ganham entre 1 e 2 salários mínimos, havendo uma inversão quanto às 2ª e 3ª posições, já que no Setor Monte Sinai as 2ª posições eram ocupadas por aqueles que ganhavam de 2 a 3 salários. Esses dados, apesar de serem relativos em totalidade, demonstram que a renda brasileira, principalmente entre os mais pobres tem aumentado, mas se está longe de se ter uma equidade quanto à distribuição entre todos os cidadãos.

Todavia, da mesma maneira como ressaltamos quando apontamos o aumento da renda nas classes menos favorecidas, quando nos referimos ao Setor Monte Sinai, não devemos aceitar a ilusão de que esse aumento é algo absoluto, ou seja, poderão haver outras variáveis que interfiram relativamente no poder de compra dessas famílias. Caso haja ainda uma taxa de

⁶⁴ A CEF determina que os proprietários não deve, sob nenhuma hipótese, vender, alugar, ceder ou emprestar sua residência.

fecundidade alta, sem dúvida haverá uma diluição da renda, o que Santos (2013) chama a atenção aos cuidados que devemos ter ao trabalharmos com números que envolvam assuntos sociais.

Gráfico 13: Renda familiar do Residencial Vila Azul em Araguaína - 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

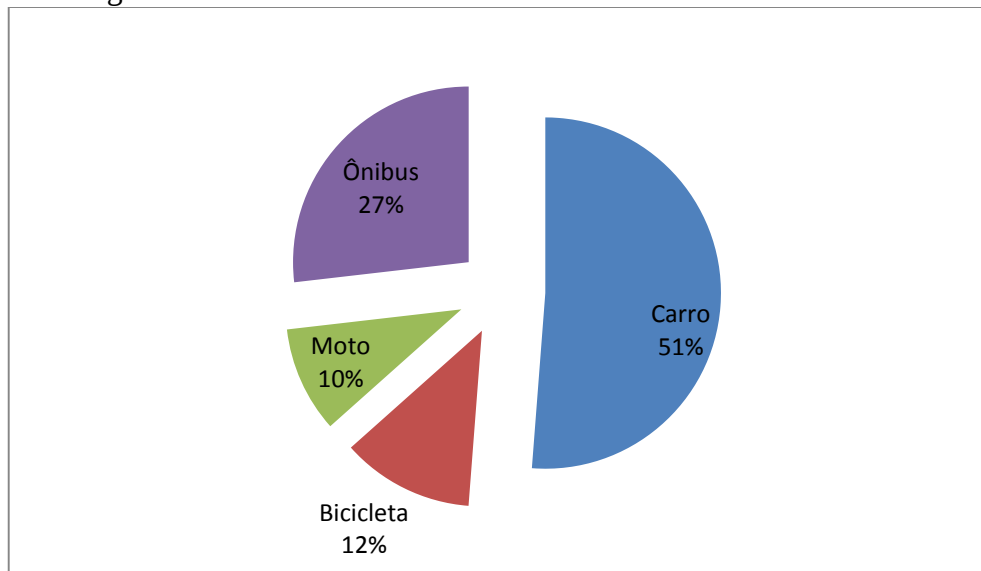
Quanto aos meios de transportes, podemos fazer certa analogia entre os dois setores, apesar de esse bairro apresentar em sua totalidade malha asfáltica, o que em tese livraria seus habitantes de problemas relacionados a buracos e poeira, o que no caso da Vila Azul ainda se encontra o segundo caso pelos resquícios de areia oriundas das construções das casas. Tem-se em ambos a mesma deficiência em relação os serviços de transporte público, sendo a demora e as precárias condições dos ônibus são constantes. Analisando o gráfico 14 observa-se que a metade dos entrevistados utiliza-se do transporte próprio via carro, seguido pelo uso do ônibus.

A posse maior de carros se justifica pela renda diferenciada, já que os financiamentos privilegiam as classes que ganham acima de 2 salários mínimos, o que nesse bairro encontramos com mais evidência de que no Setor Monte Sinai. O uso maior de ônibus deve-se pela distância das paradas que circulam os veículos que fazem condução, o que torna esse um serviço importante, apesar dos problemas aqui mencionados.

Igual semelhança existe entre os dois bairros quanto ao acesso dos mesmos, apesar de na Vila Azul a situação ser um pouco melhor, onde há uma avenida asfaltada ampla, porém a conexão com a BR-153 se faz por meio de um faixa pequena, estreita e sem asfalto, constantemente invadida pela água da chuva que escorre de maneira copiosa durante o verão

chuvoso, o que causa ravinas que levam ao aparecimento de buracos, gerando transtornos aos transeuntes.

Gráfico 14: Meios de transporte utilizados pelos moradores do Residencial Vila Azul em Araguaína – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

4.2.2 – Os diferentes tipos de moradias dos loteamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida

Trataremos agora da análise das moradias que, apesar de não haver uma disputa pela posse dos terrenos, faremos uma comparação frente aos demais loteamentos do PMCMV desse município, porque se pensavam no início da pesquisa que eram iguais, homogêneos quanto às construções, o que demonstrou-se mais tarde, com a abertura de outros loteamentos, haver grandes diferenças entre eles. O Residencial Vila Azul não foi o primeiro bairro construído a partir de políticas para habitação, mas é o primeiro representante dos novos assentamentos que surgiram a partir de 2009. Vasconcelos Filho (2013, p.148). em sua tese de doutorado, traz os nomes de 8 loteamentos que foram construídos a partir de políticas do governo federal, outros pelo próprio município, dentre eles, Vila Couto Magalhães, Jardim das Flores, Vila Ribeiro e Vila Aliança.

Apresentaremos agora algumas considerações sobre as diferenças existentes entre dois loteamentos recentes, Vila Azul e Costa Esmeralda. Os residenciais Costa Esmeralda I, II, III e IV foram entregues em 2014 com infraestrutura das moradias totalmente diferentes daquelas encontradas na Vila Azul. Os materiais utilizados na construção dos residenciais do Costa Esmeralda são melhores do que esses últimos: possuem cerâmica em todos os cômodos, conta com aquecedor solar (apesar de o clima tocantinense dispensar totalmente o uso deste tipo de

equipamento), além de possuir os equipamentos de uso coletivo, como creche, posto de saúde e escola.

Nesse contexto, durante a entrega a seus moradores pela atual presidente do país, houve uma série de protestos idealizados pelos descontentes cidadãos do Residencial Vila Azul. Essa medida trouxe alguns ganhos, como a promessa de assentamento de cerâmicas em todas as moradias do residencial, juntamente com redução das parcelas pagas mensalmente. A grande limitação encontrada nos residenciais do empreendimento Costa Esmeralda é o tamanho dos lotes, são destacadamente inferiores (250 m^2) em tamanho a aqueles do Residencial Vila Azul (360 m^2), como podemos observar na fotografia 14.

O empreendimento Costa Esmeralda dispõe de áreas públicas para a construção de lojas, supermercados, igrejas, entre outros. O residencial Vila Azul não possui áreas voltadas para esse fim, ou seja, nas casas que deveriam ser utilizadas como moradias, funcionam pontos de comércio, bares, entre outros.

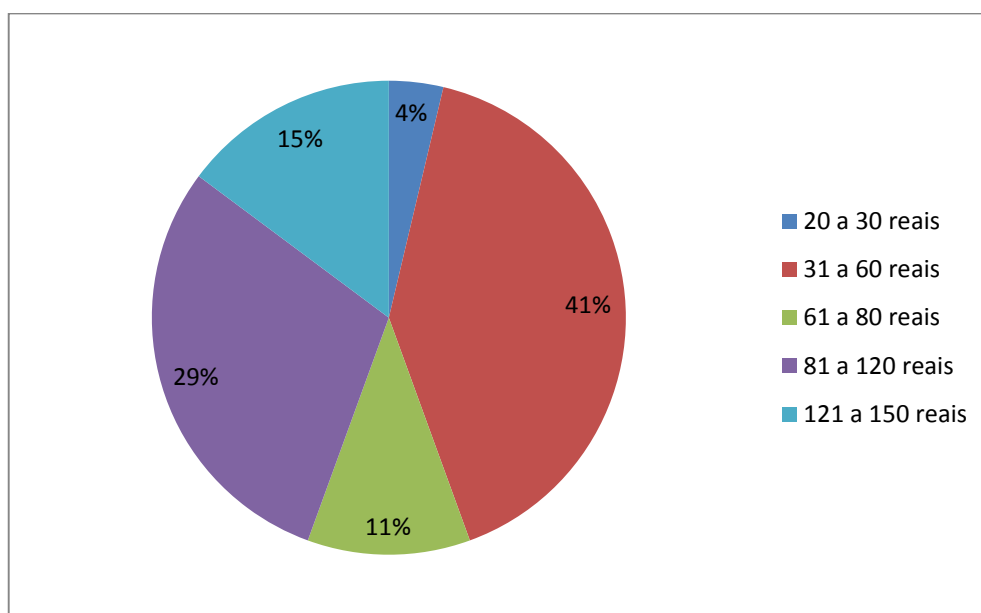
Fotografia 14: Residência na Vila Azul em Araguaína



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

Os valores pagos no parcelamento da casa também são diferentes. Nos empreendimentos do Costa Esmeralda paga-se um valor fixo de R\$ 25,00 reais, o que é bem diferente no Residencial Vila Azul, como demonstra o gráfico 15. Pelo que apuramos quando entrevistamos os moradores da Vila Azul, estes pagam 5% do valor atribuído ao 1 salário mínimo, doravante a ocasião dos protestos realizados durante a vinda da Presidenta Dilma, houve um abatimento de 50% nos valores a serem pagos de julho de 2014.

Gráfico 15: Valores pagos mensalmente pelas moradias no Residencial Vila Azul em Araguaína



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

Analizando ainda o gráfico 15, verificamos que os valores apresentados são condizentes com renda dos moradores, já que o aluguel pago hoje no município por uma residência de dois quartos, banheiro, sala e cozinha gira em torno dos R\$ 350,00 reais. Mas, há um ponto a ser levado em consideração: A distância das regiões que concentram supermercados, bancos, lojas, farmácias, colégios, entre outros, praticamente inviabilizariam a permanência nesses locais para as populações mais pobres, ocasionando situações em o proprietário prefere alugar sua casa ou vendê-la. Casos como estes são frequentes, como o noticiado pelo Portal G1 em 20 de março de 2014 sobre a venda de casas em Manaus:

Beneficiários do Minha Casa, Minha Vida oferecem imóveis na internet

No Amazonas, unidades são vendidas com preços de até R\$ 95 mil. Caixa informou que a venda dos imóveis é ilegal e vai investigar o caso.

"O pagamento é a vista, porque lá o pessoal não vende parcelado e não tem financiamento. Fazemos o contrato de compra e venda com recibo, depois passamos a procuração para o comprador ficar pagando R\$ 60 do boleto da Caixa, que vem todo mês. É um contrato de gaveta, e o comprador fica respondendo pelo beneficiário perante a Caixa. Não tem problema, mas lógico que não se pode comentar que comprou ou vendeu. Depois de uns meses, o comprador transfere para o próprio nome". Acesso em: 21 de março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/03/beneficiarios-do-minha-casa-minha-vida-oferecem-imoveis-na-internet.html>. Acesso em 05 de jun. 2014.

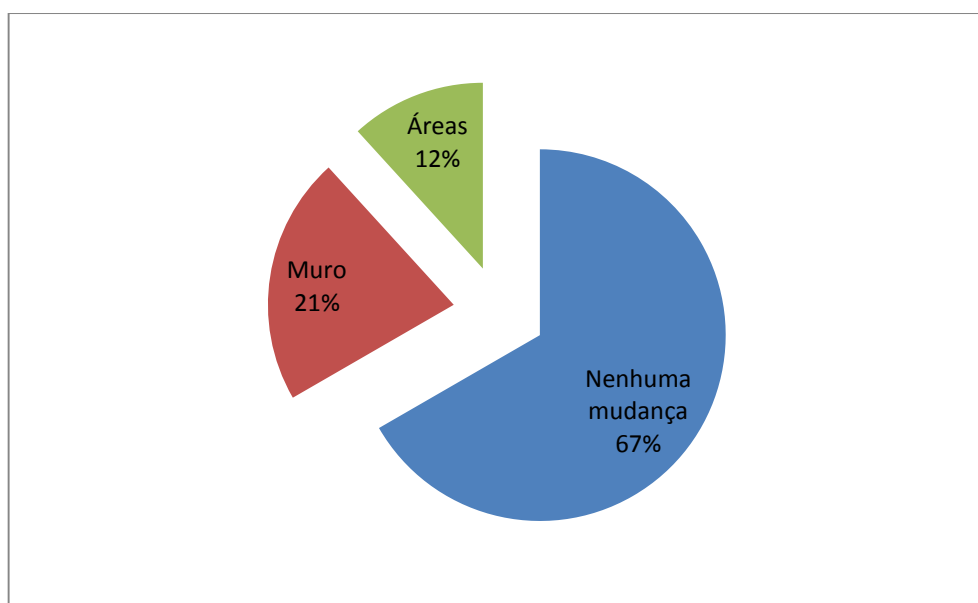
Casos semelhantes são encontrados nos dois empreendimentos e averiguamos que existem várias moradias que estão cedidas, alugadas e ainda outras que servem como moeda de troca. Assim, ocasionalmente são colocadas à venda como se estivesse em um bazar de

liquidação. As denúncias feitas aos meios de comunicações parecem que surtira pouco efeito, desse modo, os anúncios de venda continuam na internet.

4.2.3 – Situação das moradias e a questão do saneamento básico

Com o propósito de se averiguar o grau de modificação feito pelos moradores no que se refere às moradias, observamos durante as visitas quais as principais mudanças realizadas nos imóveis durante esses 3,5 anos de entrega do empreendimento, e o resultado pode ser obtido através da interpretação do gráfico 16. Em quase 70% das moradias visitadas, presenciamos nenhuma modificação feita na estrutura das residências, o que deveria ser apenas feita por pessoas habilitadas, segundo a construtora responsável pelo projeto, a EMCAM Engenharia Ltda.

Gráfico 16: Principais modificações realizadas nas residências do Residencial Vila Azul – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

Uma das modificações mais comuns é a construção de muros, cercas de madeiras, ou até mesmo cercamentos por estacas e arame farpado. Além desses, as áreas de serviços que servem como cobertura para o tanque de lavagem de roupas são essenciais, já que no período da tarde, o sol atinge os fundos das residências. Os muros separando os lotes, apesar de pouco difundidos nesse residencial, já começaram a fazer parte da paisagem local, são geralmente de alvenarias, sem reboco, apenas chapiscados.

A falta de espaços no residencial voltados a construção de supermercados, lojas, farmácia, entre outros, tem levado uma parcela da população a utilizá-las para esses fins, o que

acarreta prejuízos quanto ao uso essencial, descaracterizando-as de forma a torna-las um bem para troca, como é observado tanto nesse residencial como em outros casos já anteriormente aqui colocados.

A falta de locais para construção de espaços de lazer é evidente: quadras poliesportivas, praças e parquinhos não tem como serem instalados dentro da área do residencial por não se ter deixado lugares para essa finalidade. Casos peculiares acontecem nesse residencial, como da passagem de rede de alta tensão⁶⁵ cortando-o ao meio (fotografia 15), sobrando um espaço demasiado e oneroso utilizado para fins de recreação, que acreditamos ser prejudicial à saúde por causa do efeito das enormes cargas eletromagnéticas que por ali passam.

Fotografia 15: Rede de alta tensão cortando o Residencial Vila Azul em Araguaína – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

Pode até parecer estranho tecer comentários sobre saneamento básico em um empreendimento que necessariamente não deveria haver qualquer situação que se constitua um problema como já citados anteriormente, caso dos espontâneos como o Monte Sinai. No que se refere às condições sanitárias, existem algumas peculiaridades como um sistema diferenciado de coleta de esgoto. Desse modo, os utilizados no residencial compreendem dois tipos: fossa séptica e ligação direta a rede.

⁶⁵ O setor Monte Sinai é cortado pela mesma rede.

Constatamos in loco que algumas residências possuem fossas sépticas, aquelas em que são separadas partes sólidas e líquidas por meio da decantação, ou seja, há desse modo dois reservatórios interligados, sendo que no primeiro é realizada a decantação dos sólidos e no segundo concentra-se o sorvedouro residual do líquido, acabando-se por interligar a rede geral. O segundo sistema observado no local traz a ligação diretamente ao sistema principal, sem intermediários.

Fotografia 16: Rua com lixo espalhado no Residencial Vila em Araguaína - 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

O descaso pelos moradores quanto ao acondicionamento do lixo (fotografia 16) também foi notado. Por várias vezes encontramos situações de sacolas, papelões e outros objetos espalhados pelas ruas, o que poderia favorecer a disseminação de doenças

Não observamos a existência de galerias pluviais no residencial, deslocando-se as águas por gravidade das partes mais íngremes para as de baixios. Por consequência, todas as sobras de materiais⁶⁶ utilizados nas construções das moradias sofrem arrasto, acabando-se por aglomerar na divisa com a APA do Rio Lontra. A declividade do terreno próxima ao início da calha do rio foi aproveitada pela companhia de saneamento do estado para ser utilizado como ponto de coleta do esgoto, captando-se assim por meio de bombas de sucção os dejetos gerados pelos moradores.

⁶⁶ O material que sofreu arrasto é reaproveitado pelos moradores nas construções realizadas nas próprias moradias.

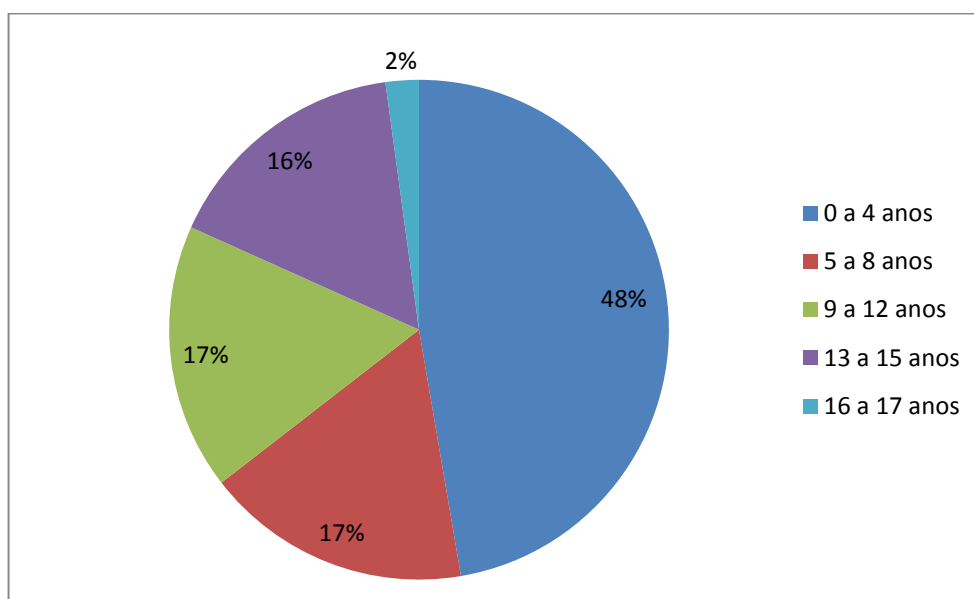
4.2.4 – Os principais problemas do residencial Vila Azul

Nesse capítulo já procuramos traçar algumas considerações sobre as principais falhas do empreendimento Vila Azul quanto à sua construção, porém, através da entrevista realizada, podemos conferir com os moradores seus anseios e reclamações. O residencial Vila Azul não possui creche, pelos menos até o fechamento desse trabalho ainda não teria sido entregue aos moradores, o que traz grandes dificuldades para quem necessita desse serviço, já que observamos a grande quantidade de crianças existente na comunidade, concomitantemente a situação estende-se a questão do atendimento ao ensino público.

Das 468 pessoas presentes nos domicílios, 186 dessas estavam aptas a estudar, ou seja, um percentual de 39,7%, o que é bastante elevado mais até compreensível para um assentamento construído para atender as classes menos favorecidas, assim, nega-se o direito do cidadão a trabalhar para se sustentar. A maioria dos trabalhadores entrevistados trabalham em atividades voltadas a prestação de serviços, e aí que está o agravante: as vagas nesse setor estão preferencialmente no centro da cidade, distante 8,5 km do residencial. Assim, a própria distância até local de trabalho drena parte da renda.

Analisando as séries estatísticas do gráfico 17, entendemos a importância de se construir em caráter de urgência uma creche que atenda no mínimo 150 crianças em regime integral, o que de fato seria algo importante já que a maioria dos domicílios visitados tinha como chefe de família a figura materna. Dessa forma, compromete-se o sustento do lar porque a responsável por colocar o alimento da mesma não pode trabalhar, o que dificulta a reprodução da vida.

Gráfico 17: Estrutura populacional do Residencial Vila Azul em Araguaína – 2014



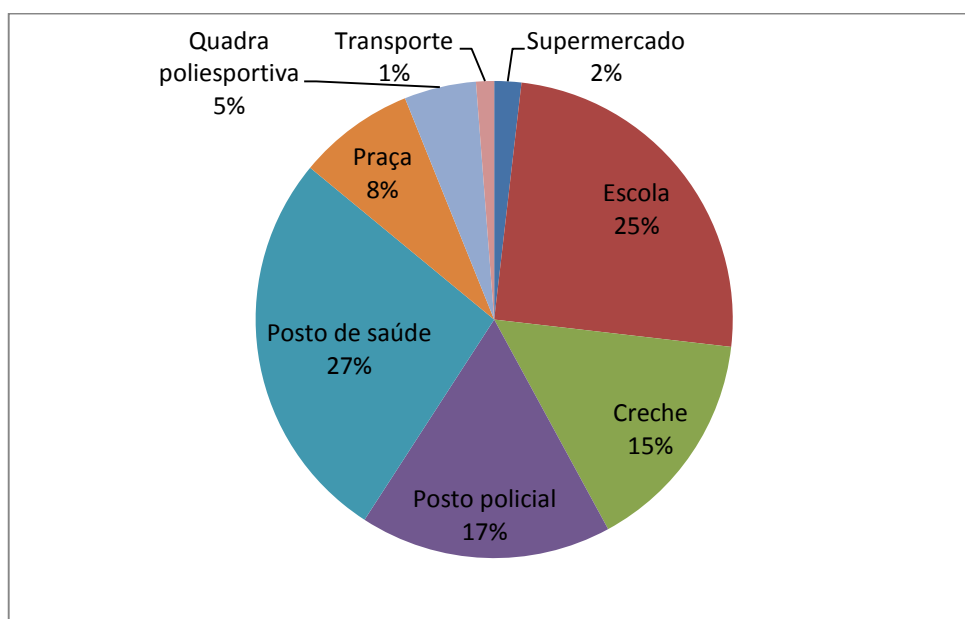
Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

A solução encontrada pelo poder público foi o remanejamento dessas crianças para outras unidades de ensino, localizadas muitas vezes a muitas horas de distância de casa⁶⁷. A construção de escola de tempo integral seria de vital importância pela grande de crianças com idade entre 5 a 15 anos.

Quase todas as moradias contam com serviço de transporte para atender seus filhos, seja para o ensino regular, seja para o acesso a creche. Outra reivindicação da comunidade é o posto de saúde, porém, até o término deste trabalho não haviam previsões que acalentassem o desejo da população pela a sua implantação, reservando-se a estes a mesma sorte providencial verificada aos moradores do Setor Monte Sinai, que dependem de atendimento emergencial em outros bairros, tendo como o mais próximo o posto de saúde da Nova Araguaína.

O gráfico 18 traz os principais anseios da população entrevistada, nos restando traçar alguns comentários sobre o item de segurança pública, que recebera a terceira maior indicação entre os cidadãos. Em quase todas as moradias presenciamos relatos que permitem obter uma leitura desta questão.

Gráfico 18: Principais Reivindicações dos Moradores do Residencial Vila Azul – 2014



Fonte: MARTINS, Claudiomar da Cruz. Pesquisa realizada entre janeiro e fevereiro 2014.

⁶⁷ As escolas apontadas pelos moradores que mais receberam alunos são: Luzia Machado, Marechal Rondon, Sancha Ferreira, Castelinho, CEM Paulo Freire, CEM Benjamin, entre outros. Os serviços de creche mais utilizados são: Entroncamento, Bairro de Fátima, Nova Araguaína, Setor Oeste, entre outras.

Os arrombamentos de residências são constantes e preocupam a todos, requerendo à população o uso de grades em portas em janelas de forma a tenta-se anular essa prática, espera-se então a disseminação de muros altos. Todavia, não há previsão de construção de um posto policial que atendam às necessidades da população, restando à comunidade conviver com as incipientes rondas policiais.

Atribui-se o aumento da criminalidade pela falta de espaços de lazer como praças e quadras como aqui já mencionamos ou de programas que auxiliem os jovens de modo a adquirirem uma formação profissional, o que teria um efeito amenizador. Nesse sentido, ouve-se a promessa da disponibilização de cursos técnicos no residencial, porém nada até o presente momento teria sido feito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para não concluir...

Os processos que se intensificaram no tempo e no espaço em Araguaína desde os anos finais da década de 50 continuam a desenrolar-se, permitindo a expansão descontrolada do sítio urbano, sendo que não menos contraditórias são as relações que ali ainda se desenvolvem, à medida que no seu movimento irrefreável e perpétuo a sociedade ocupa o solo tão necessário ao seu desenvolvimento.

Desse modo, as conclusões aqui levantadas sobre o processo de urbanização, crescimento e as condições de vida dos cidadãos de Araguaína, fez-nos compreender a dinâmica da estrutura populacional não em sua totalidade, mas nos permitiu inferir sobre a construção do espaço urbano em aspecto geral, as formas e a dialética das interações entre os diferentes agentes que impelem esse movimento.

É de se esperar que, com o aumento da oferta de lotes por parte dos empreendedores e a construção de novos bairros pela política do ‘Projeto Minha Casa Minha Vida’, aconteça uma queda significativa na demanda, o que ocasionaria uma retração na abertura de novos empreendimentos. De certo modo, haveria uma estabilização no déficit habitacional, mas a capacidade de atração do município para novos cidadãos deveria ser levando em conta, além da ampliação do crédito para novas classes sociais, superiores aos valores já aqui apresentados.

Existe uma tendência de o sítio urbano crescer espacialmente nos sentidos Leste-Oeste e sul-sudoeste, o que se explica pela pouca densidade populacional e baixo uso dessas áreas em atividades econômicas permanentes. A explicação para esta afirmativa seria que os sentidos norte-nordeste já estão praticamente estagnados, com grandes distâncias a serem percorridas até o centro. Quanto à localização leste-sudeste, temos a existência do lago e a abertura de grandes empreendimentos como os loteamentos Lago Azul, Cidade Nova e agora também irá contar com vários outros residenciais do ‘Projeto Minha Casa, Minha Vida’.

A falta de investimentos em infraestrutura nos bairros que ocupam a margem direita do Lontra provocou a criação de um movimento que tinha por objetivo o desmembramento e a criação de um novo município (que vieram a denominar Cidade Nova). As terras desse novo núcleo populacional compreenderiam então aos loteamentos que se localizam adjacentes ao rio. O movimento partiu de moradores, proprietários de terras e políticos. Os primeiros, aqueles que mais necessitam da atenção do poder público, seriam os supostos beneficiários dessa ação, porém há outros interesses em jogo. Os segundos, esperavam valorizar suas terras e promover novas especulações. Enquanto que para os últimos, a abertura de uma nova sede administrativa municipal propiciaria cargos políticos a serem ocupados.

A inexistência de uma atividade econômica que pudesse dar sustentáculo para criação de um novo município, como também os empecilhos legais existentes na constituição do país, frustraram os interesses de todos.

Os Shoppings, se realmente forem construídos (até o fechamento desta pesquisa, apenas aquele localizando no Loteamento Lago Azul estava em obras), poderão dinamizar e fornecer subsídios para que os loteamentos realmente sejam ocupados pelos compradores dos lotes, eliminando-se também o problema da distância a ser percorrida até o centro pela abertura de supermercados, lojas, bancos e farmácias em seus interiores.

Os problemas urbanos, necessariamente os ambientais, citados e contextualizados sob a óptica da produção e reprodução do espaço de vivência da sociedade caso os dos bairros já consolidados, a grosso modo estão longe de serem resolvidos. Entendemos que a não adoção de políticas que priorizem ações que envolvam planejamento trarão grande passivo ambiental. A falta de estações de tratamento de esgoto que atendam à crescente demanda por esse serviço o colocaria no topo das necessidades urgentes do município.

Em complemento, pode-se inferir que a construção de estações de tratamento será a curto prazo, sendo umas das prioridades dos governos que estão por vir. Não diferente desse, o capeamento, por não se dizer também quanto ao recapeamento das vias que apresentam problemas, tornar-se-á importante a criação de eixos que permitam a interligação entre os novos bairros às vias que dão acesso ao centro, permitindo o escoamento ordenado e fluido.

A problemática dos transportes urbanos está longe de ser resolvida, mas parece que tomará em 2014 novos rumos, pois um projeto de lei que tramita na câmara municipal de Araguaína deve aprovar a entrada de novos concorrentes, além das centenas de mototaxistas que já disputam espaço com os táxis e ônibus. Agora, as conduções que operavam clandestinamente tentam formar uma cooperativa para também operar dentro da lei.

A funcionalidade do município, que agora afunila-se em torno setor de serviços e comércio, deveria ser acompanhada conjuntamente pelo crescimento do setor secundário, incrementando-se o parque industrial que opera quase exclusivamente com empresas que empregam pouca mão de obra, ou que serve de depósitos para empresas que comercializam varejo nessa cidade. Ou seja, a função que deveria ser exercida pelo parque está aquém daquilo para o qual ele fora criado. Com a criação de uma plataforma multimodal no município espera-se desenvolver condições que fortaleça a economia local, escoar a produção dos frigoríficos para o exterior e obter produtos utilizando-se do frete mais barato.

Quanto à abertura de novos assentamentos espontâneos, o poder público deve estar atento à abertura de novas áreas no intuito de organizar o espaço a ser ocupado, a regularização

fundiária deverá ser tratada como algo prioritário que beneficiaria ambas as partes, no tocante a esse assunto, pois permitiria a curto prazo aumentar a arrecadação do IPTU para o município, fornecendo subsídios para as obras que são consideradas essenciais para os mesmos, tão necessárias para construção de creches e escolas, por exemplo.

Por outro lado, a regularização fundiária ao conceber a posse definitiva da terra permitiria aos seus donos conseguirem financiamento para melhoria das moradias, algo impossível de ser feito apenas com cessão de direito, documento muito comum utilizado para comprovar a posse dos terrenos.

Nos últimos meses tem havido uma grande discussão em torno dos valores cobrados pela prefeitura do município quanto taxa de ocupação dos terrenos (o IPTU). Equilibrar ou conseguir uma consonância entre os interesses do município que pleiteia aumentar a arrecadação de impostos depende da análise das condições financeiras de cada contribuinte, porém o que sempre acontece são discordâncias entre a planta de valores e o real valor a ser pago pelo cidadão.

A polarização pelo município nas áreas de educação e saúde poderão ganhar novas proporcionalidades em 2015, quando as universidades UFT e Faculdade Católica começarão a ofertar vagas para o curso de medicina, tendo como resultado imediato a inauguração de um novo movimento de atração de estudantes com alto padrão de consumo, ou seja, novas oportunidades de negócios em diversas áreas. A construção do novo Hospital Geral de Araguaína será a confirmação de uma tendência já observada no município nos últimos 15 anos, quando a quantidade de especialidades oferecida assegurou a uma constante mobilidade de pacientes.

Se realmente for assegurada sua construção, teremos a confirmação desta polarização e o aumento da demanda pelos serviços que serão incrementados pela abertura dos hospitais universitários, fechando o ciclo de parcerias entre os capitais público e privado.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, N. A. **A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do estado do Tocantins**. In: Odair Giraldin. (Org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 1ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2002, v. Único, p. 315-350.
- ARBUÉS, Magareth P. **A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988)**. In: Odair Giraldin. (Org.). A (trans) formação histórica do Tocantins. 1ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2002, v. Único, p. 395-442.
- BECKER, Bertha B. **Amazônia**. 6º Ed. Editora Ática (Série Princípios), 1994.
- BESSA, K. C. F de O. **A dinâmica da diferenciação espacial entre os centros do segmento de rede urbana no Tocantins**. In: Território e Diversidade Territorial no Cerrado: Cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais. Organizadores: Roberto de Souza Santos, Elizeu Lira, Manoel Calaça, Eguimar Chaveiro. Goiânia: Kelps, 2013.
- BRITO, Eliseu Pereira de. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional** — Dourados. MS: UFGD. 2009. 260f. (Dissertação de Mestrado).
- BRASIL, **Lei 11.977 de 07 de Julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007/2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 06 maio 2014.
- _____, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Editora do Senado Federal: Brasília – 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.
- _____. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1º Edição, 1º Reimpressão, - São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- _____. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. 1º Edição. 1º reimpressão – São Paulo: Universidade São Paulo, 2008.
- CASTRO, I. E. de. “**A região como problema para Milton Santos**”. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenaje a Milton Santos. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>. Acesso em 10 de Outubro de 2013.

- CORREIA, Roberto. **Região e organização espacial**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2001. 93 p. (Série Princípios)
- CHAIM, Marivone Matos. **Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás: Sua importância na Política de Povoamento (1749-1811)**. Goiânia, Oriente, 1974, 240p.
- DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constituiu o Brasil e as redes de cidades**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Ano II, nº 141-148, abr. 1994.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da Natureza**. 3ª Edição: Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.
- FILHO, N. R.G. **Evolução Urbana do Brasil**. SP: Instituto de Física, 1971. p. 91-188.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil 2010**. Centro de Estatísticas e Informações, Belo Horizonte 2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em 10 jun. 2014.
- FUNES, Eurípedes Antônio. **Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária**. Goiânia, UFG, 1986, 176p.
- GASPAR, Jacira Garcia. **Araguaína e sua região: saúde como reforço de polarização**. Recife Universidade Federal de Pernambuco, 2002. (Dissertação de Mestrado).
- GEISER, Pedro Pichas; DAVIDOVICH, Fani. **Aspectos do fato urbano no Brasil**. RGB. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 2, p. 3-102, abr./jun. 1961.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Conceito de Região e sua Discursão**. In: Conceitos e Temas. 4ª Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. Acesso em 20 julho 2014. Disponível: <http://oneboxofturkishdelights.files.wordpress.com/2013/07/david-harvey-social-justice-and-the-city.pdf>.
- _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- IANNI, Octávio. **A luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- _____. **O Estado e o Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Editora Civilização Brasileira, 3ª Edição, 1979.
- IBGE. **Censo 2000**. Disponível em [:<www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf). Acesso em jan. 2014.
- _____. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em maio 2014.

_____. **Censo dos Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais**. 2010. Disp. em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agasn_if.pdf>. Acesso em maio de 2014.

_____. **Censo Agropecuário de Goiás: IX recenseamento geral do Brasil**. Volume 2 – Tomo 3 – número 25 – 1º parte. RJ, 1980.

_____. **Censo Agropecuário do Tocantins**. Rio de Janeiro, nº 06, p. 1-197. 1995-1996.

_____. **Censo Comercial de Goiás**. IX Recenseamento Geral do Brasil, v. 3, nº 20 – 1970.

_____. **Censo Comercial de Goiás**. IX Recenseamento Geral do Brasil, v. 4, nº 25 – 1980.

_____. **Censo demográfico: resultados preliminares** - São Paulo. Rio de Janeiro; 1982. v. 1, n. 4. (Recenseamento Geral do Brasil).

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXXVI volume, Rio de Janeiro, 1958.

_____. **Estatísticas do Século XX**. Disponíveis em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso entre out. 2013 e maio 2014.

_____. **Portal Cidades @ (Araguaína – Informações históricas)**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwind\)ow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwind)ow.htm?1)>. Acesso em maio de 2013.

_____. **Regic – Regiões de Influência das Cidades**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Sinopse Estatística do Brasil**. Rio de Janeiro, V. 4, p. 1-432, 1975.

_____. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000**/Departamento de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: 2001. 63 p.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas – A geopolítica de (Re) Ocupação Territorial na Amazônia Lega**. Goiânia: Kelps, 2011, 248p.

MACHADO, Lia Osório. **Urbanização e Mercado de trabalho na Amazônia Brasileira**. Cadernos IPPUR. (1), p. 109-138, 1999.

MACHADO, Luzia da Cruz. **Minhas lembranças**. Editora Acalanto, 2006, 83p.

MAIA, Valter Estácio. **Economia de Goiás: Realidade Presente e Perspectiva Futura**. Editora: Universidade Católica de Goiás – UCG. Goiânia, 2005.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. 5º Edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, K & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 1º Edição: São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MCCREERY JR. David. **A economia de Goiás no século XIX**. In: A (trans) formação histórica do Tocantins/ Odair Giralдин (org). – Goiânia: Ed. UFG, 1º ed. 2002. 446 p.

MELLO. Neli Aparecida de. **Políticas Territoriais na Amazônia**. SP, Annablume, 2006, 412 pgs.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. 2004 Disponível: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/politica-nacional-de-habitacao-pnh.html>>. Acesso em: maio 2014

_____. **Acesso à terra urbanizada: implementação de Planos Diretores e regularização fundiária plena**. – Florianópolis: UFSC; Brasília, 2008. Disponível em:<

NASCIMENTO, Júnio Batista do. **Tocantins: história e geografia**. Goiânia: Kelps, 2013. 148p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas SP: Papirus, 1997 (Série Educando).

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2º ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

PACHECO, Rafael Araújo. **Rodovia da Unidade Nacional: O Processo de Urbanização no Entorno da Rodovia Belém-Brasília**. UFU – 2009.

PALACÍN, Luís. **História de Goiás**. Goiânia: UFG. 1988, 169 pp.

PARENTE, Temis Gomes. **O ouro como fonte de atraso**. In: A (trans) formação histórica do Tocantins/ Odair Giralдин (org). – Goiânia: Ed. UFG, 2º ed. 2004, p.171-182.

PEREIRA, A. J. **Leituras de paisagens urbanas: um estudo de Araguaína-TO**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Doutorado da Universidade Federal de Uberlândia – 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA. **Lei 2.424 de 03 Out. de 2005**. Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Araguaína e dá outras providências. Disponível em:< <http://leis.araguaina.to.gov.br/Lei/2424/611.aspx>>. Acesso em: 03 maio 2014.

_____. **Lei 2.494 de 28 Nov. de 2006**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município Araguaína. Disponível em: <http://leis.araguaina.to.gov.br/Lei/2494/667.aspx>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. **Lei 2.495 de 28 Dez. 2006**. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo nas macrozonas urbanas do município de Araguaína e dá outras providências. Disponível em: <http://leis.araguaina.to.gov.br/Lei/2495/668.aspx>. Acesso em: 05 de maio 2014.

_____. **Lei 2.634 de 02 de Agosto de 2009**. Dispõe sobre a criação da zona especial de interesse social – ZEIS “Monte Minai” e de outras providências”. Disponível em: <http://leis.araguaina.to.gov.br/Lei/2634/296.aspx>. Acesso em: 05 de maio 2014.

- RIBEIRO, L. C. de Queiroz. Mercado urbano, mercado de terras e produção da habitação. In: SILVA, L. A M.da (org). **Solo Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.29-47.
- RODRIGUES AUGUSTO, Lysias. **Roteiro do Tocantins**. 4º Edição Palmas: Alexandre Acampora: 2001, 256 p.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 9º edição – São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Geografia)
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**, 7ª ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.
- SANTIAGO, Claudivan. **Araguaína: história e realidade**. Prefeitura Municipal de Araguaína, 2000.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006. 308 p.
- _____. **A urbanização brasileira**. 5º Edição, 3ª Reimpressão – São Paulo: Edusp, 2013.
- _____. **Da totalidade ao Lugar**. 1º edição, São Paulo: Edusp, 2012.
- _____. **Espaço e Método**. 5º Edição., 1 reimpressão – São Paulo: Edusp, 2012.
- _____. **Manual de Geografia Urbana**. 3º ed. – SP: Edusp, 2008, 232p.
- SEPLAN, Governo do Estado do Tocantins. **Indicadores Socioeconômicos do Estado Tocantins**. Secretária do Planejamento e da Gestão Pública: Palmas, 2013.
- _____. Governo do Estado do Tocantins. **Perfil Socioeconômico dos municípios**. Secretária do Planejamento e da Gestão Pública: Palmas, 2012. Disponível em: http://www.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/Municipios_Perfil_2013/Araguaina.pdf. Acesso em 15 junho 2014.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia: Conceitos e temas. 4º Edição –RJ; Berthand Brasil, 2002. p. 77-116.
- SOUZA, Sônia Maria. **Belém-Brasília: abrindo fronteiras**. In: A (trans) formação histórica do Tocantins/ Odair Giraldin (org). – Goiânia: Ed. UFG, 2º ed. 2004. 446 p.
- SPOSITO BELTRÃO, Maria Encarnação. **Capitalismo e Urbanização**. 16º edição – São Paulo: Contexto, 2012.
- SUDAM. **Amazônia Legal**. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>. Acesso em maio de 2013.
- VALVERDE, Orlando e DIAS, Catarina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de Geografia Regional**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. RJ: USP/UNB, Forense Universitária, 1989.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel. **O Direito à moradia e o discurso de Implantação de políticas públicas habitacionais na perspectiva de construção de cidades saudáveis e democráticas: reflexões sobre Araguaína-TO**. - UFU: 2013. (Tese de Doutorado).

VINHAL, Maria do Carmo Barros. **Colinas do Tocantins: desenvolvimento e transformações ambientais**. - Manaus: UFAM, 2009

ANEXOS

Anexo 1:

Questionário aplicado no Setor Monte Sinai

RENDA FAMILIAR		QTDE DE CRIANÇAS	
Até um salário mínimo (R\$622,00)		IDADES	
De 1 a 2 salários mínimos (R\$622,00 a R\$1.244,00)		LOCAL (IS) DE ESTUDO	
De 2 a 3 salários mínimos (R\$1.244,00 a R\$1.866,00)			
De 3 a 5 salários mínimos (R\$ 1866,00 a R\$3110,00)		TIPODE TRANSPORTE ADOTADO	
De 5 a 7 salários mínimos (R\$ 3.110,00 a R\$4.354,00)			
De 7 a 10 salários mínimos (R\$4.354,00 a 6.220,00)		MORADIA ANTERIOR	
Acima de 10 salários mínimos (R\$6.220,00)			
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS	
Própria, alugada ou cedida:			
POSSE DO TERRENO:		DESPEJO DE RESÍDUOS	
1º, 2º ou terceiro dono:		Fossa séptica, rudimentar e esgoto	
QTDE DE PESSOAS QUE RESIDEM NO DOMICÍLIO			

Anexo 2:
Questionário aplicado no Residencial Vila Azul

QTDE DE PESSOAS QUE RESIDEM NO DOMICÍLIO		QTDE DE CRIANÇAS	
RENDA FAMILIAR		IDADES	
Até um salário mínimo (R\$622,00)		LOCAL (IS) DE ESTUDO	
De 1 a 2 salários mínimos (R\$622,00 a R\$1.244,00)			
De 2 a 3 salários mínimos (R\$1.244,00 a R\$1.866,00)			
De 3 a 5 salários mínimos (R\$ 1866,00 a R\$3110,00)			
De 5 a 7 salários mínimos (R\$ 3.110,00 a R\$4.354,00)		TIPODE TRANSPORTE ADOTADO	
De 7 a 10 salários mínimos (R\$4.354,00 a 6.220,00)		MORADIA ANTERIOR	
Acima de 10 salários mínimos (R\$6.220,00)			
PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NA RESIDÊNCIA		QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS	
Muro, área de lazer ou serviço			

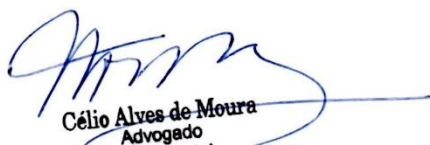
Anexo 3: Pedido de liminar

EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DA 1ª VARA DO TRABALHO DA
COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO.

Processo nº 859/2001

**ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO
SETOR MONTE SINAI**, entidade representativa dos moradores do
Setor Monte Sinai, localizada nesta cidade, por seu Presidente, Sr.
JOSÉ ROBERTO DO NASCIMENTO LIMA, brasileiro, casado,
vigilante, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 1.547.244-SSP-
MA, residente na Av. Brasil, Quadra 20, Setor Monte Sinai, nesta
cidade, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa. expor e requerer
o quanto segue em articulados:

O Setor Monte Sinai, localizado às
margens da BR-153, próximo ao aeroporto desta cidade, encontra-se
totalmente ocupado por inúmeras famílias, desde o mês de Maio de
2005.


Célio Alves de Moura
Advogado

As famílias que ocupam o local são compostas de pessoas absolutamente carentes, sem casa ou terreno próprio e sem condições de aquisição. São trabalhadores braçais, muitos na informalidade, trabalhadores rurais que não conseguem vínculo empregatício, além de crianças e idosos.

Desde a ocupação tais famílias estão litigando na Justiça Comum sobre a posse da área, conforme faz certo os inclusos documentos, mas que, devido ao imenso problema social que seria causado, as liminares de desocupação não foram cumpridas, em que pese já se ter passado muito tempo de seu deferimento, o que evidencia que o problema não pode ser resolvido com a mera desocupação do local.

É de ressaltar-se que, na Justiça Comum, doc. anexos, existem três ações possessórias que envolvem a área em questão, ajuizadas por pessoas diversas da Reclamante nestes autos, e que até o momento não foi decidido a quem realmente pertence o domínio do imóvel.

Por outro lado, tanto o procurador do Reclamante nestes autos como ele próprio, que se intitulam os donos do imóvel, o colocaram à venda, cuja intenção é aliena-lo ao Governo Federal, através do Ministério das Cidades, para a construção de casas populares através do PAC, já tendo sido destinado para a aquisição e construção das citadas casas naquele local mais de R\$ 16.000.000,00.

Põe-se ainda em relevo que o Reclamante já tinha conhecimento da invasão, bem como da existência dos processos em curso pelas varas cíveis locais, e não tomou nenhuma providência, sequer informou nos referidos autos a existência da penhora, e agora pretende se valer da Justiça do Trabalho para se imitar da posse do imóvel, quando na verdade sequer o domínio do imóvel é pacífico posto que a Justiça comum ainda não se pronunciou em definitivo sobre esta questão.


Celio Alves de Moura
Advogado
OAB/TO 431-A

ANTE O EXPOSTO, e considerando os fatos acima articulados, bem como os inclusos documentos, é a presente para, respeitosamente, requerer a V. Exa. que se digne em determinar a SUSPENSÃO da imissão na posse determinada pela decisão de fls, aguardando pelo menos até a definição da compra do imóvel pelo Governo ou até a definição para onde irão as famílias que lá se encontram, e por ser de inteira JUSTIÇA.

N. Termos

P. Deferimento.

Araguaína-TO, 18 de março de 2008.



Célio Alves de Moura
O.A.B-TO 431-A